

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (PPGE)**

**PRODUÇÃO E IMPORTAÇÃO DE ARROZ NO HAITI: IMPACTOS E
REAÇÕES DOS PRODUTORES FRENTE A LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL**

FANIEL FRENAT

DISSERTAÇÃO

Foz do Iguaçu

2025

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA
(UNILA) INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (PPGE)**

**PRODUÇÃO E IMPORTAÇÃO DE ARROZ NO HAITI: IMPACTOS E
REAÇÕES DOS PRODUTORES FRENTE A LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL**

FANIEL FRENAT

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Doutor Valdemar João Wesz Junior

Foz do Iguaçu

2025

FANIEL FRENAT

**PRODUÇÃO E IMPORTAÇÃO DE ARROZ NO HAITI: IMPACTOS E
REAÇÕES DOS PRODUTORES FRENTE A LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Valdemar João Wesz Junior
UNILA

Prof. Dr. Eduardo de Pinto
UNILA

Prof. Dr. Clério Plein
UNIOESTE

Foz do Iguaçu, 24 de fevereiro de 2025.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - CENTRAL

F873p

Frenat, Faniel.

Produção e importação de arroz no Haiti: impactos e reações dos produtores frente a liberalização comercial / Faniel Frenat. - Foz do Iguaçu, 2025.

128 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA, PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (PPGE).

Orientador: Prof. Doutor Valdemar João Wesz Junior.

1. Arroz - Cultivo - Haiti. 2. Arroz - Importação. 3. Neoliberalismo. I. Wesz Junior, Valdemar João. II. Título.

CDU 633.18(729.4)

Dedico este trabalho a minha mãe Toussina Rosita Louis,
que sempre me incentiva em todos os meus projetos.

Dedico também este trabalho ao povo haitiano,
que há mais de 200 anos enfrenta desafios em busca de uma vida melhor,
lutando incansavelmente por justiça e dignidade.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não poderia ter sido realizado sem o apoio inestimável de diversas pessoas, às quais expresso meus mais sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar, registro minha especial e profunda gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. **Valdemar João Wesz Junior**, cuja ajuda, incentivo e conselhos foram fundamentais ao longo de toda a realização desta pesquisa. Seu comprometimento, suas valiosas orientações e sua determinação são fontes de inspiração e respeito.

Estendo meu reconhecimento ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPG-E) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), por suas contribuições significativas à minha formação acadêmica.

Sou igualmente grato à UNILA pela oportunidade de estudo e pelo suporte oferecido por meio do Programa de Bolsa Institucional da UNILA (**PROBIU**). Também, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (**CNPq**). Esses apoios financeiros foram essenciais para a concretização dos dois anos de estudos no Brasil.

Minha gratidão estende-se também à minha namorada, **Catiana Dorilien**, pelo apoio psicológico e moral e na releitura deste trabalho.

Dirijo um agradecimento especial à minha família, cujo apoio incondicional foi indispensável ao longo desta trajetória. Agradeço aos meus pais, **Toussina Rosita Louis** e **Jacques Frenat**, à minha irmã **Lymose**, e aos meus irmãos **Wilner, Jacky, Fenique e Ibenky**, por sua confiança e constante encorajamento.

Aos meus amigos, sou imensamente grato pelos incentivos, apoio e conselhos valiosos. Em especial, agradeço a **Bachelard Noël** e **Jeff Constant** pela amizade, conselhos e suporte.

Dedico um agradecimento especial ao meu amigo **Mirkenson Charles** e também **Jerry Zephyr, Duguese Constant** e **Sayowana Edouard**, cujas ajudas foram fundamentais para a realização das pesquisas de campo.

Finalmente, expresso minha gratidão a todas as pessoas principalmente, os (as) entrevistadores (ras) que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa. A colaboração de cada um foi essencial para o sucesso deste trabalho.

RESUMO

Nos anos 1980, o Haiti foi forçado a adotar políticas de abertura comercial no setor agrícola, o que teve impactos significativos, particularmente na produção de arroz. Desde então, a produção nacional de arroz permaneceu estagnada, enquanto as importações cresceram de forma expressiva e o consumo do cereal quadruplicou entre 1986 e 2020. Esta pesquisa busca perceber como a importação de arroz afeta os rizicultores haitianos e analisar as suas estratégias adotadas frente a esse fenômeno derivado da liberalização comercial no país. A metodologia incluiu uma revisão bibliográfica e uma coleta de dados em fontes secundárias, como em organizações e institutos de pesquisa, com destaque para o Departamento de Estatísticas da FAO (FAOSTAT) e o Ministério da Agricultura, dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural (MARNDR). Paralelamente, foram coletados dados primários de 80 rizicultores haitianos em quatro regiões de estudo, sendo 40 no distrito des Cayes, 15 no vale do Artibonite, 15 em Saint Raphaël e 10 em Ferrier, na planície de Bas Maribaroux. A seleção dos participantes - dadas as limitações de tempo, recursos e derivada da própria crise na qual o país está imerso atualmente - foi realizada de forma não probabilística, sem a pretensão de ser estatisticamente representativa, utilizando o critério estratificado por conveniência e não proporcional. Os resultados da pesquisa indicam que os produtores de arroz no Haiti enfrentam inúmeros desafios, incluindo a falta de financiamento e assistência técnica, a ausência de tecnologia e insumos modernos, problemas climáticos e de irrigação, além da entrada massiva de arroz importado, que chega ao consumidor local a preços mais baixos. Esses desafios são, em grande medida, consequência da retirada do Estado no setor agrícola após a implementação de políticas neoliberais no país. A pesquisa revela também que as estratégias adotadas pelos produtores, sem o apoio do Estado, não têm sido eficazes para minimizar os impactos desse fenômeno. Assim, torna-se necessária uma ação estatal concreta para mitigar os efeitos das políticas neoliberais e promover condições mais favoráveis para a produção local.

Palavras-chave: Política econômica neoliberal. Arroz. Importações. Haiti.

ABSTRACT

In the 1980s, Haiti was forced to adopt open trade policies in the agricultural sector, which had significant impacts, particularly on rice production. Since then, national rice production has remained stagnant, while imports have increased significantly, and rice consumption has quadrupled between 1986 and 2020. This research aims to understand how rice imports affect Haitian rice farmers and analyze the strategies they have adopted in response to this phenomenon resulting from trade liberalization in the country. The methodology included a literature review and collection of data from secondary sources, such as the websites of organizations and research institutes, notably the FAO Statistics Department (FAOSTAT) and the Ministry of Agriculture, Natural Resources, and Rural Development (MARNDR). In parallel, primary data were collected from 80 Haitian rice farmers in four study regions, including 40 in the commune of Les Cayes, 15 in vale Artibonite, 15 in Saint Raphaël, and 10 in Ferrier, in the Bas Maribaroux plain. The participants were selected non-probabilistically, without claiming statistical representativeness, using a stratified convenience and non-proportional criterion. The research results indicate that rice producers in Haiti face numerous challenges, including a lack of financing and technical assistance, the absence of modern technology and inputs, climatic and irrigation issues, as well as the massive influx of imported rice, which reaches local consumers at lower prices. These challenges are largely a consequence of the withdrawal of the State from the agricultural sector following the implementation of neoliberal policies in the country. The research also reveals that the strategies adopted by producers, without state support, have not been effective in mitigating the impacts of this phenomenon. Thus, concrete state action is necessary to mitigate the effects of neoliberal policies and promote more favorable conditions for local production.

Keywords: Neoliberal economic policy. Rice. Imports. Haiti.

RÉSUMÉ

Dans les années 1980, Haïti a été contraint d'adopter des politiques d'ouverture commerciale dans le secteur agricole, ce qui a eu des impacts significatifs, notamment sur la production de riz. Depuis lors, la production nationale de riz est restée stagnante, tandis que les importations ont considérablement augmenté et que la consommation de cette céréale a quadruplé entre 1986 et 2020. Cette recherche vise à comprendre comment l'importation de riz affecte les riziculteurs haïtiens et à analyser les stratégies qu'ils adoptent face à ce phénomène résultant de la libéralisation du commerce dans le pays. La méthodologie a inclus une revue bibliographique et la collecte de données secondaires provenant des organisations et des instituts de recherche, notamment le département des statistiques de la FAO (FAOSTAT) et le Ministère de l'Agriculture, des Ressources Naturelles et du Développement Rural (MARNDR). Parallèlement, des données primaires ont été recueillies auprès de 80 riziculteurs haïtiens dans quatre régions d'étude, dont 40 dans la commune des Cayes, 15 dans l'Artibonite, 15 à Saint-Raphaël et 10 à Ferrier, dans la plaine de Bas Maribaroux. La sélection des participants a été réalisée de manière non probabiliste, sans prétendre à être statistiquement représentative, selon un critère stratifié par commodité et non proportionnel. Les résultats de la recherche indiquent que les producteurs de riz en Haïti font face à de nombreux défis, notamment le manque de financement et d'assistance technique, l'absence de technologies et d'intrants modernes, les problèmes climatiques et d'irrigation, ainsi que l'arrivée massive de riz importé, vendu aux consommateurs locaux à des prix plus bas. Ces défis sont en grande partie la conséquence du retrait de l'État dans le secteur agricole suite à la mise en œuvre de politiques néolibérales dans le pays. La recherche révèle également que les stratégies adoptées par les producteurs, sans le soutien de l'État, n'ont pas été efficaces pour atténuer les impacts de ce phénomène. Ainsi, une action étatique concrète est nécessaire pour atténuer les effets des politiques néolibérales et promouvoir des conditions plus favorables à la production locale.

Mots-clés : Politique économique néolibérale. Riz. Importations. Haïti.

REZIME

Nan ane 1980 yo, Ayiti te oblije adopte politik ouvèti komèsyal nan sektè agrikòl la, sa ki te genyen gwo enpak, sitou sou pwodiksyon diri. Depi lè sa a, pwodiksyon diri nasyonal la rete san chanjman, pandan ke enpòtasyon yo ogmante anpil epi konsomasyon sereyal sa a ogmante kat fwa ant 1986 ak 2020. Rechèch sa a chache konprann ki jan enpòtasyon diri afekte pwodiktè diri ayisyen yo epi analize estrateji yo adopte fas ak fenomèn sa a, ki se rezilta liberalizasyon komès nan peyi a. Metodoloji a te enkli yon revizyon literati ak koleksyon done segondè ki soti nan òganizasyon ak enstitisyon rechèch tankou Depatman Estatistik FAO (FAOSTAT) ak Ministè Agrikilti, Resous Natirèl ak Devlopman Rural (MARNDR). Nan yon lòt bò, nou te ranmase done primè nan mitan 80 pwodiktè diri ayisyen ki soti nan kat rejyon nan peyi a: 40 nan awondisman Okay, 15 nan vale Latibonit, 15 nan Sen Rafayèl, ak 10 nan Ferrier, nan plèn Bas Maribaroux. Seleksyon patisipan yo te fèt nan fason ki pa pwobabilite san yo pa reklame yo estatistikman reprezante, ak yon kritè estratifye pa konvenyans epi ki pa pwopòsyonèl. Rezilta rechèch la montre ke pwodiktè diri yo ap fè fas ak plizyè defi, tankou mank finansman ak asistans teknik, absans teknoloji ak bon jan angrè, pwoblèm klimatik ak irigasyon, epi gwo enpòtasyon diri ki vann ak konsomatè lokal yo ak pri ki pi ba. Defi sa yo se prensipalman konsekans retrè Leta nan sektè agrikòl apre aplikasyon politik neyo-liberal nan peyi a. Rechèch la montre tou ke estrateji pwodiktè yo mete an plas, san sipò Leta, pa reyisi diminye enpak sitiyasyon sa a. Kidonk, li enpòtan pou Leta pran mezi konkrè pou minimize efè negatif politik neyo-liberal yo epi mete pi bon kondisyon pou devlopman pwodiksyon lokal la.

Mo kle: Politik ekonomik neyoliberal. Diri. Enpòtasyon. Ayiti

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização das áreas de estudo no Haiti	29
Figura 2: População rural e urbana (%) no Haiti (1960 – 2020)	42
Figura 3: Exportação de café do Haiti de 1983 a 2022 (toneladas)	57
Figura 4: Principais exportações do Haiti % entre 2013 e 2017 em valor no conjunto das exportações nacionais em USD\$	58
Figura 5: Rendimento médio (kg/ha) da produção de arroz no Haiti e nos Estados Unidos (1961-2021) 61	
Figura 6: Produção e fluxo comercial doméstico da produção de arroz no Haiti (2018)	62
Figura 7: Produção e importação (toneladas) de arroz no Haiti (1961 – 2021).....	68
Figura 8: Produção e importação (toneladas) de arroz e consumo per capita (kg/pessoa/ano) no Haiti (1961 – 2020).....	70
Figura 9: Produtores vinculado a um tipo de associação em %	82
Figura- 10: Avaliação dos produtores em % da produção de arroz nas últimas décadas	87
Figura 11: Quantidade de área cultivada com arroz por produtores no departamento do Artibonite (vale do Artibonite) em cx	89
Figura 12: Quantidade de área cultivada com arroz por produtores no departamento do Norte (Saint-Raphaël) em cx	90
Figura 13: Quantidade de área cultivada com arroz por produtores no departamento do Nordeste (Ferrier) em cx	91
Figura 14: Quantidade de área cultivada com arroz por produtores no departamento do Sul (De Cayes) em cx	91
Figura 15: Número dos produtores, em %, entrevistados que adotam estratégias para enfrentar à forte concorrência com o arroz importado	101

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1: Acesso dos produtores entrevistados às políticas públicas para a agricultura	83
Tabela 2: Variedades de arroz produzido no Haiti/ números de produtores e regiões	84
Tabela 3: Preço mínimo e máximo atual de 2,722 kg de arroz nacional e importado nos mercados de das diferentes regiões.....	95
Tabela 4: Principais responsáveis da estagnação da produção nacional de arroz no Haiti segundo os respondentes em %	96

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1: Calendário de cultivo de arroz.....	63
Quadro 2: Caracterização do entrevistado e da unidade de produção	78

LISTAS DE FOTOS

Foto 1: Produtores haitianos no vale de Artibonite iniciando o cultivo de arroz	65
Foto 2: Produtores haitianos no vale de Artibonite preparando a terra para o plantio de arroz	65
Foto 3: Produtores haitianos transplantando o arroz no vale do Artibonite	67
Foto 4: Parcelas de arroz no vale do Artibonite - Haiti.....	80
Foto 5: Arroz em casca espalhado sobre uma lona de plástico para secar no distrito des Cayes-Haiti.....	85
Foto 6: Trabalhadores voluntários haitianos reúnem-se no local de construção do canal no Rio do Massacre durante a fase de construção	88
Foto 7: A construção do canal no Rio do Massacre, localizado no departamento do Nordeste do Haiti, em sua fase de conclusão.....	88
Foto 8: Madan sara transportando mercadorias de uma região para outra.....	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRH:	Banque de la République d'Haïti
BUH:	Banque de Union Haïtienne
CEPAL:	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNSA:	Coordenação Nacional de Segurança Alimentar
CPT:	Conselho Presidencial da Transição
ENEPA:	Pesquisa Nacional de Produção Agrícola
FAO:	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FMI:	Fundo Monetário Internacional
IHSI:	Institut Haïtien de Statistique et d'Informatique
IARC:	International Agency for Research on Cancer
IICA:	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
MARNDR:	Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural
MINUSTAH:	Missão de Estabilidade das Nações Unidas no Haiti
OCDE:	Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Econômico
OCHA:	Office for the Coordination of Humanitarian Affairs
OECD:	Observatório da Complexidade Econômica
OIT:	Organização Internacional do Trabalho
OMC:	Organização Mundial do Comércio
ONU:	Organização das Nações Unidas
OXFAM:	Comitê de Oxford para o Combate à Fome
PAE:	Programa de Ajuste Estrutural
PAPDA:	Plateforme haïtienne de Plaidoyer pour un Développement Alternatif
PIB:	Produto Interno Bruto
PIC:	Parque Industrial do Caracol
PVD:	País em Desenvolvimento
UE:	União Europeia
USAI:	Unidade Estatística Agrícola e Informática, do Instituto Haitiano de Estatística e Informática
USDA:	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	21
2. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS DA PESQUISA	27
2.1. ABORDAGEM METODOLÓGICA	27
2.2. POPULAÇÃO DE ESTUDO	28
2.3. APRESENTAÇÃO DE ÁREA DE ESTUDO	28
2.4. TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	31
2.4.1. Pesquisa bibliográfica	31
2.4.2. Pesquisa em dados secundários	32
2.5. AMOSTRAGEM	32
2.5.1. Aplicação de questionário	33
2.6. ANÁLISE E TRATAMENTO DE DADOS	34
3. CARACTERIZAÇÃO DO HAITI E DO SEU ESPAÇO RURAL	35
3.1. APRESENTAÇÃO DO HAITI	35
3.2. ESPAÇO RURAL NO HAITI	39
3.3. POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA NO HAITI	43
4. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA DOUTRINA NEOLIBERAL E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO HAITI	46
4.1. NEOLIBERALISMO: BREVE APRESENTAÇÃO	46
4.2. PROGRAMA DE AJUSTE ESTRUTURAL (PAE) NO HAITI	49
4.3. TEORIA DE LIVRE COMÉRCIO	51
4.4. A TEORIA DA DEPENDÊNCIA	55
5. O ARROZ NO HAITI: PRODUÇÃO, COMÉRCIO E CONSUMO	60
5.1. O CULTIVO DE ARROZ NO HAITI	60
5.2. OS PRODUTORES DE ARROZ NO HAITI	64
5.3. PRODUÇÃO E IMPORTAÇÃO DE ARROZ NO HAITI	68
5.4. OFERTA E DEMANDA DO ARROZ NO HAITI	71
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES	77
6.1. CARACTERÍSTICAS DOS PRODUTORES E DA UNIDADE PRODUTIVA	77
6.2. PRODUTORES: ORGANIZAÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS	81
6.3. ARROZ: PRODUÇÃO, ÁREA DE PRODUÇÃO	83
6.4. MERCADOS E DESAFIOS	93
6.5. ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS DOS RIZICULTORES	100
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114
ANEXOS	126

1. INTRODUÇÃO

Na economia atual, o comércio internacional desempenha um papel muito relevante ao estabelecer uma ligação entre os países no intercâmbio de bens e serviços através do comércio. Segundo Badio (2017), nenhum país pode funcionar de maneira totalmente endógena para satisfazer as necessidades dos seus cidadãos. No entanto, a abertura do mercado não é sempre uma fonte de ganho, principalmente, como aponta Paulin (2006), no quadro de uma liberalização demasiado apressada. Dessa forma, a discussão sobre o comércio internacional é um dos temas mais antigos e controversos do debate econômico, com diferentes visões e interpretações sendo discutidas por diversos especialistas em relação aos seus efeitos em algumas nações. Independente das variações teórico-analíticas, um conceito-chave para o estudo do comércio internacional é o de vantagem comparativa, criado e desenvolvido por David Ricardo (1817).

A teoria proposta por Ricardo demonstra que o comércio internacional pode ser vantajoso para os países, mesmo na ausência de vantagem absoluta na produção de bens, ao basear-se no conceito de vantagem comparativa. Essa ideia estabelece que os países se beneficiam ao especializarem-se na produção de bens que possuem menor custo de oportunidade. Posteriormente, a teoria neoclássica expandiu essa perspectiva, destacando que os benefícios do comércio internacional são maximizados com a liberalização do mercado, uma vez que a eliminação de barreiras tarifárias não apenas reduz os custos e distorções causados por controles governamentais, mas também promove o bem-estar e impulsiona o crescimento econômico (BITTENCOURT et al., 2008).

Alguns estudos mostram que a liberalização do comércio é uma solução para a economia, notavelmente, quando o mercado local não consegue satisfazer a demanda interna, sendo que a diminuição da tarifa de importação tem um impacto positivo na economia (KRUGMAN e OBSTFELD 2006; ELSHEIKH, ELBUSHRA e SALIH, 2015). Silva et al. (2003), num estudo sobre o impacto da liberalização comercial na agricultura, mostraram haver uma relação positiva entre a abertura comercial e a produtividade agrícola.

Por outro lado, alguns estudos (CHANG, 2008 e 2004; GRABEL, 2004; DALY, 1993; SAPIR, 2010; PIKETTY, 2013) problematizam esta perspectiva. De acordo com Chang (2008), a liberalização do comércio é um obstáculo ao desenvolvimento econômico e não impulsiona o crescimento na fase inicial. O autor

afirma que a maioria dos países atualmente desenvolvidos era protecionista no passado. Assim, Chang e Grabel (2004) sustentam medidas protecionistas para os países em desenvolvimento. Também, Daly (1993) não considera a liberalização do comércio como uma boa solução para os países em desenvolvimento.

De acordo com Piketty (2013), em contraste com as previsões da teoria pura do comércio internacional, o livre comércio, analisado sob a perspectiva da globalização, é um fenômeno que contribuiu para o aumento das desigualdades de renda e riqueza. Como destacam Becuwe e Blancheton (2017), a globalização - ou a busca do livre comércio - não favoreceu a convergência das economias e efeitos de *catch-up*. Segundo Winters (2002), países em desenvolvimento podem enfrentar uma elevada incerteza devido à liberalização comercial, tornando o país mais vulnerável a choques comerciais, tais como grandes variações de preços e variações na taxa de câmbio, o que reduz a eficácia de políticas para diminuição da pobreza e redistribuição de renda (WINTERS, 2002).

Para Boussard et al. (2005), as políticas de liberalização do mercado deveriam ajudar, teoricamente, a combater a pobreza, fornecendo alimentos baratos. Mas, apesar disso, para Silva et al. (2003), existe uma correlação positiva entre a abertura comercial e a produtividade agrícola. Mas, no caso dos pequenos países, como Haiti, que não têm grande influência no mercado mundial, a eliminação dos direitos aduaneiros pode ser desvantajosa para os produtores, tal como ficou demonstrado por Fréguin e Devienne (2006) num estudo sobre a liberalização econômica e a marginalização dos camponeses no Haiti.

Nas últimas quartas décadas, com a implementação da política neoliberal no país, através do Programa de Ajuste Estrutural (PAE), as políticas econômicas do Haiti foram caracterizadas pela liberalização dos mercados e pela retirada do Estado de muitas atividades, principalmente da agricultura (FRÉGUIN; DEVIENNE, 2006). Esta implementação foi negociada no âmbito do acordo assinado pelas autoridades do país com as principais instituições financeiras internacionais, nomeadamente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, e a ajuda concedida ao país foi feita nos termos da liberalização do comércio (MCGUIGAN, 2006). Foram introduzidas políticas de ajuste econômico e liberalização, reduzindo e/ou interrompendo a intervenção pública.

Esses programas de ajuste estrutural, em paralelo com a liberalização do comércio, representaram uma importante mudança na história econômica do país. Os PAEs impostos nos anos 1980 em diversos países da América Latina, como no Haiti,

criaram um problema particularmente grave para o setor agrícola do país desde a queda do regime de Duvalier em 1986, sobretudo na produção de arroz, que diminuiu 23% entre 1985 e 1995, enquanto as importações aumentaram 2.800% no mesmo período (ÉTIENNE, 2023). Como aponta Étienne (2023), a liberalização do comércio no Haiti não levou em conta a situação da produção agrícola nacional e os impactos socioeconômicos e alimentares que poderiam derivar destas iniciativas.

Desde várias décadas, o arroz desempenha um papel fundamental na base alimentar da população haitiana, sendo que o seu consumo cresceu rapidamente no país (CHALMERS, 2014; MARNDR, 2016; REDON; PETIT-BEL, 2017; DIMANCHE, 2018). Este cereal se destaca, entre todos os alimentos básicos, por um triplo efeito oposto. Em primeiro lugar, pelo rápido aumento de seu consumo, em segundo lugar, pela crescente dependência do país em relação ao mercado internacional e, em terceiro, pela estagnação na produção. O consumo de arroz aumentou 15,3 kg/ano em 1980 e seguiu expandindo-se, alcançando 36,7 kg/ano em 2000 e 56,7 kg/ano em 2020 (CHALMERS, 2014; FAOSTAT, 2023).

Nas últimas quatro décadas, conforme a avaliação do Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural (MARNDR) e da FEWS NET, o consumo anual do país aumentou de apenas 130.000 toneladas/ano em 1984 para uma estimativa de 662.648 toneladas em 2020 (ÉTIENNE, 2023). E, atualmente, o Haiti é o maior consumidor per capita de arroz da América Latina (ÉTIENNE, 2023). Vale destacar ainda que a população total haitiana aumentou 100% entre 1980 e 2022, sendo que a população urbana se multiplicou por seis durante o mesmo período, passando de 1.159.884 para 6.814.295 (BANCO MUNDIAL, 2023), o que levou a uma mudança no padrão de consumo, com uma forte tendência de diminuição das explorações agrícolas do Haiti. A produção nacional, neste caso, não está acompanhando o aumento populacional.

Além do aumento do consumo, é possível notar não apenas uma estagnação na produção nacional, mas também um grande aumento nas importações no mesmo período. A produção doméstica de arroz foi estimada em 119.720 toneladas e as importações em 16.200 toneladas em 1980 (FAOSTAT, 2023). Em 2021, enquanto a produção nacional está estimada em 155.000 toneladas, as importações alcançaram 433.000 toneladas (FAOSTAT, 2023). Conforme a Pecos (2006), o país enfrenta um difícil impasse após a liberalização e a urbanização desorganizada, se voltado cada vez mais para o exterior para suprir suas necessidades alimentares.

Baptiste (2007) e McGuigan (2006) consideram que o aumento das importações de produtos alimentares, sobretudo de arroz, para o Haiti, após a liberalização do comércio, aumentou a oferta de arroz, o que se resultou numa queda relativa do preço no mercado nacional em 1995, sendo o preço do arroz nacional determinado pelo preço do arroz importado.

Esta redução do preço do arroz no mercado doméstico aumentou o seu consumo em detrimento de outras culturas alimentares locais. Como resultado, de acordo com Dimanche (2018), reduziu-se a diversidade alimentar dos consumidores urbanos. Por conseguinte, o aumento das importações para satisfazer a crescente demanda dos consumidores urbanos contribui largamente para perturbar o crescimento da produção de arroz no país e reforça a dependência em relação ao exterior para suprir as necessidades alimentares (PECOS, 2006). Dada esta situação, optamos por abordar nesta dissertação os efeitos da importação massiva de arroz sobre os produtores haitianos e suas estratégias construídas frente a esse fenômeno.

Assim, para entender o impacto da liberalização comercial no Haiti sobre os produtores de arroz e suas estratégias frente às importações exponenciais de arroz, esta dissertação tem como questões de pesquisa: Quais são os efeitos da importação de arroz, impulsionada pela liberalização comercial, sobre os rizicultores haitianos? Que estratégias os produtores de arroz têm adotado/construído para enfrentar esse fenômeno?

O objetivo geral desta pesquisa consiste em perceber como a importação de arroz afeta os rizicultores haitianos e analisar as suas estratégias adotadas frente a esse fenômeno derivado da liberalização comercial no país. Como objetivos específicos, procura-se: i) apresentar os impactos da política econômica neoliberal, via do Programa de Ajuste Estrutural (PAE), sobre a produção e o consumo de arroz no Haiti; ii) analisar os efeitos que a redução das tarifas de importação de arroz tem sobre os rizicultores haitianos; iii) entender as estratégias desenvolvidas pelos produtores de arroz no Haiti frente ao fenômeno de importação massiva de arroz no país.

Dado o contexto em que o setor da produção de arroz se encontra nas últimas décadas, o baixo progresso da produção nacional, o aumento exponencial das importações, o rápido aumento do consumo de arroz, a suspensão temporária das tarifas aduaneiras sobre o arroz importado desde 2019 e o aumento da insegurança alimentar no

país¹, observamos a necessidade de prestar especial atenção a este assunto. Cientificamente, decidi realizar esta investigação na sequência de várias leituras que fiz em diferentes estudos sobre a produção e o comércio de arroz no Haiti. Alguns desses estudos (ÉTIENNE, 2023; ALTINEUS, 2015; DIMANCHE, 2018; RICHARDSON et al., 2022; OXFAM, 2012; MARNDR, 2016) se enfocam nos impactos da liberalização do comércio sobre a produção nacional de arroz. E eles mostram que, além de outros fatores (como problemas climáticas, uso limitado de novas tecnológicas, ausência de apoio estatal, falta de manutenção dos canais de irrigação, etc.), o declínio da produção de arroz no Haiti, principalmente no vale de Artibonite, principal zona rizicultura do país, que responde por 70 a 80% da produção nacional (MCGUIGAN, 2006; ALTINEUS, 2015; ÉTIENNE, 2023), tem na liberalização do comércio um fator importante para explicar este declino. Há também o estudo de Fréguin et al. (2006) sobre a liberalização comercial, que mostra os efeitos negativos dessas políticas sobre os produtores de arroz e de banana no país.

Esta investigação irá ampliar e aprofundar a revisão da literatura e a sistematização de dados secundários sobre o assunto, mas também aporta uma contribuição original ao tema. Nesse sentido, a pesquisa quer ir além da questão do impacto da liberalização do mercado sobre a produção de arroz no país, olhando os efeitos sobre os agricultores e as suas reações frente a esse fenômeno. Para tanto, partindo de uma discussão mais geral, com base em dados secundários, sendo está uma dimensão mais presente e frequente nos estudos do tema, também será realizada uma análise aprofundada, com dados primários, que ajudará a compreender o problema enfrentado pelos produtores de arroz e as suas estratégias frente ao fenômeno de importação massiva de arroz no mercado nacional. Parte-se, portanto, do pressuposto de que os agricultores reagem e criam caminhos que lhes permitem afrontar contextos de vulnerabilidade, risco e instabilidade (BEBBINGTON, 1999; ELLIS, 2000). De outro lado, a pesquisa levou também em consideração a dimensão macroeconômica, analisando os impactos das políticas de liberalização comercial sobre a estrutura econômica do setor agrícola, com ênfase no setor de arroz, a competitividade do mercado nacional e os reflexos sobre os preços.

¹ Segundo os dados da FAO (2024), 5.4 milhões das pessoas, ou seja, quase a metade da população haitiana, encontram-se em um nível elevado de insegurança alimentar.

Além da fundamentação científica, consideramos que, diante do grande desafio da insegurança alimentar que o país enfrenta, é de suma importância aprofundar o nosso conhecimento sobre este tema, para contribuir para a orientação das decisões em relação à produção de arroz no país e às dificuldades enfrentadas pelos produtores desse setor. Se for possível, esta pesquisa poderá abrir uma nova abordagem de análise das dificuldades enfrentadas pelos produtores de arroz no Haiti, permitindo pensar e propor novas políticas públicas para o setor no Haiti.

Além desta Introdução e das Considerações finais, este trabalho está estruturado em cinco seções. Inicialmente, apresentam-se as considerações metodológicas da pesquisa. Na segunda seção, é realizada uma breve apresentação do Haiti, destacando sua história socioeconômica e estrutural e descrevendo o espaço rural do país. Para uma melhor compreensão do tema estudado, destacam-se alguns importantes pontos históricos e contemporâneos. Na terceira seção, após apresentar os fundamentos teóricos da liberalização econômica e os diferentes momentos da sua aplicação no Haiti, apresenta-se a teoria do livre comércio e a teoria da dependência. Na quarta seção, apresenta-se o setor do arroz no país, o comércio, a produção e as importações. E, por fim, na seção cinco, o foco recai sobre os dados da pesquisa de campo e a sua análise.

2. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS DA PESQUISA

O método desempenha um papel fundamental em qualquer processo de pesquisa. Para esta razão, para realizar essa pesquisa, desenvolvemos uma estrutura metodológica que determina a abordagem e as técnicas seguidas para atingir nossos objetivos. Neste capítulo, que visa apresentar as abordagens seguidas nesta pesquisa, apresentamos a natureza deste estudo, as áreas de pesquisa e também explicamos como coletamos os dados analisados. Para realizar esta pesquisa, como aponta N'da (2015), esta parte diz respeito a todo o plano de trabalho que ditou as atividades realizadas para a pesquisa ser concluída com êxito.

2.1. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Para analisar como a importação de arroz impacta os rizicultores haitianos e examinar as estratégias adotadas por eles diante desse fenômeno decorrente da liberalização comercial no país, optou-se pela utilização do método misto. Trata-se, portanto, de um estudo de caso que combina abordagens qualitativas e quantitativas. De acordo com Bericat (1998) e Morgan (1998), há três estratégias principais para integrar esses métodos: complementaridade, combinação e triangulação. Neste estudo, adotou-se a triangulação, que consiste no uso de ambas as metodologias para explorar um mesmo aspecto da realidade (ANADÓN, 2019).

A triangulação na pesquisa consiste em examinar um tema ou fenômeno a partir de diferentes perspectivas. Essa abordagem fortalece a validade, a confiabilidade e a abrangência dos resultados, como apontou Anadón (2019), promovendo a convergência dos dados e das análises. Nesta pesquisa, a estratégia de triangulação mostrou-se fundamental para alcançar uma compreensão mais rica e detalhada do tema. Ao combinar diferentes fontes de dados e métodos, conseguimos cruzar análises quantitativas e qualitativas para enxergar de maneira mais clara as dinâmicas econômicas e sociais envolvidas. Primeiramente, ao integrar dados estatísticos sobre importação, produção nacional e preços do arroz com relatos de produtores, pudemos identificar tendências econômicas e compreender como esses atores vivem e reagem às mudanças do setor. Esse cruzamento de informações também nos permitiu confrontar as experiências dos produtores com os números e análises já existentes sobre os impactos da liberalização comercial.

Além disso, a triangulação ajudou a conectar o cenário macroeconômico - como a evolução das importações e dos preços - com as realidades cotidianas dos produtores. Assim, foi possível dar visibilidade aos desafios que enfrentam e às estratégias que desenvolvem para se adaptar a um mercado cada vez mais aberto. Essa abordagem nos permitiu não apenas entender os números, mas também ouvir as vozes por trás deles, trazendo uma visão mais humana sobre as dificuldades e resiliência dos agricultores haitianos diante do atual contexto do setor rizícola.

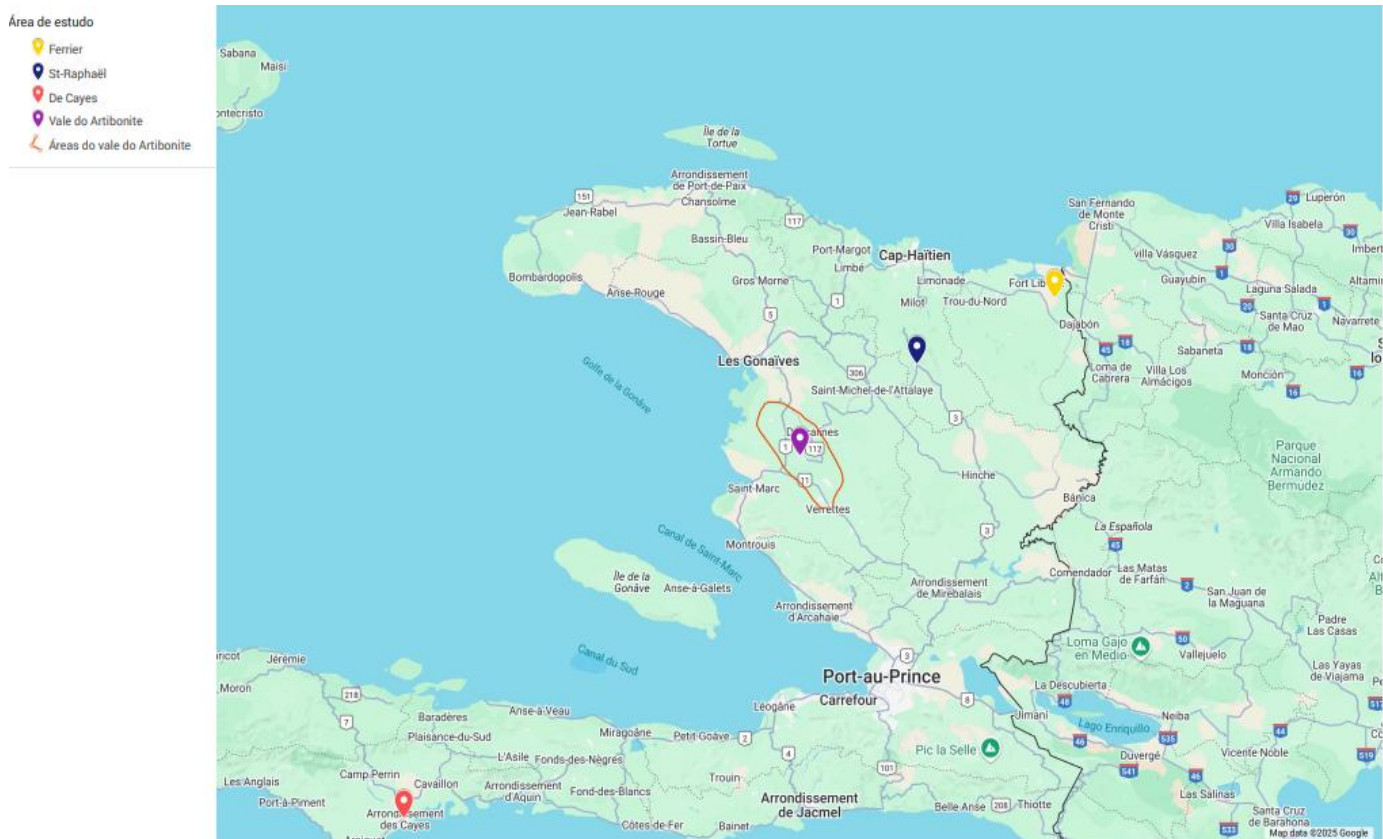
2.2. POPULAÇÃO DE ESTUDO

A população de estudo desta pesquisa é composta pelos produtores de arroz no Haiti. Para assegurar o caráter científico da investigação, foi realizado um levantamento por meio de questionários aplicados a produtores de arroz nas quatro principais regiões do país (Figura 1). Esses questionários foram administrados diretamente aos rizicultores haitianos, conforme descrito a seguir.

2.3. APRESENTAÇÃO DE ÁREA DE ESTUDO

Para a realização desta pesquisa, foram selecionados o Vale do Artibonite, a comuna de Saint-Raphael, no Norte, a comuna de Ferrier, no departamento do Nordeste, e o distrito de Cayes, no departamento Sul do Haiti.

Figura 1: Localização das áreas de estudo no Haiti



Fonte: Elaboração própria a partir do Google Maps (2025).

A escolha dessas áreas deve-se à sua importância para a produção de arroz no país. Conforme McGuigan (2006) e Altineus (2015), o departamento de Artibonite responde por aproximadamente 70% a 80% da produção total de arroz no Haiti. Já Saint-Raphael, Ferrier e Cayes contribuem, cada uma, com cerca de 4% da produção nacional (USDA, 2010). Para facilitar a compreensão do espaço analisado, apresentamos a seguir as áreas selecionadas.

2.3.1. O vale do Artibonite

O vale do Artibonite está localizado entre o Golfo de Gonâve, a oeste, as Montanhas Negras, ao norte, e a Cordilheira de Matheux, ao sul, integrando o departamento de Artibonite. O rio Artibonite, que drena aproximadamente 9.000 km² até Pont-Sondé, constitui a maior bacia hidrográfica do Haiti e da República Dominicana. Essa região possui a maior área irrigada do país, abrangendo treze (13) seções comunais distribuídas nas comunas de Estère, Dessalines, Desdunes, Verrettes e Petite-Rivière de Artibonite. A planície de Artibonite representa a principal zona de cultivo de arroz no

Haiti. Dos cerca de 70.000 hectares de terras irrigadas existentes no país, mais de 73,7% encontram-se no departamento de Artibonite (LÉVY, 2001; LANEAU, 2015).

Conforme a estimativa de 2009 do *Institut Haïtien de Statistiques et d'Informatique* (IHSI, 2015), a população do departamento de Artibonite era de aproximadamente 1.727.524 habitantes. A maioria dessa população depende da agricultura, com destaque para a produção de arroz. Contudo, as propriedades agrícolas no Vale do Artibonite são, em sua maioria, pequenas propriedades familiares, cultivadas pelos próprios membros da família.

2.3.2. Apresentação do Saint Raphaël

Saint-Raphaël é uma comuna localizada no departamento do Norte, no Haiti, com uma população estimada em aproximadamente 50 mil habitantes (IHSI, 2021). Segundo Osthe e West Jr. (2024), as planícies da comuna são utilizadas de maneira intensa, muitas vezes com uso da irrigação, conformando-se em uma das principais zonas agrícolas do país com forte incidência do cultivo de milho, arroz, feijão, mandioca, batata, cana-de-açúcar e de legumes em geral, além da criação de aves, cabras, bois e porcos. Saint-Raphaël se destaca como uma importante área de produção de arroz no país, sendo responsável por cerca de 4% da produção nacional total desse cereal (USDA, 2010). A população de Saint-Raphaël, independentemente da faixa etária, participa ativamente das atividades relacionadas ao transplante de arroz.

2.3.3. A comuna de Ferrier

A comuna de Ferrier está situada no distrito de Fort-Liberté, no departamento do Nordeste do Haiti. Este departamento possui uma área de 1.623 km² e uma população estimada em 393.967 habitantes (IHSI, 2015). Ferrier, por sua vez, conta com uma população de 13.096 habitantes e tem sua economia predominantemente baseada na agricultura, destacando-se a produção de laranja, limão, milho, arroz, entre outros. A seção comunal de “Bas Maribaroux” é a única da comuna, sendo reconhecida como uma área de grande potencial para a produção de arroz, localizada na planície que leva o mesmo nome.

2.3.4. A comuna des Cayes

O distrito de Cayes está localizado no departamento Sul do Haiti, é delimitado ao norte pela “Rivière de l'Islet” e pelo “Bois l'État”, ao sul e a leste pelo mar, e a oeste

pela “Ravine du Sud”. Fundada em 1726, o distrito possui uma população estimada em 151.696 habitantes, conforme dados do IHSI de 2015, distribuída em uma área de 219,11 km², resultando em uma densidade populacional de 692 habitantes por quilômetro quadrado. A agricultura é a principal atividade econômica da região, embora o tipo de produção varie conforme a área ou seção comunal. O distrito de Cayes é composto por seis seções comunais, onde predominam culturas como milho, “pois Congo”, vetiver, amendoim e feijão, entre outros. Apesar de ser considerada uma atividade econômica secundária, a produção de arroz permanece significativa no distrito de Cayes (MARNDR, 2008).

2.4. TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Nesta pesquisa, além de uma revisão bibliográfica e dados secundários foram coletados em diversos sites como: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (*Food and Agriculture Organization*, FAO), Banco Mundial, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural (*Ministère de l'Agriculture, des Ressources Naturelles et du Développement Rural*, MARNDR), Unidade Estatística Agrícola e Informática, do Instituto Haitiano de Estatística e Informática (*Unité des Statistiques et de l'Informatique Agricoles de l'Institut Haïtien des Statistiques et de l'Informatique*, IHSI²), Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (*United States Department of Agriculture*, USDA), Organização Mundial do Comércio (OMC), Observatório da Complexidade Econômica (*Observatory of Economic Complexity*, OEC), entre outros. Fizemos uso complementar de análise bibliográfica, para o método qualitativo, e aplicação de questionário, para o método quantitativo.

2.4.1. Pesquisa bibliográfica

Seja para formular nosso problema, desenvolver o quadro teórico ou analisar e discutir os resultados, a pesquisa documental é inevitável e indispensável. Na pesquisa científica, a coleta de dados documentais é uma necessidade e segue a mesma lógica implementada para coletar dados de entrevistas. No contexto desta pesquisa, a pesquisa

² É a principal instituição responsável por estudar, propor e desenvolver políticas na área de estatística e informática. Sua missão é apoiar as entidades nacionais no desenvolvimento, produção, divulgação e utilização dos dados estatísticos oficiais. O IHSI também coordena as atividades estatísticas e disponibiliza esses dados para o governo, organizações nacionais e internacionais, além de diversos usuários. É também a instituição responsável pela governança eletrônica no Haiti (IHSI, 2025).

documental, à luz de N'da (2015), nos permitiu elaborar adequadamente a revisão da literatura que analisa criticamente os escritos, as teorias e os debates sobre o assunto. Nossas perguntas de pesquisa foram formuladas com base nos documentos selecionados para a problemática desta pesquisa. Consequentemente, a pesquisa bibliográfica foi muito importante para uma melhor exploração e domínio do assunto, pois permitiu reunir documentação essencial sobre a questão da importação e produção de arroz no Haiti.

2.4.2. Pesquisa em dados secundários

De modo geral, existem dois tipos principais de fontes de dados: as primárias e as secundárias. Embora a pesquisa secundária não proporcione ao pesquisador o mesmo nível de controle que a pesquisa primária, ela desempenha um papel importante no contexto desta investigação, permitindo a coleta de dados previamente reunidos por organizações e institutos, tanto nacionais quanto internacionais.

Segundo Gauthier (2009), os dados secundários coletados correspondem a informações reunidas originalmente para finalidades distintas das abordadas nesta pesquisa, mas que servem como base para a presente análise. Neste estudo, a análise de dados secundários constitui o único recurso disponível para examinar e comparar informações relacionadas à produção, importação, rendimento e consumo de arroz no Haiti ao longo do tempo.

2.5. AMOSTRAGEM

A construção de uma amostra no método quantitativo apresenta, geralmente, maior complexidade em comparação ao método qualitativo. Isso se deve ao fato de que, no método quantitativo, a amostra utilizada na pesquisa tende a ser mais ampla. Para a aplicação do questionário (Anexo 1), foram entrevistados 80 produtores de arroz distribuídos pelas quatro áreas de estudo. Esses produtores foram selecionados de forma não probabilística, utilizando o critério de conveniência, sendo 40 participantes no distrito de Cayes, 15 no Vale do Artibonite, 15 em Saint-Raphaël e 10 em Ferrier, na planície de Bas Maribaroux.

Apesar da intenção inicial de incluir um número maior de participantes, a escolha dessa amostra foi condicionada por limitações de tempo e financeiras e, sobretudo, pela instabilidade atual no Haiti, marcada por múltiplas crises que comprometem as condições de segurança necessárias para a realização de uma pesquisa de campo mais abrangente. Mas, segundo N'da (2015), quanto mais homogêneos forem

os sujeitos da pesquisa, menor pode ser o tamanho da amostra necessária. Assim, para assegurar a homogeneidade da amostra, foram incluídos apenas produtores de arroz. Neste estudo, cada produtor de arroz foi considerado uma unidade de amostragem.

Como o estudo abrange quatro regiões do país, os respondentes foram selecionados de forma não probabilística e estratificada, mas não proporcional. O número de participantes em cada área não foi determinado com base na porcentagem de produção de arroz ou no número total de produtores por região em relação ao total do país. Na prática, isso significa que os respondentes foram divididos por região, mas não escolhidos aleatoriamente dentro de cada uma delas; a seleção foi feita com base em critérios de acessibilidade. Consequentemente, os tamanhos das amostras regionais não refletem as proporções reais da população de rizicultores em cada área. Não obstante, os dados de campo permitem trazer a situação e as percepções de 80 produtores de arroz de quatro diferentes zonas do país.

2.5.1. Aplicação de questionário

Conforme destacado anteriormente na seção sobre coleta de dados, a obtenção das informações necessárias para a análise foi realizada por meio da aplicação de um questionário direcionado aos produtores de arroz nas quatro regiões selecionadas para esta pesquisa. Seguindo a abordagem proposta por N'da (2015), o questionário incluiu uma série de perguntas destinadas a investigar aspectos relacionados à pesquisa, como a produção de arroz, as importações do produto no país e as estratégias adotadas pelos produtores diante do fenômeno da liberalização comercial. O objetivo foi compreender suas opiniões, expectativas e níveis de conhecimento sobre o tema, etc.

Os questionários foram aplicados de forma indireta, preenchidos com base nas respostas fornecidas pelos entrevistados. Devido às limitações de recursos e questões de segurança no país, optou-se por realizar a aplicação de maneira online, utilizando plataformas como WhatsApp e Google Meet. No entanto, enfrentamos dificuldades para alcançar um número suficiente de participantes, em razão de problemas como a falta de conectividade dos agricultores e o receio por parte deles em participar da pesquisa neste formato. Para superar essas barreiras, contamos com a colaboração de parceiros locais, que realizaram a coleta direta das informações junto aos produtores e posteriormente nos enviaram os questionários preenchidos.

A aplicação dos questionários foi conduzida de forma online, com o apoio desses parceiros locais, e as respostas foram registradas no aplicativo “KoboCollect”. Os

dados coletados foram, em seguida, transformados em um arquivo Excel para posterior processamento e análise.

2.6. ANÁLISE E TRATAMENTO DE DADOS

O objetivo da análise de dados é demonstrar como eles se relacionam com o problema de pesquisa (N'da, 2015). Quando a pesquisa é qualitativa, como destaca N'da (2015), ela é geralmente baseada em estudos de caso, em que o pesquisador processa os dados de forma indutiva, com o intuito de identificar regularidades e descobrir conexões entre os fatos acumulados. As informações qualitativas são coletadas e processadas por meio de análise documental ou análise de conteúdo.

No entanto, como estamos adotando um método misto para a realização desta pesquisa, optaremos por uma análise mista dos dados. Em síntese, esta pesquisa, de cunho quantitativo e qualitativo, baseia-se em uma análise tripla, que contrasta informações estatísticas, documentais e provenientes dos questionários aplicados.

3. CARACTERIZAÇÃO DO HAITI E DO SEU ESPAÇO RURAL

Para uma melhor compreensão do tema desta pesquisa, alguns pontos da história e da atualidade do Haiti merecem destaque. É importante, também, entender as configurações do seu espaço rural. Neste sentido, este capítulo está subdividido em dois pontos. No primeiro momento, irá abordar, de modo sintético, a história socioeconômica, estrutural e política do Haiti desde a colônia até hoje. No segundo momento, o foco recai sobre o seu espaço rural, apresentando a sua delimitação e a sua configuração atual.

3.1. APRESENTAÇÃO DO HAITI

A República do Haiti está localizada na região do Caribe e partilha a ilha do Haiti com a República Dominicana. O país se estende por uma área de 27.500 km², situa-se entre 18° e 20° 6' de latitude norte e entre 72° 20' e 74° 30' de longitude oeste, com uma população de 11.905.897 habitantes (IHSI, 2021). O país está dividido administrativamente em dez (10) departamentos, 146 municípios e 571 seções comunais. Segundo os dados do Yves Cribb (1997), 25% do seu território é formado por planícies e 75% por colinas e montanhas.

Historicamente, até o processo de colonização, haviam populações nativas no seu atual território, as quais foram dizimadas a partir da chegada dos espanhóis, que se estabeleceram em dezembro de 1492 e transformaram a ilha em colônia (PERCHELLET, 2010). Mais tarde, em 1697, foi assinado o Tratado de Ryswick, no qual a Espanha cedeu à França parte do território haitiano (PERCHELLET, 2010). Como destacou Manigat (2001), de 1697 a 1803, a França estabeleceu no Haiti uma colônia que funcionou com a mão-de-obra negra trazida da África através do comércio transatlântico. No final do século XVIII, influenciada por contextos externos e internos, inicia uma revolução, que levou à independência do Haiti em 1° de janeiro de 1804. Em consequência, essa data marcou o rompimento com a política colonial francesa no Haiti.

Após a proclamação da independência do país, o Estado sob o comando de Jean-Jacques Dessalines foi tanto o criador da nova ordem social e econômica como seu gestor. Como se tratava de um Estado agrário rentista, cabia a ele estabelecer o sistema de posse da terra e o método de exploração que lhe permitiria extrair os recursos necessários ao seu funcionamento (ÉTIENNE, 2007). Assim, a política agrária de Dessalines foi orientada para uma agricultura de exportação, a qual já vinha sendo praticada na colônia. Esta política foi estruturada principalmente por três elementos: a

nacionalização de bens fundiários dos colonos, a redistribuição de certos domínios aos antigos escravos e a mobilização da força armada, não só para proteger o país do restabelecimento da escravidão, mas também para obrigar os pequenos agricultores a permanecer nas grandes plantações (DORVILIER, 2011; ÉTIENNE, 2007). Esta decisão levou ao descontentamento dos camponeses por não mais distinguirem a sua nova situação e a que haviam conhecido durante o período colonial (ÉTIENNE, 2007).

Porém, ao contrário das vontades dos antigos livres³ de se apropriarem dos grandes domínios deixados pelos colonos, Dessalines, na sua política agrária, distribuiu uma parte dessas terras a pequenos agricultores e antigos escravos. Essa iniciativa entrou em choque com as reivindicações dos generais da antiga classe dos libertos que desejavam apropriar-se dos bens dos colonos (PIERRE-CHARLES, 1993). Essa situação socioeconômica levou ao assassinato de Dessalines e, ao mesmo tempo, pôs fim a sua política agrária (DORVILIER, 2011).

Após o assassinato de Dessalines em 1806, o Haiti foi dividido em dois sistemas políticos distintos, com a formação de uma república no Sul e um reino de feudos hereditários com uma estrutura militar no Norte, liderado por Henri Christophe. Christophe organizou seu estado conforme as linhas do capitalismo britânico e manteve o sistema de grandes plantações, o que garantiu a ordem política, econômica e social que ele estabeleceu. Após sua morte em 1820, Boyer, que dirigiu o Estado do Sul, reuniu ambos os estados sob o rótulo republicano entre 1820 e 1843. Em termos da política agrária, Boyer decidiu tomar medidas para forçar os agricultores a permanecerem nas grandes plantações face à queda do volume da produção nacional obtida nos anos anteriores. Essas medidas repressivas, de acordo com Étienne (2007), aumentaram a distância entre o Estado e a sociedade, enfurecendo os camponeses.

Após a queda de Boyer, após vinte e cinco anos de governo, um período marcado por crises sociopolíticas e econômicas intensas, o Haiti continuou mergulhado em uma crise com a instalação de um novo governo provisório, liderado por Rivière Hérald, conhecido por seu desperdício de recursos públicos (BELLEGARDE, 1938). Este último permaneceu no poder por apenas cinco meses. Entre 1843 e 1847, o país teve quatro chefes de Estado diferentes, evidenciando a extensão das crises sociopolíticas e a instabilidade crônica vividas pelo Haiti na primeira metade do século XIX. De 1847 a

³ Pessoas libertadas antes da independência, que poderiam ser pardos e negros, nomeadamente antigos escravos domésticos qualificados, que haviam podido resgatar a sua liberdade ou obtê-la dos seus mestres em recompensa de serviços prestados antes da independência do país (DORVILIER, 2011).

1914, o país continuou a enfrentar graves crises, incluindo golpes de Estado, exílios políticos, assassinatos e corrupção, entre outros.

Em virtude de colapso político do Estado haitiano, que, entre 1804 e 1915, não conseguiu estabelecer um Estado moderno e estável, somado às ambições dos generais, afetou profundamente o processo de construção do novo Estado (ETIENNE, 2007), as tropas de infantaria da Marinha dos Estados Unidos desembarcaram em Porto Príncipe em 28 de julho de 1915, e ocuparam o país por 19 anos, até 1934.

O início do século XX foi, portanto, marcado pela ocupação americana no Haiti. Segundo Étienne (2007), a intervenção militar e a ocupação americana eram previsíveis desde a última década do século XIX, devido à crescente influência alemã no comércio de importação e exportação, em contraposição aos interesses americanos, além da deterioração da situação política e social no país. A guerra civil de 1902, o banditismo político e as invasões dos Cacos (camponeses armados do Nordeste) que atingiram a capital haitiana, culminaram nas anarquias sangrentas de 27 e 28 de julho de 1915, que selaram o colapso do Estado haitiano.

Esse colapso, somado à Primeira Guerra Mundial, criou tanto o contexto interno quanto a conjuntura externa que permitiram o envio das tropas americanas. Com o apoio da gendarmaria haitiana, as tropas americanas pacificaram o território nacional, matando centenas de pessoas da resistência camponesa. Após o fim da ocupação, o Haiti passou por uma série de novas crises socioeconômicas e, principalmente, políticas, até a ascensão de François Duvalier ao poder em 1957.

De 1957 até 1986, o país viveu a ditadura mais sangrenta da sua história. A violência e a corrupção atingiram novos níveis sob o governo de Duvalier. Por 29 anos François Duvalier (popularmente conhecido como Papa Doc) e seu filho, Jean-Claude Duvalier (Baby Doc) governaram o país (CÉLIUS, 1998), cuja gestão foi marcada pelo medo e pela desconfiança generalizada por conta dos assassinatos de oponentes da ditadura (HURBON, 1987) até o exílio de Jean-Claude Duvalier em 1986.

No final do século XX, em 1986, após o exílio de Jean-Claude Duvalier, a população haitiana sentiu-se liberta da ditadura e, ao mesmo tempo, almejava a democracia. No entanto, a instabilidade política e econômica, a anarquia e o caos generalizado bloquearam a tão esperada transição democrática. Entre 1986 e 1990, o país passou por vários governos, incluindo o do general Namphy, derrubado pelo coronel Prosper Avril, que foi forçado a renunciar ao poder sob pressão americana em 1990, e o de Leslie Saint-Roc Manigat, vencedor nas eleições de 1987. Em 16 de dezembro de

1990, foram realizadas as eleições, consagrando a vitória de Jean-Bertrand Aristide. Após várias tentativas de golpes de Estado, o presidente eleito foi derrubado em 30 de setembro de 1991 e se instalou uma nova ditadura militar no país durante 3 anos. Por outro lado, a resistência interna e a condenação da comunidade internacional, segundo Étienne (2007), levaram a uma crise latente que culminou, em 19 de setembro de 1994, com uma nova intervenção militar americana e com o retorno de Aristide ao poder.

Nas décadas seguintes, o país enfrentou diversas crises sociopolíticas relevantes, como o novo golpe de Estado contra Aristide em 2004, que foi reeleito em 2000. Esse golpe de Estado conduziu a uma nova ocupação militar catastrófica das Nações Unidas através da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), marcada pela violência, exploração sexual, o estupro, mortes ilegais, repressão e propagação da epidemia de cólera pelas forças militares (MAGONE, 2012; LE MONDE, 2016; LEE e BARTELS, 2020). O país enfrentou também com desastres naturais, incluindo o terremoto de 2010, que deixou mais de 300 mil mortos e deslocou outros milhares de pessoas. O banditismo em grande escala que assolou o país na década 2010–2020 se tornou ainda mais evidente ao longo dos anos mais recentes.

Desde o assassinato do presidente em exercício Jovenel Moïse, em julho de 2021, o Haiti permanece sem uma autoridade legítima, sendo governado por um Conselho Presidencial de Transição (CPT) composto por nove membros, após a demissão forçada do então primeiro-ministro Ariel Henry, que havia assumido a liderança do país após o assassinato de Moïse. A situação, que já era caótica mesmo antes do assassinato de Jovenel Moïse, continua tensa e imprevisível após sua morte. Conforme o relatório da OCHA (2024), a violência e a anarquia no Haiti atingiram um nível de gravidade sem precedentes. O relatório enfatiza que o país, que vem sendo assolado pela violência há vários anos, está atualmente enfrentando um aumento nas violações de direitos humanos, assassinatos e sequestros. As gangues criminosas controlam a maior parte do território da capital, uma parte no departamento do Artibonite, bem como as estradas que levam ao resto do país.

Desde 2023, as crises de segurança, judiciais, políticas e humanitárias que afetam o Haiti se agravaram. De acordo com a *Human Rights* (2023), o número de assassinatos, sequestros e violência sexual perpetrado por gangues aumentou consideravelmente. Conforme essa organização de direitos humanos, a resposta do Estado é fraca ou inexistente, e o sistema judicial está lutando para funcionar. Em termos de insegurança alimentar, segundo a CNSA (2025) 5,54 milhões de haitianos, que

representam 49% da população, estão passando fome e precisam de ajuda alimentar emergencial. Dentro deste grupo, conforme a ONU, cerca de 1,64 milhão está enfrentando níveis agudos de insegurança alimentar.

Essas várias mudanças, crises sociopolíticas e institucional desde a independência do país, e o aumento da violência, manipulado pela classe econômica, política e pela comunidade internacional, vem punindo o país que desafiou o sistema escravagista do mundo ocidental em 1º de janeiro 1804, tornando esta nação essencialmente agrícola o país economicamente mais pobre da América Latina e do Caribe. Em 2023, o Haiti tinha um PIB per capita de US\$ 1705,8 e, embora não haja dados confiáveis sobre a pobreza, estimativas do Banco Mundial para 2023 apontam que ela alcança 63% da população (utilizando como critério US\$ 3,65/dia). Além disso, o Haiti tem o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Américas (BANCO MUNDIAL, 2023).

3.2. ESPAÇO RURAL NO HAITI

Compreender como os autores e as leis haitianas delimitam o espaço rural no Haiti é de grande importância para esta pesquisa. Apesar de focar, sobretudo, no impacto da importação de arroz no Haiti, esta investigação visa explicar os seus efeitos sobre os rizicultores, predominantemente na área rural do país. Por isso, o meio rural é o verdadeiro foco deste estudo. Daí, a necessidade de entender as suas características e a sua situação atual.

Existem deferentes maneiras de definir o espaço rural no mundo. Às vezes, para citar Cella et al. (2019), a densidade populacional é a preocupação determinante, em outros casos é o isolamento geográfico. Abramovay (2000), aponta três maneiras que geralmente usam nas literaturas internacionais para classificar o espaço rural. Uma das maneiras, diz o autor, é a delimitação administrativa, sendo urbanas as sedes dos municípios e seus distritos. A segunda maneira refere-se ao critério de ocupação da mão de obra na agricultura e, por fim, pelo seu número de habitantes.

Para Kageyama (2008), todas as definições da literatura do espaço rural apresentam a ideia de que rural é um espaço de baixa densidade populacional e de grandes distâncias dos núcleos mais urbanizados. De acordo com essas concepções, o espaço rural é definido por oposição às áreas urbanas. Essa maneira de definir as áreas rurais, oposta à urbana, além da concepção de delimitação administrativa, conforme indicado por Abramovay (2000), está estreitamente ligada à realidade haitiana, visto que o território

da República do Haiti é legalmente dividido em Seções Comunais, Comunas/Cidades/Áreas Urbanas e Departamentos (Haiti, 1987, Art. 61).

A Constituição haitiana de 1987 estabeleceu claramente, em termos administrativos, uma distinção entre as duas áreas. Segundo esta constituição, a seção comunal, considerada a menor entidade territorial administrativa, é administrada por um conselho de três membros eleitos por sufrágio universal para um mandato de quatro anos. A comuna, por outro lado, é administrada por um conselho municipal, assistido pela assembleia municipal.

O artigo 1 da Lei de julho de 1951, que foi retomado no Decreto-Lei de 22 outubro 1982 e Decreto-Lei de 1º fevereiro de 2006, tornou a cidade (a área urbana) parte integrante da comuna: “O território de cada comuna inclui a área urbana, os subúrbios, os bairros e as seções rurais anexadas a ela” (Haiti, 1951, art. 1). Isso nos levaria a considerar os centros administrativos ou centros urbanos das comunas como cidades e a área fora dos centros administrativos ou centros urbanos das comunas como rural. Essa separação entre áreas urbanas e rurais na legislação haitiana nos leva a afirmar que as áreas rurais no Haiti são definidas em oposição às áreas urbanas. No Haiti, uma zona rural é uma zona menos densamente povoada onde, entre outras coisas, não há concentração de atividades comerciais e de serviços públicos, enquanto mantém uma economia baseada na agricultura.

Desde sua independência, o espaço rural haitiano tem sido estritamente marcado pelo seu passado colonial. Esse passado se reflete na posse da terra, na posição social, na moradia, nos métodos agrícolas e nas técnicas agrárias, explicando parte da economia atual do país, na qual a agricultura segue tendo relevância (FLORIDA e REDON, 2019). Pode-se dizer que a agricultura impulsiona a economia e a vida rural no Haiti. Segundo CEPAL (2005), a população economicamente ativa atingia 1.298.000 pessoas em 1954, sendo 1.005.000 se dedicavam à agricultura, ou seja, 77,4% da população economicamente ativa.

Em 1993, 92% da população rural tinha como única fonte de renda a agricultura (PIERRE-CHARLES, 1993). A evolução de empregos no setor agrícola caiu de 54% em 1991 para 46% em 2021, enquanto no mesmo período a população total do país cresceu para praticamente 60,3%, conforme dados do Banco Mundial (2023). É certo que parte da população agrícola diminuiu nos últimos anos, mas a agricultura continua a desempenhar um papel-chave na economia haitiana (IFC/SOCIÉTÉ DES INSTITUTIONS FINANCIÈRES/BANCO MONDIAL, 2024). Conforme a Fewes NET,

OXFAM e CNSA (2015), entre os elementos que impulsionam a vida social na zona rural do Haiti, o trabalho agrícola é, sem dúvida, de importância fundamental.

Como salientou Barthélemy (1990), o trabalho na zona rural do Haiti, além de sua natureza coletiva, é uma atividade não remunerada. As atividades agrícolas assumem várias formas coletivas (*douvanjou, combites, escouades*, etc.) e consistem essencialmente em reunir trabalhadores não remunerados da mesma comunidade para trabalhar no mesmo projeto. Embora algumas interpretações associem essa forma específica de trabalho a uma função técnico-econômica, Barthélemy (1990) a enxerga sob uma perspectiva diferente. Segundo o autor, o trabalho cooperativo está fundamentado “tanto em antigos hábitos de trabalho conjunto, que remontam ao período em que os lotes de terra eram mais extensos, quanto na necessidade de relações sociais, [...] trocas entre irmãos” (Ibid., p. 26).

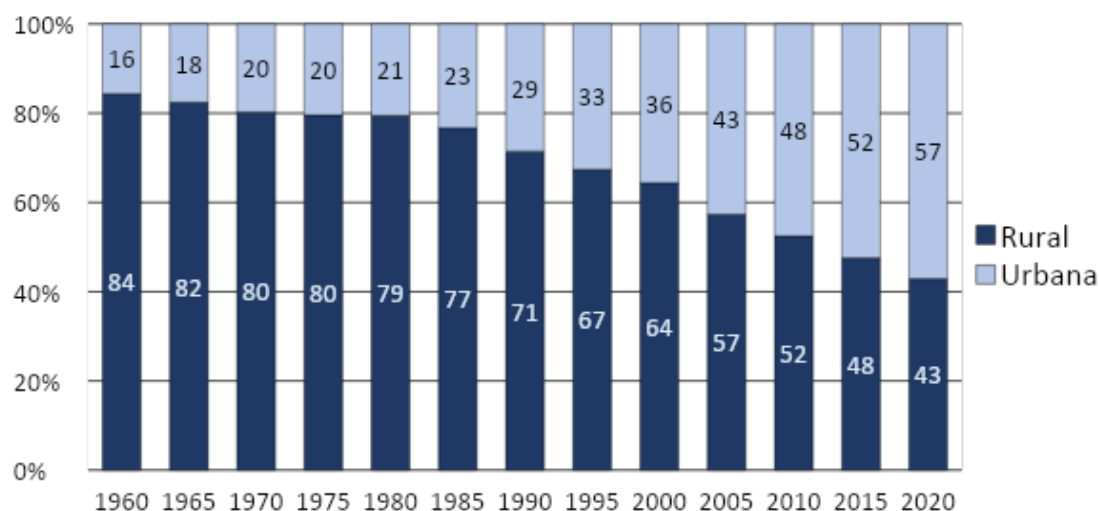
Portanto, além de ser uma espécie de legado pós-colonial, o trabalho agrícola na zona rural do Haiti é, acima de tudo, um elemento integrador que, por meio de suas várias formas coletivas, permite que os camponeses haitianos não apenas consolidem e fortaleçam os laços entre eles, mas também conquistem um lugar melhor em sua comunidade. Certas mudanças ocorridas no país nas últimas décadas alteraram os dados sobre as áreas rurais e, conseqüentemente, sobre o setor agrícola. Mas, ainda hoje, o trabalho agrícola, embora seja praticado pelos camponeses e agricultores em condições tradicionais e não mecanizadas, é uma marca do espaço rural haitiano.

Florida e Redon (2019) sublinham que, para entender as mudanças no campo e, ao mesmo tempo, no setor agrícola, é preciso voltar aos anos 1980, uma década que representa um momento especial na história econômica e política não apenas do Haiti, mas de todos os países em desenvolvimento. Os países altamente endividados foram forçados a implementar Políticas de Ajustamento Estrutural (PAE) para resolver seus vários problemas econômicos. Essas políticas, que, como sublinham Florida e Redon (2019), são inseparáveis da liberalização do comércio e de tudo o que ela implica, tiveram fortes conseqüências para as áreas rurais haitianas, marcadas pelo forte êxodo.

O colapso do setor agrícola e a falta de qualquer esperança de melhorar suas condições de vida e as de seus filhos, conforme destacou Paul (2010), fez com que uma massa de agricultores abandonasse a agricultura e os espaços rurais para se estabelecer nas cidades à procura de melhores possibilidades. Como resultado, o Haiti, que era um país essencialmente rural até o início da década de 1980, quando aproximadamente 80%

da população do país vivia em áreas rurais, agora é um país predominantemente urbano, com quase 60% da população residindo nas cidades (Figura 2).

Figura 2: População rural e urbana (%) no Haiti (1960 – 2020)



Fonte: Banco Mundial (2023).

Além do problema do êxodo que não foi compensada por um crescimento da indústria e dos serviços suficientes para absorver o excedente da população rural, as zonas rurais do Haiti enfrentam atualmente o desmatamento, a erosão e a queda na fertilidade do solo (PAUL, 2010). Como ilustrado na Figura 2, quase metade da população haitiana vivia em áreas rurais em 2020. Embora esse número ainda seja significativo, pode-se argumentar que o êxodo rural não representa um problema imediato. No entanto, considerando a realidade do país, esse fenômeno se configura como um problema em diversos níveis. Além de questões como a perda de tradições locais, o desequilíbrio demográfico e a degradação ambiental, o êxodo rural no Haiti implica o abandono de terras agrícolas, o que tem um impacto direto no setor agrícola e na economia rural.

Com a migração da população rural para as grandes cidades, especialmente para Porto Príncipe, há uma pressão significativa sobre a infraestrutura e os serviços públicos, como moradia e transporte, resultando em um impacto negativo sobre o emprego nas áreas urbanas. Ao contrário de países como o Brasil, que experimentou uma queda constante da população economicamente ativa no setor agrícola desde a década de 1980 (SCHNEIDER, 2010), o êxodo rural no Haiti é um problema mais grave, especialmente quando se compara ao grau de industrialização e modernização dos dois

países. Em algumas nações, onde a proporção da população envolvida na agricultura tem diminuído e os problemas (econômicos, sociais, políticos, climáticos, etc.) são de outra intensidade, observamos um crescimento tecnológico no setor agrícola. Contudo, esse não é o caso do Haiti.

Outro problema que enfrenta os agricultores no espaço rural é a reduzida área de terra útil disponível. Conforme aos dados do MARNDR (2008), as terras agrícolas do Haiti são caracterizadas pelo tamanho extremamente pequeno de seus lotes. De forma geral, cerca de 80% delas têm entre 1,0 e 1,8 hectare de tamanho. Assim, Beaucejour (2016) afirma que um dos principais bloqueios da produção agrícola haitiana é o difícil acesso a terras pelos camponeses ocasionado pelo aumento da população. Além disso, no Censo Agropecuário realizado pela MARNDR em 2008–2009, os agricultores consideraram que, entre os principais problemas que enfrentam, destaca-se a falta de recursos financeiros, de apoio de Estado, de irrigação e de acesso ao crédito, além dos desastres naturais, da queda na produtividade e do limitado acesso a insumos, sendo esses os principais obstáculos ao desenvolvimento do setor agrícola no país. Portanto, fica evidente a falta de políticas públicas agrícolas de apoio e suporte aos agricultores do país.

3.3. POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA NO HAITI

Em termos latino-americanos, a agricultura passou a ser um foco das políticas públicas na segunda metade do século XX. Sua modernização, apoiada pelo Estado a partir dos anos 1950, logo se apresentou como a única forma de alcançar a intensidade necessária para atender ao crescente aumento da demanda e reduzir a pressão sobre os recursos naturais (TONNEAU; SABOURIN, 2009). No Haiti, entretanto, as discussões sobre políticas agrícolas não geram grande interesse por parte do Estado e dos pesquisadores. Segundo Exime, Pallú e Plein (2022, p. 209), “antes de 2010, o país não tinha de nenhum plano estratégico que pudesse ajudar os agricultores a resistirem dos produtos industrializados de baixos custos”.

Em 2010, o MARNDR elaborou o plano da Política de Desenvolvimento Agrícola 2010-2025. Nesta política, o Estado, através deste Ministério, trabalharia com as partes interessadas e outros setores relevantes, criando um quadro de intervenção que promoveria a coerência e a eliminação da duplicação de ações. Segundo essa política, o Estado pretendia, numa visão a longo prazo, fomentar iniciativas ligadas à garantia da soberania alimentar, a modernização da agricultura, o aumento de sua competitividade, o

desenvolvimento sustentável, a redução do êxodo rural e o aumento da entrada de divisas (MARNDR, 2011).

Não obstante, para implementar essa política agrícola, o Estado depende da ajuda das organizações internacionais, como BID, Banco Mundial e FMI, as mesmas instituições que obrigou o país, nos anos 1980, a implementar o PAE, que preconizava o desengajamento do Estado no setor agrícola. Sendo assim, o Estado não dispõe de todas as condições para executar suas políticas, suscitando dúvidas sobre os verdadeiros objetivos desse plano.

Deve-se comentar que, em 2015, o MARNDR elaborou um relatório para 2011–2015 dessa política, no qual menciona, entre outras coisas, o apoio fornecido aos agricultores familiares e a construção de determinadas infraestruturas hidroagrícolas. Entre essas realizações, afirma-se que no departamento de Nordeste, 5.000 novos hectares da planície “*bas Maribaroux*” foram irrigados pelo rio Massacre. No entanto, temos de observar que, em 2023, o canal de irrigação mencionado pelo Ministério estava em construção graças a um movimento popular que envolve a população da cidade de Ouanaminthe, em particular, e toda a população haitiana que vive no país e no exterior, que está contribuindo com seus próprios meios, com doações em dinheiro, para a construção desse canal de irrigação (ALTER PRESSE, 2023; LE NATIONAL, 2023). Outro relatório elaborado em 2019 pelo MARNDR mostra que a produção de sogro, feijão, mandioca, milho e arroz registraram um declínio entre 7% e 44% de 2018 a 2019.

Além disso, a FAO e a UE (2022) sublinham que a contribuição das atividades agrícolas para a riqueza nacional continua a diminuir e a insegurança alimentar segue crescendo. Além disso, as organizações apontam haver uma maior dependência das importações devido à incapacidade da produção doméstica de atender à demanda urbana. A concorrência entre os produtores locais e as empresas especializadas em importações não é equilibrada. Segundo as organizações, essa situação levou a um certo desinteresse no setor agrícola, caracterizado pelo êxodo rural e pela migração.

Portanto, a Política de Desenvolvimento Agrícola 2010-2025 não tem conseguido avançar de maneira substantiva em alcançar seus objetivos de promover a soberania alimentar até 2025, mas também está muito longe das metas de modernização da agricultura, aumento de sua competitividade, desenvolvimento sustentável, redução do êxodo rural e aumento da entrada em divisas (MARNDR, 2011). Mesmo em algumas das principais áreas produtoras do país, como no vale de Artibonite, o maior produtor de arroz no país, os resultados são modestos, sobretudo no contexto recente, marcado por uma

profunda crise política. De acordo com Exime, Pallú e Plein (2022), ao analisar essa política de desenvolvimento da agricultura, os autores acreditam que, para o desenvolvimento da agricultura familiar e a sustentabilidade do Haiti, é crucial lidar com questões de mercado interno, desenvolvendo um plano que estabeleça não somente aspectos de desenvolvimento da agricultura, mas também regras e limites para a entrada de produtos no país, visando a valorização da produção doméstica.

4. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA DOUTRINA NEOLIBERAL E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO HAITI

A importação massiva de arroz no Haiti ocorre depois da liberalização comercial no país, derivada da política neoliberal implementada em 1980. Dessa forma, este capítulo abordará o conceito de neoliberalismo, a aplicação do Programa de Ajuste Estrutural (PAE) no Haiti e a teoria do livre comércio e de dependência. Num primeiro momento definimos o conceito de neoliberalismo para depois mostrar sua diferença e seus pontos comuns com o liberalismo clássico. Neste ponto mostramos também a origem da expansão da política neoliberal no mundo. Num segundo momento, fazemos uma linha do tempo da aplicação do PAE no Haiti e, no final do capítulo, apresentamos a teoria de livre comércio sobre o qual se baseia a política neoliberal e a teoria da dependência. Mostramos como o livre comércio traz uma elevada dependência comercial de importações no Haiti e explicamos, com base na teoria da dependência, como o país se tornou cada vez mais dependente do mercado internacional.

4.1. NEOLIBERALISMO: BREVE APRESENTAÇÃO

O neoliberalismo, conforme apresentado por Andrade (2019), é um conceito difícil de definir. Em termos gerais, o neoliberalismo refere-se tanto a uma ideologia que advoga um regresso ao liberalismo original como a uma política econômica de retirada do Estado que abre ainda mais espaço para o mercado. É uma abordagem econômica e política que promove a redução da intervenção do Estado, estimulando simultaneamente o livre mercado, a privatização e a desregulamentação. Vale destacar que, nesta pesquisa, o foco estará principalmente no aspecto comercial do neoliberalismo. Este, por sua vez, está diretamente relacionado à política de comércio internacional e se fundamenta na promoção do livre comércio entre os países, com o objetivo de eliminar barreiras comerciais, como tarifas, cotas de importação e outras formas de protecionismo.

Entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo, Paulani (1999, p. 115) trata como “dois momentos do pensamento social”, cuja diferença parece derivar simplesmente entre o seu tempo e os seus autores. Se aproximam a concepção dos liberais clássicos, da liberdade individual e da propriedade privada, e dos neoliberais do século XX, que defendem a ausência do Estado da vida econômica. No entanto, de acordo com Paulani (1999), existem grandes diferenças entre estes dois momentos de pensamento. O autor aponta que, enquanto o liberalismo era fundamentalmente filosófico e político, o neoliberalismo é principalmente um conceito econômico. Ou seja, se os

liberais se referem principalmente à liberdade dos indivíduos no que diz respeito à religião, individualidade, política, pensamento, etc., os neoliberais referem-se à liberdade econômica. Apesar de Paulani (1999) fazer essa oposição entre os dois momentos de pensamento, ele acredita que o neoliberalismo tem as suas raízes mais profundas no próprio liberalismo clássico. Isso se deve ao fato de que o princípio do “*laissez-faire*”, sendo uma ideia atribuída aos pais do neoliberalismo, notadamente Hayek, foi desenvolvido com base nas considerações de Adam Smith, um dos principais atores do liberalismo clássico.

Após a crise de 1929, durante o período do Estado intervencionista, o capitalismo moveu-se calmamente durante três décadas com um crescimento sustentado. Portanto, na lógica de Paulani (1999), defender a redução da presença do Estado era quase uma heresia reservada aos membros do setor neoliberal que se encontravam completamente na defensiva. Mas, foi neste clima que nasceu o neoliberalismo como reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar (ANDERSON, 1995). O autor considera o texto de Friedrich Hayek, “O Caminho da Servidão” (1944), como ponto de partida principal do neoliberalismo.

Hayek (1944) alerta que qualquer intervenção do Estado nos mecanismos de mercado representa uma ameaça à liberdade econômica e política. O autor argumenta que tal interferência constitui uma proposição antiliberal, comprometendo o crescimento gradual da riqueza, que, em sua visão, está intrinsecamente ligado à liberdade. Para Hayek (1944), é essencial que os agentes de mercado possuam plena liberdade para vender e comprar a preços livremente negociados entre as partes, bem como para produzir, comercializar e adquirir qualquer bem passível de produção ou venda. Além disso, ele enfatiza que a coerção não deve ser aplicada a essas transações, pois, a liberdade política e social jamais existiu sem a liberdade de ação econômica (HAYEK, 1944).

Em 1947, dois anos depois de Segunda Guerra Mundial, enquanto as bases do Estado de bem-estar social na Europa efetivamente se construía na Inglaterra e em outros países, Hayek convocou aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião e aí se fundou a Sociedade de *Mont Pèlerin*. O objetivo, combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro (ANDERSON, 1995). Mas nessa época a aceitação do neoliberalismo foi difícil num momento em que a política intervencionista vivia a sua “idade de ouro”, como chamou Anderson (1995).

No início dos anos 1970, o sistema capitalista passou por uma grande crise do modelo econômico pós-guerra e se afundou em uma longa e profunda recessão (CARINHATO, 2008). Aproveitando a crise do Estado intervencionista e de bem-estar social, as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno (ANDERSON, 1995). Assim, segundo Saad Filho (2011), este sistema foi se fortalecendo em resposta às transformações das condições de acumulação que acompanham a desarticulação do consenso Keynesiano-social-democrático, a paralisia do desenvolvimentismo e a implosão do Bloco Soviético. Como destacou Anderson (1995), foi a chegada ao poder de Margaret Thatcher na Inglaterra em 1979, de Reagan nos Estados Unidos um ano depois, de Kohl em 1982 na Alemanha e a viragem de quase todos os países do norte da Europa ocidental e da América do Norte à direita que impulsionou o estabelecimento da ideologia neoliberal na Europa ocidental e na América do Norte nos anos 1980. A ideologia neoliberal expandiu-se nas regiões do capitalismo avançado neste período (ANDERSON, 1995).

Os governos neoliberais neste período tomaram decisões que mudaram drasticamente a dinâmica econômica global. Os governos Thatcher na Inglaterra, Reagan nos Estados Unidos e os governos de direita desse período, cada um, de acordo com as suas necessidades específicas, aplicam medidas que põem fim às políticas intervencionistas de Estado (ANDERSON, 1995). Analisando as principais medidas das políticas neoliberais, Anderson afirma que:

Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastar greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. Nos Estados Unidos, onde quase não existia um Estado de bem-estar do tipo europeu, a prioridade neoliberal era mais a competição militar com a União Soviética, concebida como uma estratégia para quebrar a economia soviética. Deve-se ressaltar que, na política interna, Reagan também reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e afastou a única greve séria de sua gestão (ANDERSON, 1995, p. 2).

No início, sublinha Anderson (1995), somente governos explicitamente de direita radical se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais, mas como era um processo gradual, no sentido de Saad Filho (2011), os programas neoliberais radicais foram chegando a diferentes países e sendo incorporados em governos de diferentes tendências políticas. Carinhato (2008) salientou para a capacidade da ideologia neoliberal

de tornar-se hegemônica entre boa parte dos países que anteriormente tinham como paradigma o Estado de Bem-Estar Social.

Países como Suécia e Áustria na Europa e Japão na Ásia resistiram à onda neoliberal. Mas, nos demais países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as ideias neoliberais haviam triunfado plenamente, como também em vários países da América Latina que foram obrigados a pôr em prática um ajuste fiscal com base na abertura comercial de modo a saldar suas dívidas com seus países credores (ANDERSON, 1995). Assim, nos anos 1980, os países em desenvolvimento com grandes dívidas foram forçados pelas instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, a implementar Programas de Ajuste Estrutural (PAE) para lidar com os diversos problemas econômicos e negociar as dívidas que possuíam com essas instituições sob condições impostas. Esses novos modelos forçados de quitação de dívidas afetam diretamente a agricultura em países emergentes, como no Haiti (EXIME; PALLÚ; PLEIN, 2022).

4.2. PROGRAMA DE AJUSTE ESTRUTURAL (PAE) NO HAITI

Em 1986, o Haiti, assim como os demais países subdesenvolvimento no mundo, principalmente na América Latina, foi forçado a implementar o PAE, o qual preconizava a abertura do seu mercado. De acordo com Hurbon (1998, p. 145), desde o início do processo de democratização após a ditadura de Duvalier em 1986, “a comunidade internacional estava interessada apenas em abrir novos mercados, enquanto a política de ajuste estrutural ignorava no Haiti o que era de interesse público”. Para entender melhor o julgamento de Hurbon, argumenta Guillaume (2020), devemos primeiro entender o que era o PAE. Para Gaspard (2008, p. 16), “o ajuste estrutural é definido como um conjunto de medidas de política econômica atualmente recomendadas ou impostas por organizações financeiras internacionais a muitos países em dificuldades financeiras, acusados de viver acima de suas possibilidades”.

A primeira tentativa desse conjunto de medidas de estabilização econômica foi implementada no Haiti no início da década de 1980 sob o governo de Jean-Claude Duvalier (FRANÇOIS, 2009; BAPTISTE, 2007). Mas ela foi rapidamente interrompida pelo regime de Duvalier. François (2009) acreditava que o acordo entre o governo Duvalier e o FMI havia criado esperanças de um novo crescimento econômico no país. Porém, a implementação das primeiras políticas neoliberais no Haiti ocorreu somente após o fim do regime de Duvalier em 1986, quando o PAE foi implementado pelo

conselho do governo militar e aperfeiçoado posteriormente (BANCO MUNDIAL, 1990). O ano de 1986 marcou, então, uma dupla ruptura com o passado: uma ruptura política, com o fim da ditadura de Duvalier, e uma ruptura econômica, com a abertura para o mercado mundial e a política de liberalização (LÉVY, 2001).

Em 1986, o Estado abriu os portos provinciais, alterou as taxas alfandegárias, suspendeu as taxas de exportação e as autorizações de importação e publicou uma lei especial que suspendeu medidas prévias para proteger a produção nacional (BAPTISTE, 2007). As autoridades realizaram uma ampla reforma no regime comercial: todas as restrições quantitativas de importação foram suprimidas. Segundo o Banco Mundial (1990), durante vinte meses, de março de 1986 a novembro de 1987, a política econômica concentrou-se sobre dois elementos. Em primeiro lugar, a política econômica enfocou-se na estabilização macroeconômica e, em segundo lugar, na melhoria da alocação de recursos e das perspectivas de crescimento. O objetivo dessa política econômica, recomendada pelas instituições financeiras internacionais e adotada no país, de acordo com Lévy (2001), era integrar o Haiti ao mercado mundial, estabelecer as condições de um crescimento econômico sustentável e reduzir os elevados preços ao consumidor resultante da supressão da concorrência pelo regime anterior.

Os principais instrumentos desse programa de ajuste e recuperação foram a reforma fiscal, projetada para aumentar a eficiência e a equidade dos mecanismos de receita e despesa pública, e a reforma comercial, visando eliminar gradualmente as muitas distorções de preços. O governo esperava reduzir os desequilíbrios financeiros, conter a inflação, aumentar as reservas internacionais do país e promover a expansão econômica por meio do incentivo ao crescimento das exportações (principalmente café e produtos do setor de montagem) e da melhoria do desempenho agrícola. Para estimular o crescimento da produção e do comércio, o Haiti optou pela austeridade fiscal e monetária, mantendo a paridade fixa do gourde em relação ao dólar (em vigor há quase 70 anos) e o regime de câmbio livre (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 38).

Além de 1986, a liberalização da economia no Haiti teve um segundo momento importante, que ocorreu em 1994-1995. Em 1994, menos de um mês antes do retorno à ordem constitucional, o Haiti estava em uma situação econômica muito difícil, com uma economia em colapso após o embargo mundial, inicialmente sobre as armas e o petróleo e, num segundo momento, um embargo econômico total contra o regime militar. Como resultado, a comunidade internacional e os representantes do Presidente Aristide estavam planejando, entre outras, um novo programa de ajustamento estrutural

centrado na estabilização econômica, liberalização do mercado, privatização e descentralização assim que a ordem constitucional fosse restaurada (ÉTIENNE, 2007). Conforme a lógica da globalização econômica, o Ocidente impôs uma série de medidas de política econômica ao Haiti depois que a ordem constitucional fosse restaurada, sem considerar a opinião da população (GASPARD, 2008).

Em janeiro de 1995, dois meses após a instalação do governo, 19 instituições internacionais e 14 governos prometeram US\$ 1.200.000.000 em ajuda financeira ao Haiti. Para receber parte dessa ajuda, o governo concordou sobre as condições das instituições financeiras internacionais em liberar o mercado, reduzindo os impostos de importação sobre determinados produtos (ÉTIENNE, 2007). A estrutura dessa tarifa aduaneira fez do Haiti um dos países economicamente mais abertos da América Latina e do Caribe.

No tema específico do arroz, objeto deste estudo, o PAE teve um efeito direto. Para a Oxfam-América (2010), embora os impactos comecem em 1986, foi durante essa segunda onda de reforma tarifária, em 1995, que o arroz foi quase que completamente liberalizado no Haiti. A redução das tarifas passou de 55% em 1986 para 35% em 1989 e 3% em 1995. Segundo a FAO (2019), recentemente, em 2019, o Ministério da Economia e Finanças do Haiti anunciou a suspensão temporária do Imposto sobre o Valor Adicionado sobre o arroz importado, a qual segue vigente em 2025. Essas políticas aplicadas para, entre outros, estabelecer as condições de um crescimento econômico sustentável e reduzir os preços ao consumidor levaram o país a uma forte dependência alimentar. Segundo Exime, Pallú e Plein (2022), com a dependência do país na importação de produtos básicos como arroz, a partir da década de 80 até hoje, o país perdeu sua soberania alimentar, ainda com dívidas internas e externas. “As multinacionais norte-americanas ainda continuam sugando o país, destruindo a produção agrícola, criando um problema maior que resulta na limitação das ações governamentais (Ibid. p. 204)”.

4.3. TEORIA DE LIVRE COMÉRCIO

A literatura neoclássica considera o processo da abertura comercial como uma redução de custos de transação, que sobrepõem diferentes tipos de custos de comércio (custos de transporte, direitos aduaneiros, barreiras tarifárias, etc.) (CATIN e VAN HUFFEL 2004). A questão do livre comércio internacional e do protecionismo têm sido parte do problema da concorrência entre as nações há várias décadas. Segundo Sapir

(2010), com a imposição do livre comércio nos países em desenvolvimento no final do século XX pelo Banco Mundial e pela Organização Mundial do Comércio (OMC), o protecionismo perdeu centralidade e importância no mercado mundial.

Segundo Bourguinat (2005), aqueles que hoje questionam o princípio do livre comércio arriscam ser enquadrados como seguidores de uma cultura econômica de massa simplista e errônea. Essa teoria visa identificar os ganhos com as trocas entre países, seu padrão de comércio, a quantidade de bens comercializados e o nível de preços para os quais esses bens são exportados e importados. A teoria do livre comércio é baseada na teoria das vantagens comparativas desenvolvida por David Ricardo em 1817.

Ricardo propôs essa teoria para demonstrar que o comércio internacional pode ser benéfico para os países, mesmo quando um deles não possui vantagem absoluta na produção de qualquer bem. Usando o exemplo do comércio de tecidos e vinhos entre a Inglaterra e Portugal, em que Portugal necessitava de menos horas de trabalho para produzir vinho e tecidos do que a Inglaterra, Ricardo (1817) argumenta que o comércio internacional, em condições de livre concorrência, levaria ambos os países a se especializarem na produção dos bens para os quais possuem maiores vantagens comparativas, aumentando assim o potencial de acumulação.

O modelo ricardiano de comércio internacional implica, portanto, na especialização de cada país na exportação do produto no qual possui vantagens comparativas. O foco aqui não é a eficiência absoluta, mas a eficiência relativa entre os diferentes bens. Essa teoria foi desenvolvida como uma extensão da teoria da vantagem absoluta de Adam Smith, que explica que a riqueza das nações resulta do aumento da produtividade do trabalho, a qual, por sua vez, é consequência da divisão do trabalho.

Para Smith (1776), as principais melhorias no poder produtivo do trabalho, bem como a habilidade, destreza e inteligência com que ele é aplicado, devem-se principalmente à divisão do trabalho. No entanto, a divisão do trabalho é limitada pela extensão do mercado (SMITH, 1776). Uma vez que o comércio internacional expande o mercado para os produtos produzidos internamente, ele permite o aprofundamento da divisão do trabalho, contribuindo assim para o aumento da riqueza das nações (Ibid.). Smith (1776) explica que, por meio do comércio internacional, um país exporta mercadorias que produz a um custo mais baixo do que os outros e importa aquelas que produz a um custo mais alto, o que permite produzir mais produtos com maior eficiência e consumir mais do que seria capaz caso não houvesse o comércio internacional.

A contribuição da teoria da vantagem absoluta para a teoria do comércio é de grande importância, não apenas pela sua argumentação sobre os ganhos do comércio, um aspecto mais bem tratado por Ricardo, mas também por relacionar o comércio exterior à acumulação de capital (GONÇALVES et al., 1998).

Utilizando a hipótese de preço-fluxo de Hume, David Ricardo (1817) e Adam Smith (1776), construíram enfoques alternativos onde o ganho de livre comércio é mútuo. Embora não especifique quem ganha mais ou menos no processo do comércio internacional, a tese ricardiana exclui qualquer perda no comércio internacional. Pelo contrário, defende que o comércio livre gera um ganho mundial.

Cada país opta por usar seus recursos onde tem uma vantagem comparativa. Esse cenário da vantagem relativa permanece inalterado mesmo em um modelo modernizado com vários países, vários bens e vários fatores nacionais (BOURGUINAT, 2005). De acordo com Bureau et al. (2005), os resultados de várias simulações realizadas por organizações internacionais e acadêmicos sugerem que quanto maior o grau de liberalização do comércio, maiores serão os ganhos ao nível global. A redução das tarifas alfandegárias é o aspecto que gera os maiores ganhos, geralmente, muito além da redução dos subsídios à produção e até mais do que a eliminação dos subsídios à exportação (BUREAU, GOZLAN e JEAN, 2005).

Além de gerar os maiores ganhos a nível global, a abertura do mercado é considerada uma condição fundamental para a liberdade política. Friedman (1962), ao analisar a relação entre liberdade econômica e liberdade política, desenvolveu a ideia de que a liberdade econômica é essencial para a liberdade política. O autor defende o livre comércio como uma forma de liberdade individual. Friedman (1962), que critica as políticas intervencionistas e keynesianas, considerando-as uma ameaça à liberdade, vê o livre mercado como um mecanismo que permite que as pessoas exerçam sua liberdade de acordo com suas preferências.

Analisando os pontos de vistas dos autores como Ricardo (1817), Smith (1776) e Friedman (1962), podemos dizer que a abertura das fronteiras e a redução das tarifas alfandegárias colocam todos os produtores em uma situação semelhante de igualdade. Se cada país optar por usar seus recursos onde tiver uma vantagem comparativa, os produtores de cada um desses países serão beneficiados. Entretanto, como Sapir (2010) aponta, as condições de produtividade diferem entre os países. O autor se baseia em dois fatores para explicar essas diferenças entre os países: em primeiro lugar,

diferenças na dotação de recursos naturais e, em segundo lugar, diferenças na história econômica e desigualdades no desenvolvimento.

Essas razões explicam a diferença que Sapir (2010) tenta demonstrar entre o que foi previsto por esses modelos e o que está realmente acontecendo nos países que adotam os princípios do comércio aberto. Sapir (2010), portanto, questiona a relação que frequentemente se afirma existir entre livre comércio e crescimento. Embora ele acredite que o desenvolvimento econômico tenha sido, por muitos anos, amplamente impulsionado pelo comércio internacional, ele se pergunta se não estamos lidando com um erro ou com o que ele chama de ilusão estatística.

A abertura comercial, fundamentada na teoria das vantagens comparativas, que defende que quanto maior o grau de liberalização, maiores são os ganhos, está distante da realidade do Haiti. Entre os países da América Latina e do Caribe, o Haiti apresenta o maior grau de abertura comercial. O valor corrente das importações passou de USD 375 milhões em 1980 para USD 4 bilhões em 2023 (BANCO MUNDIAL, 2024). A balança comercial do país, além de negativa, variou de USD -422,779 milhões a USD -4,02 bilhões no mesmo período (ibid.). Segundo Exime, Pallú e Plein (2022), a importação de produtos básicos de outros países é um fato que impulsiona fortemente a fome e pobreza. Todavia, a situação de pobreza no Haiti não pode ser atribuída exclusivamente às políticas neoliberais, mas estas têm contribuído para piorá-la uma vez que, segundo Frenat e Wesz Jr. (2024), além de tornar a economia nacional cada vez mais vulnerável e dependente do contexto externo, elas ampliam a precariedade da produção e das condições socioeconômicas das famílias agricultoras.

Apesar de ser o país mais liberal da América Latina (FRÉGUIN; DEVIENNE, 2006; OMC, 2023), o Haiti continua sendo o mais desigual e pobre da região, com um IDH passando de 0,429 em 1990 para 0,552 em 2021, e um índice de Gini de 0,41 (BANCO MUNDIAL, 2023), além de deter os maiores índices de fome da região (FAO, 2024).

Mesmo com o elevado grau de liberalização no país, a taxa de inflação continuou a aumentar, variando de 3,3% a 36,8% entre 1986 e 2021, representando uma variação de 1015,15%. Se para alguns outros países a liberalização do comércio foi benéfica, mas, no caso do Haiti, ela traz uma elevada dependência comercial de importações, as quais são controladas por poucas corporações transnacionais (FRENAT e WESZ Jr., 2024).

Os objetivos da política de livre comércio implementada pelo PAE, conforme aponta Lévy (2001), eram estabelecer as condições para um crescimento econômico sustentável e a redução dos preços no mercado nacional, mas atualmente essas políticas não alcançaram seus objetivos no Haiti. Pelo contrário, embora tenham promovido a redução do preço do arroz no mercado nacional, essas políticas podem ter intensificado outros problemas. Elas não só tornaram o país totalmente dependente das importações, colocando em xeque a soberania alimentar, como também não conseguiram estimular o crescimento econômico no país. Segundo a FAO (2002), um dos fatores econômicos que explicam a pobreza de certos grupos sociais no Haiti é a liberalização acelerada da economia. Em vez de reduzir a pobreza, essa abertura contribuiu para agravá-la para algumas categorias da população. Esse processo ocorreu em detrimento dos pequenos produtores agrícolas haitianos, que se mostraram incapazes de enfrentar uma concorrência desigual e desfavorável (FAO, 2002).

4.4. A TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Após a crise do modelo de desenvolvimento dominante, que enfatizava a transição de uma sociedade atrasada para uma sociedade moderna, houve uma necessidade urgente de reconstruir as premissas que deveriam orientar a luta pelo desenvolvimento socioeconômico nos países da América Latina em meados da década de 1960. O conceito de dependência introduziu-se então para explicar por que os países latino-americanos não se desenvolviam da mesma forma que outros países (PEIXOTO, 1977). Em outras palavras, o conceito de dependência é o resultado do processo de discussão dos termos subdesenvolvimento e desenvolvimento.

[...] é uma situação em que um determinado grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outra economia à qual a sua está sujeita. A relação de interdependência entre duas ou mais economias e entre estas e o comércio mundial assume a forma de dependência quando certos países (os que dominam) podem se expandir e dar a si um impulso próprio, enquanto outros países (os que são dependentes) podem fazê-lo apenas como reflexo dessa expansão, que pode atuar positiva ou negativamente sobre seu desenvolvimento imediato (SANTOS, 1969, p. 61).

Os países dominantes podem ter uma predominância tecnológica, comercial, sociopolítica e de capital sobre os países dependentes, o que lhes permite impor condições de funcionamento e retirar deles parte dos excedentes que produzem (SANTOS, 1969). Para explicar a dependência dos países subdesenvolvidos em relação aos países desenvolvidos, a teoria da dependência baseia-se em uma divisão internacional do

trabalho que permite que alguns países desenvolvam a indústria e impede que outros o façam, submetendo-os às condições de crescimento incentivadas pelos centros de dominação mundial. A premissa dos grandes centros industriais é que o fruto do progresso técnico tende a se distribuir de maneira equitativa por toda a coletividade, seja através da queda dos preços, seja através do aumento correspondente da renda (PREBISCH, 1949). Dessa forma, segundo a premissa dos grandes centros industriais, através da troca internacional, os países que produzem matérias-primas conseguem sua parte do fruto do progresso.

No entanto, Prebisch (1949) argumenta que, entre os grandes países industrializados, os benefícios do progresso técnico se distribuem gradualmente entre todos os grupos e classes sociais. Contudo, essa generalização, no contexto dos países periféricos, contém um erro grave. Para Prebisch (1949), os países periféricos são prejudicados no comércio internacional, uma vez que os preços das matérias-primas exportadas tendem a diminuir em relação aos produtos manufaturados, que são importantes para os países centrais. Segundo o autor, isso perpetua a disparidade econômica entre esses dois grupos de países e deteriora os termos de troca. A partir dessa análise, Prebisch defende que a industrialização dos países periféricos é fundamental e constitui o único meio disponível para que esses países possam capturar uma parte dos benefícios do progresso técnico e, assim, melhorar gradualmente o padrão de vida de suas populações.

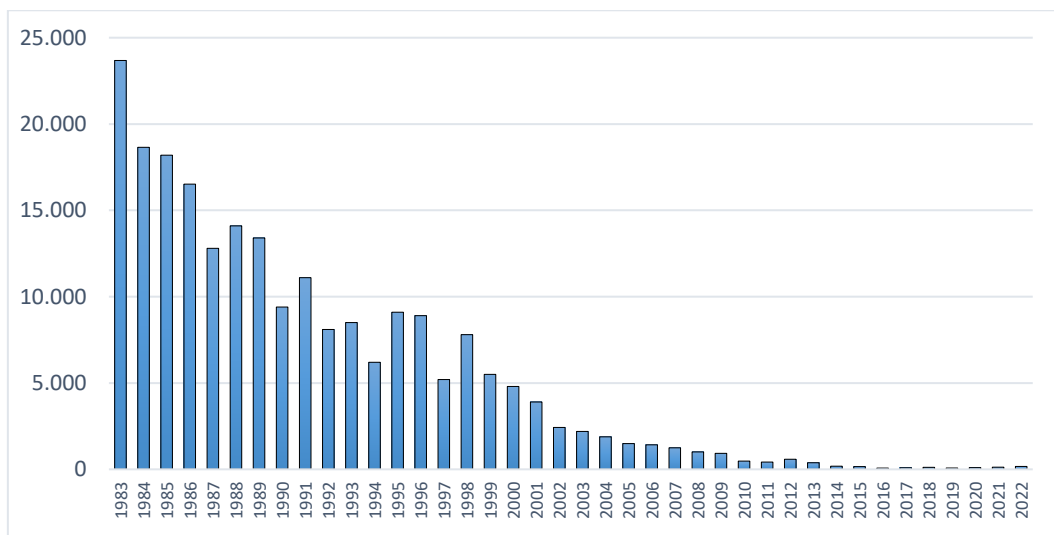
A dependência dos países subdesenvolvidos em relação aos países desenvolvidos, como já enfatizamos, pode ser múltipla. Para Lafleur (1983), ela pode ser política, econômica, estrutural, comercial, etc. Para esta dissertação, o tipo de dependência que nos interessa e que nos permitirá entender de maneira mais direta é a dependência comercial, ainda que ela esteja conectada e seja reflexo de outros tipos de dependência. A teoria da dependência foi formulada visando explicar o tipo de relações internacionais e o desenvolvimento entre os países dominantes e os países da América Latina. Mas, apesar de ser insuficiente para abordar as realidades haitianas, ela nos fornece pistas que nos ajudam a entender a situação de dependência comercial na qual o Haiti se encontra desde a liberalização do comércio.

Em 1986, na lógica da globalização ou da integração do país ao mercado internacional e à divisão internacional do trabalho, os países dominantes forçaram o Haiti a se especializar na produção de produtos nos quais ele teria uma vantagem comparativa. Isso levou o país a se especializar na exportação de recursos naturais, como vetiver, café

e cacau. Entretanto, desde a publicação, em 1949, do estatuto das Nações Unidas referente aos preços relativos das exportações e importações dos países produtores de bens primários (PEIXOTO, 1977), os preços dos recursos naturais foram definidos pelos países desenvolvidos (dominantes). Isso, segundo o autor, piora os termos de troca, desfavorecendo os países especializados na produção de bens primários e, como explicou Santos (1969), permite que os países dominantes fiquem com parte dos excedentes que os países dependentes produzem. Mesmo para os produtos naturais, os países desenvolvidos forçaram os países subdesenvolvidos a se especializar em alguns produtos e não outros, tal é o caso no Haiti, que era forçado a se especializar na produção do vetiver, café e cacau.

A especialização do Haiti na produção de produtos como o café levou o país não somente a deixar de investir na produção de outros produtos, como o arroz, mas também na modernização do setor agrícola. Essa situação, 40 anos depois, levou o país a se tornar totalmente dependente dos grandes produtores desse cereal, bem como de muitos outros produtos primários. O Haiti, que não chega a modernizar o seu setor agrícola, está fortemente impactado com a abertura comercial realizada, até que a exportação do café também está em declínio desde a implementação das PAEs (Figura 3).

Figura 3: Exportação de café do Haiti de 1983 a 2022 (toneladas)



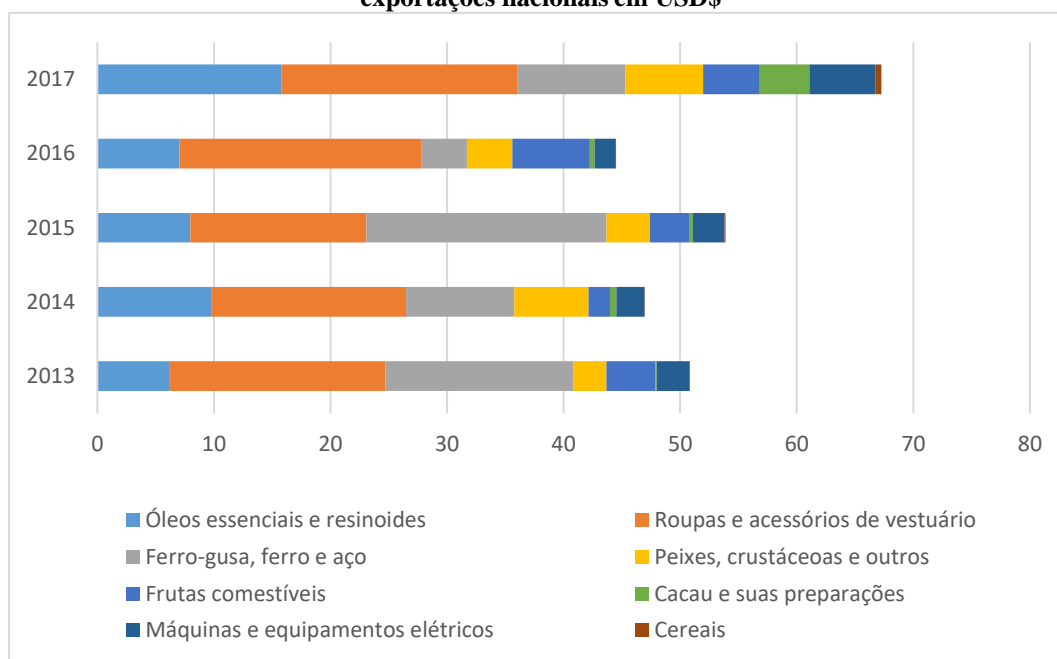
Fonte: Faostat (2024).

Como pode ser visto na Figura 3, a exportação do café caiu abruptamente no Haiti, saltando de 23.680 toneladas em 1983 para apenas 167 toneladas em 2022. O café, que respondia por 13,4% das exportações totais do Haiti em 1995, em 2022 alcança

apenas 0,12% do valor total (OEC, 2023). Além disso, comparando 1980 e 2022, conforme os dados do OEC (2024), os produtos de base agrícola, como óleos essenciais, frutas tropicais, crustáceos, grãos de cacau, peixes vivos, etc., praticamente desapareceram das exportações.

Conforme aos dados do Trade Map (2024), as principais exportações do Haiti entre 2013 e 2017, em termos de participação em valor no conjunto das exportações nacionais, concentram-se em diversas categorias de produtos. Dentre elas, destacam-se os óleos essenciais e resinoides, as roupas e acessórios de vestuário, o ferro-gusa, o ferro e o aço, bem como os produtos do mar, em particular os peixes, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos. Além desses produtos, também se incluem as frutas comestíveis, incluindo as cascas de frutos cítricos e de melão, assim como o cacau e seus derivados, etc. Por outro lado, a participação das cereais nas exportações haitianas permanece marginal, sendo significativamente inferior à de outros principais produtos exportados durante o período analisado (Figura 4).

Figura 4: Principais exportações do Haiti % entre 2013 e 2017 em valor no conjunto das exportações nacionais em USD\$



Fonte: Elaboração próprio com base de Trade Map (2024).

Enquanto os produtos de base agrícola praticamente desapareceram das exportações haitianas (OEC, 2023), o valor das importações aumentou

significativamente, passando de USD 375 milhões em 1980 para USD 4 bilhões em 2023 (Banco Mundial, 2024). Esse crescimento acentuado das importações contribuiu para um déficit persistente na balança comercial do país, que variou de USD -422,779 milhões a USD -4,02 bilhões no mesmo período (ibid.). Entre os países da América Latina e do Caribe, o Haiti apresenta a maior proporção de importações alimentares em relação às exportações totais de bens e serviços, atingindo 104% (CEPAL, 2024). Em termos de comparação, esse índice é de 22% na República Dominicana, seu país vizinho. Em outras palavras, o valor das importações alimentares no Haiti supera o total de suas exportações, revelando uma extrema vulnerabilidade econômica e agrícola. Essa situação reflete uma forte dependência do país das importações para garantir a segurança alimentar de sua população, evidenciando assim os grandes desafios que enfrenta.

5. O ARROZ NO HAITI: PRODUÇÃO, COMÉRCIO E CONSUMO

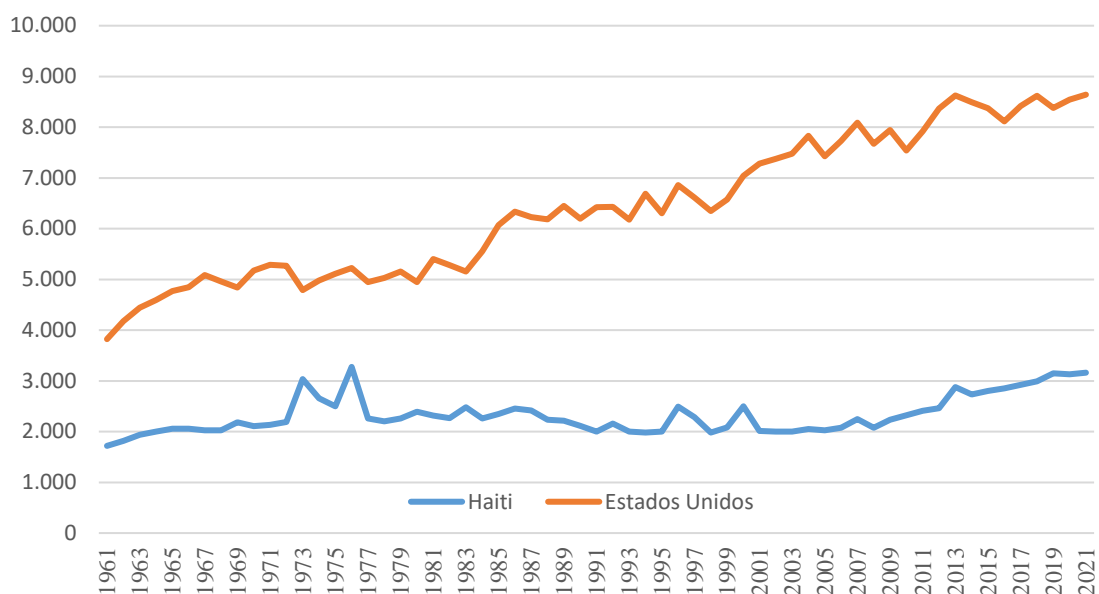
Este capítulo irá abordar, de forma geral, o setor da rizicultura no Haiti. Em primeiro lugar, apresentaremos o cultivo de arroz no país, sua história, evolução ao longo do tempo, o consumo e a área de produção. Além disso, apresentaremos também o circuito de comercialização de arroz nacional. Na sequência, será abordado o tema dos produtores de arroz no país, a sua relevância e os desafios enfrentados pelo setor. No terceiro momento, examinamos a tendência da produção e da importação de arroz no Haiti no período de 1961 a 2021. No quarto momento, a análise recai na oferta e na demanda do arroz no Haiti conforme as diferentes visões da teoria da oferta e demanda. Ao final do capítulo, discute-se o conceito da segurança e da soberania alimentar.

5.1. O CULTIVO DE ARROZ NO HAITI

O cultivo de arroz está se tornando cada vez mais vital e essencial para a segurança alimentar e para a subsistência de milhares de pessoas em todo o mundo. É ainda mais importante e indispensável na luta contra a pobreza e na melhoria da segurança alimentar em países de baixa renda. Em reconhecimento a essa importância, as comemorações do Ano Internacional do Arroz, organizadas pela FAO em 2004, deram um novo impulso à produção de arroz nos países periféricos (ALTINEUS, 2015). No Haiti, embora a trajetória do cultivo de arroz no país não esteja bem documentada, sua história remonta ao tempo da colonização. Josling (2017) estima que o arroz é produzido no Haiti há 200 anos.

Atualmente, segundo o MARNDR (2011, 2016), o cultivo de arroz é praticado em todos os departamentos do país. Se considerarmos as áreas cultivadas duas vezes por ano, conforme demonstrado por MARNDR (2016) e IICA (2012), a superfície efetivamente semeada com arroz a cada ano totalizaria cerca de 62.000 hectares. No entanto, a área total cultivada com arroz no Haiti é de 38.000 hectares (IICA, 2012). É certo que o desempenho da produção de arroz pode variar, dependendo das condições produtivas de cada período, mas a produtividade média por hectare de terra no país continua relativamente baixa. Conforme os dados da Faostat (2023), o rendimento do arroz no Haiti é de 3.160 kg/ha em 2021, enquanto nos Estados Unidos, a principal fonte de importação de arroz do Haiti é de 8.640 kg/ha (Figura 5).

Figura 5: Rendimento médio (kg/ha) da produção de arroz no Haiti e nos Estados Unidos (1961-2021)



Fonte: Faostat (2023).

Conforme ilustrado na Figura 5, o rendimento médio da produção de arroz no Haiti registrou um aumento durante os anos 1970, mas posteriormente retornou aos níveis anteriores. Esse crescimento inicial pode ser atribuído ao aumento nos investimentos em infraestrutura agrícola realizados nesse período. Durante os anos 1970, houve uma expansão significativa em projetos de irrigação, o que melhorou as condições de cultivo e resultou em maior produtividade do arroz (DUPUY, 2019). No entanto, conforme apontado por Dupuy (2019), esses projetos foram interrompidos ou mal administrados devido à corrupção e à falta de continuidade.

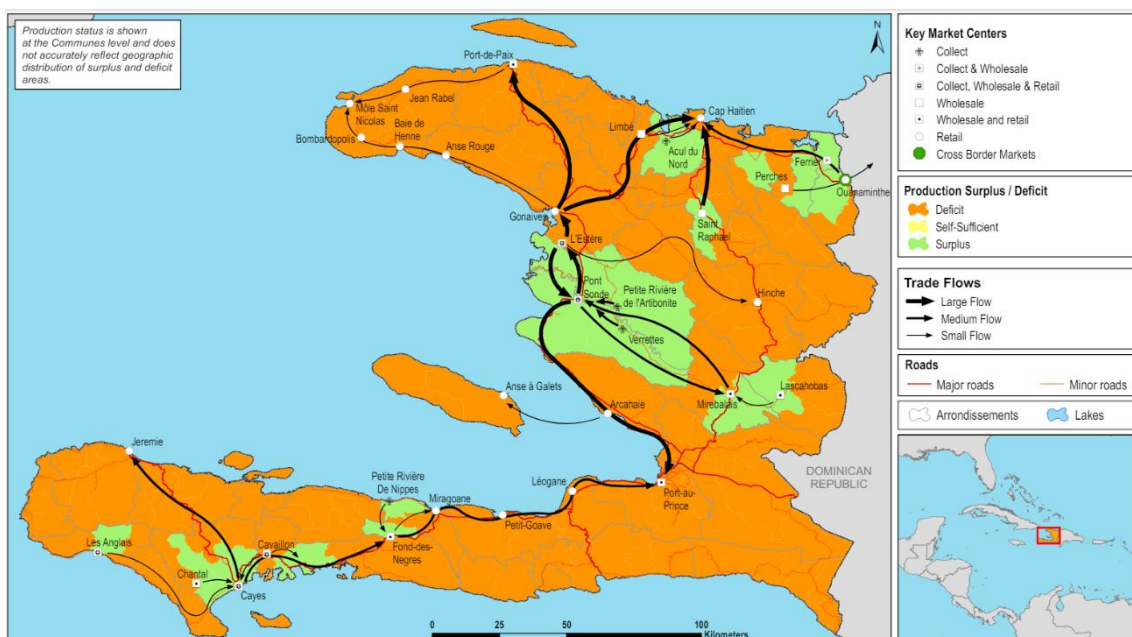
Após essa década, as políticas agrícolas passaram por mudanças consideráveis. A partir dos anos 1980, a economia haitiana começou a declinar, acompanhada de instabilidade política. Esses fatores levaram à redução dos investimentos no setor agrícola e à descontinuidade de programas de apoio. Projetos de irrigação e desenvolvimento rural foram abandonados ou negligenciados, o que fez com que a produção agrícola retornasse aos níveis anteriores.

De 2011 a 2014 e de 2016 a 2020, a produção de arroz registrou uma melhoria significativa. Esse progresso resulta de iniciativas realizadas e de investimentos feitos pelos produtores de arroz, pelo Estado haitiano e por instituições internacionais, com o objetivo de aumentar a produção nacional de arroz ao longo das duas últimas décadas (PAPDA, 2014). Essas iniciativas concentraram-se principalmente na melhoria da

qualidade dos produtos, na organização da cadeia de coleta, na promoção dos produtos locais, bem como no incentivo à colaboração entre o setor privado, os atores estatais e as organizações de base para uma melhor distribuição dos produtos (PAPDA, 2014). Além disso, foram feitos esforços para melhorar as infraestruturas de irrigação, especialmente no vale do Artibonite a partir de 2017. Embora esses esforços tenham gerado resultados interessantes, eles ainda são insuficientes para enfrentar plenamente os desafios enfrentados pela cadeia produtiva do arroz.

Atualmente, o arroz irrigado é cultivado em cerca de quinze perímetros em todo o país (MARNDR, 2011). O vale do Artibonite continua sendo a principal área de produção de arroz no Haiti, sendo amplamente reconhecido por sua relevância nesse contexto (MCGUIGAN, 2006; IICA, 2012; MARNDR, 2016, 2019). Contudo, outras regiões também contribuem para a produção nacional de arroz. Além do Artibonite, o cultivo ocorre em planícies irrigadas como a de Cayes, assim como em áreas localizadas no Norte (Saint-Raphaël e Grison Garde), no Nordeste (planície de Ferrier e Maribaroux) e no departamento dos Nippes (MARNDR, 2016), conforme representado na Figura 6. Dados do USDA (2010) indicam que 70% da produção nacional de arroz está concentrada no departamento do Artibonite. A produção em outras regiões é mais modesta, com 4% na planície de Cayes, 4% em Saint-Raphaël, 4% em Grison Garde (Grande-Rivière do Norte), 4% no Nordeste e 10% no departamento de Grand-Anse (Jérémie).

Figura 6: Produção e fluxo comercial doméstico da produção de arroz no Haiti (2018)



Fonte: FEWS NET (2018).

O mapa da produção de arroz no país mostra uma distribuição desigual entre as várias regiões produtoras. A produção do cereal no país varia conforme a área de produção, mas, em geral, a seu cultivo se estende por todo o ano, principalmente no departamento de Artibonite. Os diferentes Censos da Pesquisa Nacional de Produção Agrícola (ENEPA) mostram que existe produção rizícola durante as três campanhas agrícolas do país (Quadro 1), mas existem variações ao nível de certas regiões. Para os departamentos expostos aos ventos alísios (Norte, Nordeste, Noroeste e Grande Anse), a cultura do arroz realiza-se durante duas a três estações (MARNDR, 2016). Para as zonas de clima de monção (6 meses de chuva e 6 meses de seca), é o caso do departamento do Centro, o ciclo de produção do arroz começa no mês de abril/maio e termina no mês de setembro/outubro.

Quadro 1: Calendário de cultivo de arroz

Campanha de produção	Meses												
	Mar	Abr.	Mai	Jun.	Jul	Ago.	Set	Out	Nov.	Dez	Jan	Fev	Mar
Primavera	P	P		C	C								
Outono						P			C				
Inverno										P			C

Nota: P refere-se ao período de plantação e C à colheita. Fonte: MARNDR (2016).

Quase todo o arroz produzido no país é vendido no mercado nacional. A entrada do arroz haitiano no mercado é a primeira etapa do processo de comercialização e geralmente, é realizada pelos próprios produtores (IICA, 2012). Nessa cadeia de transações comerciais, é possível identificar uma série de atores, começando pelo produtor e passando por aqueles que compram, transportam e revendem o arroz, geralmente nos mercados públicos das cidades.

Nesse sentido, pode haver uma venda direta produtor-consumidor nestes espaços, como pode ser distribuído por intermediários que também comercializam na escala local (como as *revandez* ou *detayan*) ou vendido em pequenas mercearias. Além disso, a produção pode ser adquirida por intermediários que levam para outras cidades e regiões. Neste caso, ganha muita relevância as *madan sara*, mulheres que atuam como intermediárias itinerantes, que levam o arroz, além de outros produtos alimentares, até os grandes centros urbanos e lá vendem para intermediários locais (*revandez* ou *detayan*), mercearias e supermercados (OSTHE e WESZ Jr., 2024).

De acordo com o IICA (2012), o arroz produzido localmente toma rumos diferentes dependendo da área de produção. O arroz produzido no vale de Artibonite tem

um raio de distribuição mais amplo, chegando aos principais centros urbanos do país, compartilhando um mercado que já está 80% ocupado por arroz importado (FAO, 2023). No entanto, o arroz de outras áreas de produção é amplamente consumido em áreas próximas.

5.2. OS PRODUTORES DE ARROZ NO HAITI

Conforme aos dados do Censo Geral de Agricultura de MARNDR (2010), 1.018.951 explorações estão envolvidas na agricultura do país. Dessas, 130.000 produzem arroz (BANCO MUNDIAL, 2019), seja 12,75% em relação ao número de explorações de 2010⁴. Entre os cereais produzidos no país, como o sorgo, o milho, feijão, etc., o arroz ocupa uma parte importante. Nas 373.000 toneladas de cereais produzidos no país em 2021 (BANCO MUNDIAL, 2024b), 155.000 toneladas foram de arroz, correspondendo a cerca de 37,53% dos cereais produzidos no país (FAOSTAT, 2023).

A maioria dos produtores de arroz (85% do total) detêm micro unidades produtivas, cultivando menos de um hectare, com uma área média de 0,3 ha (IICA, 2012). Trata-se, portanto, de pequenas explorações familiares em que, como Lévy (2001) aponta, os produtores precisam vender uma pequena proporção de sua produção para poder comprar outros bens básicos de consumo, sejam alimentares ou não. Se considerarmos a ideia de Lévy (2001), podemos afirmar claramente que a grande maioria dos produtores estão em uma situação em que seu único objetivo é a sobrevivência, não o desenvolvimento.

No entanto, apesar da pequena quantidade de terra que possuem e da baixa renda que podem gerar com essa atividade, ser um produtor de arroz no Haiti, argumenta Altineus (2015), é sinônimo de sucesso econômico e prestígio social. Como em qualquer país, no Haiti, os produtores de arroz representam a base da pirâmide do setor, desempenhando um papel importante na produção agrícola. Com a implementação de políticas comerciais liberais, isso colocou os pequenos produtores locais de arroz, a própria base do setor, em uma situação difícil e complexa. Cultivando manualmente e com uso de ferramentas arcaicas (Foto 1 e 2), eles claramente não tinham experiência

⁴ Os dados sobre o número de explorações no Haiti são provenientes do último censo do MARNDR em 2010. Já os dados sobre as 130.000 explorações de arroz são dados de 2019. A porcentagem é calculada com base nos últimos dados disponíveis em 2010.

nem meios de lidar com a pressão do mercado internacional. Desde a liberalização do comércio no Haiti, os produtores de arroz do país enfrentam uma série de dificuldades, as quais já eram muito críticas, mas têm piorado, como veremos adiante.

Foto 1: Produtores haitianos no vale de Artibonite iniciando o cultivo de arroz



Fonte: Global Press Journal (2018).

Foto 2: Produtores haitianos no vale de Artibonite preparando a terra para o plantio de arroz



Fonte: Global Press Journal (2014).

Os produtores de arroz do país enfrentam muitos constrangimentos que afetam sua capacidade/nível de produção. Em uma pesquisa da USAI (2015), os produtores de arroz apresentaram pelo menos cinco constrangimentos que afetam negativamente os níveis de produção, tais como: infraestrutura hidroagrícola/irrigação,

supervisão técnica, capital financeiro, declínio da fertilidade do solo e desastres naturais (MARNDR, 2016). É utópico falar sobre a agricultura em geral e sobre a produção de arroz em particular, sem uma boa infraestrutura de irrigação, apoio técnico e capital financeiro, e sem considerar as mudanças climáticas e os possíveis desastres naturais. O arroz não pode ser produzido sem acesso facilitado à água, capital financeiro e suporte técnico.

No Haiti, portanto, a infraestrutura hidroagrícola deficiente é um grande problema enfrentado pela maioria das áreas de produção. A falta de água para irrigação durante a estação de seca obriga os produtores a reduzir a área semeada com arroz no vale de Artibonite. Como aponta o IICA (2012) em seu relatório sobre o sistema de financiamento e seguro agrícola no Haiti, os produtores de arroz também têm de enfrentar a falta de equipamentos motorizados para lavrar o solo, bem como a ausência ou o baixo nível de supervisão técnica do trabalho. Segundo o Banco Mundial (2019), em 2012, o MARNDR distribuiu 400 motos cultivadoras na planície de Artibonite, a maioria dos quais já não estava mais funcionando em 2019.

Além dos problemas associados à infraestrutura hidroagrícola e à falta de supervisão e/ou suporte técnico, os produtores haitianos também enfrentam a falta de recursos financeiros no setor devido à falta de acesso ao crédito agrícola. O relatório do IICA (2012) mostra não haver acesso a crédito institucional, forçando os produtores a tomar empréstimos a taxas elevadas ou a vender suas colheitas antes da maturação, principalmente na planície de Torbeck, no departamento Sul. Segundo o Banco Mundial (2019), há várias instituições financeiras formais no mercado haitiano, incluindo bancos públicos e comerciais, empresas financeiras de desenvolvimento, cooperativas de poupança e crédito e instituições de micro finanças. No entanto, uma pequena proporção dos empréstimos concedidos por apenas três dessas instituições financeiras (Sogebank, Unibank e BUH) é destinada ao setor agrícola, cuja participação sobre o crédito total passou de 0,1% em 2014 para 0,6% em 2018 (BANCO MUNDIAL, 2019).

O declínio da fertilidade, que na realidade está ligado à falta de acesso a sementes e fertilizantes de qualidade, e os desastres naturais ligados à posição geográfica do país e às mudanças climáticas, também são outros constrangimentos importantes que afetam a capacidade/nível de produção dos produtores de arroz no país. Além dessas restrições, diferentes estudos (MARNDR, 2005, 2011; MCGUIGAN, 2006; ÉTIENNE, 2023; ALTINEUS, 2015; DIMANCHE, 2018) também apontam que o declínio do setor de arroz no país está fortemente ligado à concorrência do arroz

importado desde meados da década de 1980. Quando o país consegue ter uma produção favorável, vem a questão dos preços locais, em que os produtores são, muitas vezes, obrigados a vender os seus produtos locais a preço de custo ou abaixo dele (EXIME; PALLÚ; PLEIN, 2022).

Foto 3: Produtores haitianos transplantando o arroz no vale do Artibonite



Fonte: Global Press Journal (2018).

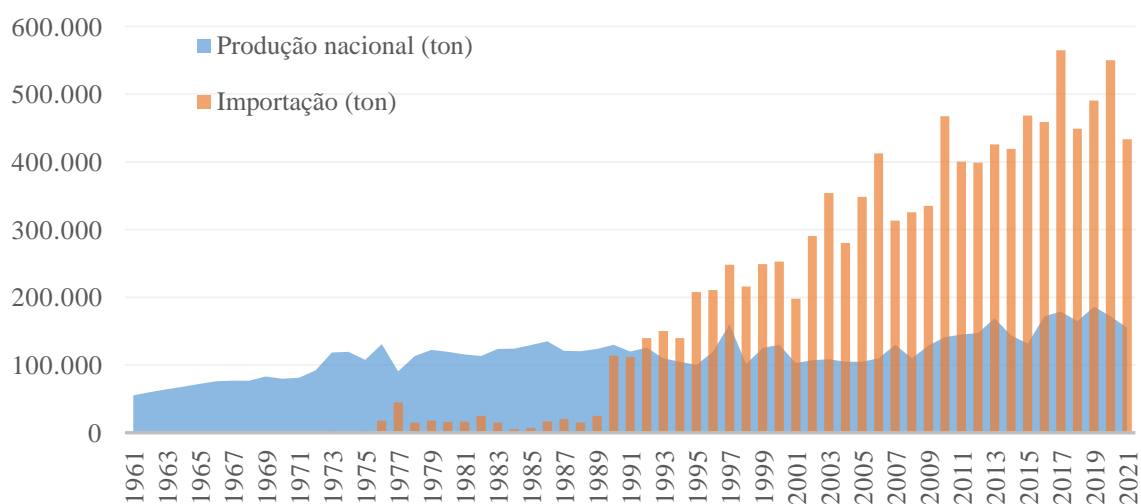
Os constrangimentos não afetam apenas os agricultores, mas todos os participantes do setor de arroz do país, inclusive os comerciantes locais (*revandez* e *detayan*), os proprietários das fábricas de processamento, as *madan sara* e os varejistas. O relatório do IICA (2012) mostra que a maior restrição para os vendedores locais é de ordem econômica, pois têm fundos limitados, o que as impede de acumular capital e formar grandes estoques e, ao mesmo tempo, conseguir vender semanalmente. Por sua vez, os proprietários das fábricas enfrentam o problema de equipamentos antigos, combinado com a escassez e o alto custo de peças de substituição. O resultado é a baixa condição de processamento do arroz. Para as *madan sara*, as principais restrições são as condições das estradas e a falta de instalações de armazenamento nas áreas urbanas, especialmente em Porto Príncipe, o que as impede de armazenar grandes quantidades de produtos. Além disso, assim como os vendedores locais, os varejistas também

enfrentam a falta de capital. Enfim, um conjunto complexo de desafios limita desde a produção até o processamento, distribuição e comércio do arroz doméstico.

5.3. PRODUÇÃO E IMPORTAÇÃO DE ARROZ NO HAITI

Da metade do século XX até 1980, o Haiti produzia a quantidade de arroz necessária para alimentar toda a população do país (ALTINEUS, 2015; VIVAS, 2010). Com a política nacionalista e de resguardo do mercado nacional conduzida durante a ditadura duvalierista, de 1957 a 1986, o mercado do arroz estava protegido (LÉVY, 2001). No entanto, a partir de meados dos anos 1980, assiste-se a uma fraca progressão da produção de arroz nacional e, paralelamente, ocorre um crescimento exponencial das importações. A Figura 7 evidencia esse movimento, mostrando como, a partir do início dos anos 1990, as importações superam a produção doméstica e estão atualmente em níveis bastante superiores. Fazendo uma média dos últimos dez anos (2012–2021), a produção nacional encontra-se nas 162 mil toneladas, enquanto as importações alcançaram 466 mil toneladas. E, desde os anos 2000, praticamente três quartos do cereal consumido no Haiti provém do exterior⁵ (FAOSTAT, 2023).

Figura 7: Produção e importação (toneladas) de arroz no Haiti (1961 – 2021)



Fonte: Faostat (2023).

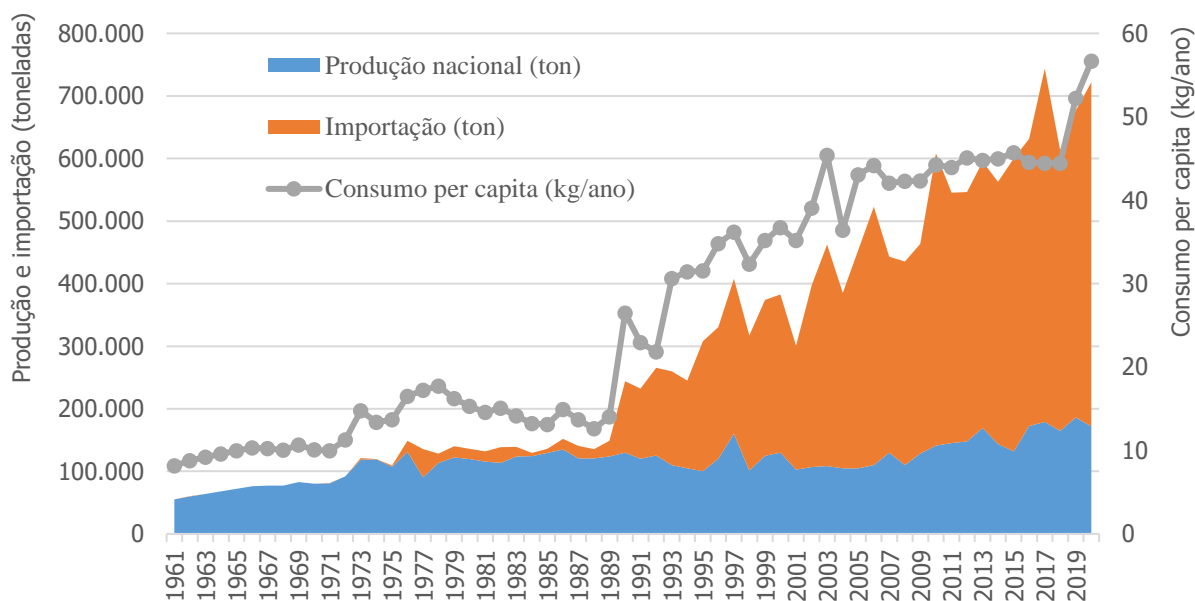
⁵ Vale comentar que esse valor provém de informações disponibilizadas pela Faostat (2023), sendo esse percentual ainda menor quando se utilizam dados da USDA (2023), em que o peso das importações fica entre 80% e 90% nos últimos anos (FRENAT e WESZ Jr., 2024).

De acordo com Lévy (2001) e Fréguin e Devienne (2006), uma das causas deste movimento na produção de arroz no Haiti está diretamente ligada às políticas econômicas implementadas no país nas últimas quatro décadas, em especial a liberalização do mercado. Os efeitos dos cortes tarifários durante as ondas de liberalização foram instantâneos nas importações e na produção doméstica de arroz, e eles seguem sendo sentidos até hoje.

Em 1989, a produção nacional foi estimada em 123.900 toneladas e o Haiti estava importando cerca de 25.000 toneladas na mesma época. Mas as importações decolaram rapidamente após fortes reduções tarifárias. Conforme os dados da Figura 7, as importações aumentaram de 25.000 toneladas em 1989 para 114.000 em 1990 e 208.000 toneladas em 1995, ano em que a taxa aduaneira foi reduzida de 35% para 3%. Já a produção doméstica não teve esse desempenho, passando de 123.900 para 100.000 toneladas entre 1989 e 1995 (Figura 7).

Com o aumento do consumo per capita, que cresceu a passos largos nas últimas décadas (de 8,2 para 56,7 kg/ano), o arroz doméstico é, cada vez mais, insuficiente para satisfazer a demanda da população haitiana (Figura 8). Enquanto nos anos 1970 o Haiti supria a sua própria demanda de arroz, a taxa de autossuficiência foi decaindo consecutivamente: de 76,9% em 1989 para 38,8% em 2001, estando em 2020 no patamar de 17,2%. Entre os países com maior consumo per capita de arroz, o Haiti está entre aqueles nos quais a taxa de autossuficiência é menor (FAOSTAT, 2023).

Figura 8: Produção e importação (toneladas) de arroz e consumo per capita (kg/pessoa/ano) no Haiti (1961 – 2020)



Fonte: Faostat (2023).

A Figura 8 apresentada ilustra o rápido crescimento do consumo per capita de arroz no país. Esse aumento é influenciado por uma combinação de fatores econômicos, culturais e sociais. Segundo Dupuy (2006), um dos fatores responsáveis por esse crescimento no consumo é a mudança nos hábitos alimentares. Nos últimos anos, o arroz tem se consolidado como um alimento essencial e cada vez mais popular no país, em grande parte devido à liberalização do mercado. A população tem adotado dietas mais urbanas e práticas, com o arroz sendo considerado uma opção rápida e fácil de preparar (DUPUY, 2006). Além disso, os preços acessíveis do arroz importado o tornam uma opção viável para muitas famílias haitianas, estimulando o aumento do consumo (SMUCKER et al., 2022). Como será detalhado adiante (item 5.4), Schwartz (2008) destaca que o crescimento populacional e a urbanização são fatores importantes que impulsionam a demanda por esse alimento.

O aumento do consumo de arroz pode afetar negativamente o mercado, impactando os preços e a insegurança alimentar, já que o país depende fortemente das importações. Assim, qualquer alteração nos preços do mercado internacional pode ter repercussões significativas no mercado haitiano. Além disso, outros alimentos tradicionais, como milho, sorgo, banana, batata-doce, mandioca, fruta-pão, entre outros, tendem a perder relevância à medida que o arroz se torna cada vez mais predominante.

Essa mudança ocorre de forma gradual, substituindo a dieta tradicional haitiana por uma alimentação mais dependente. Esse fenômeno pode também gerar impactos nutricionais, uma vez que, dietas mais diversificadas tendem a ser mais nutritivas (MARTINELLI e CAVALLI, 2017).

Segundo o OEC (2023), ao longo dos últimos 30 anos, o arroz representou entre 5% e 10% do valor das importações totais do Haiti. Em 2020, foi o produto mais importado (US\$ 292 milhões, representando 7,9% do total), seguido pelo petróleo refinado (6,1%), tecido (4,1%) e óleo de palma (3,4%). Entre os produtos exportados pelos Estados Unidos para o Haiti, o arroz também é o produto com maior valor (25,1%), à frente do petróleo refinado (20,6%) e da carne de aves (6,8%). Os Estados Unidos são o principal exportador de arroz para o Haiti e, portanto, o principal beneficiário da liberalização do mercado no país. Em geral, entre 80% e 90% das importações anuais do cereal provêm do país, enquanto o restante tem como origem diferentes nações (China, Índia, Paquistão, República Dominicana, Guiana, Uruguai, entre outros). O Haiti é o terceiro maior mercado, atrás do México e do Japão, para as exportações de arroz dos EUA e o maior consumidor per capita de arroz da América Latina (REDON; PETIT-BEL, 2017).

5.4. OFERTA E DEMANDA DO ARROZ NO HAITI

Em um relatório da Fews Net, publicado em 2021, o fornecimento geral (produção nacional e importação) de arroz no Haiti era de 662.648 toneladas métricas por ano. Quando, na realidade, em 1980, era de cerca de 135.910 toneladas métricas por ano (FAOSTAT, 2023). A produção nacional de arroz, que no início da década de 1980 conseguia atender à demanda de quase toda a população, agora não consegue satisfazer a demanda nacional, contribuindo com apenas 17,2% do consumo nacional total (FAOSTAT, 2023). Este resultado, como já apontado anteriormente, se conecta diretamente com a aceleração da deterioração da produção nacional após a implementação de políticas neoliberais (via redução de tarifas alfandegárias para o cereal vindo do exterior) desde meados da década de 1980 e do problema de não modernização da agricultura. A falta de modernização da agricultura é, sem dúvida, um problema crucial diante do crescimento populacional. No entanto, a substituição da produção interna de arroz pelas importações não se deve exclusivamente à falta de mecanização. Se houvesse um Estado disposto a investir no setor agrícola, seria possível enfrentar diversos desafios.

Em períodos em que a produção nacional conseguia suprir a demanda local, o setor não era mecanizado, mas contava com nível de proteção e algum apoio estatal.

Um fator relevante que pode explicar o aumento da demanda por arroz no mercado doméstico, conforme aponta Schwartz (2008), é o crescimento populacional, que apresenta uma taxa média anual de 1,71% entre 1980 e 2022, passando de 5.646.676 para 11.584.996 habitantes (BANCO MUNDIAL, 2023). O fenômeno do êxodo rural e da urbanização são outros fatores que podem explicar o aumento da demanda por arroz no país caribenho.

Conforme a visão neoclássica, a relação entre oferta e demanda determina o preço de um bem no mercado. Eles abandonam a questão da essência intrínseca do valor dos clássicos em favor do estudo dos preços, sendo então a forma fenomênica do valor (LAGUÉRODIE, 2022). Assim, como a origem do valor não é acessível, dizem eles, e somente os preços e suas variações podem ser, os preços são analisados nos mercados como o resultado do encontro da oferta e da demanda (LAGUÉRODIE, 2022). Para eles, a lei da oferta e da demanda baseia-se fundamentalmente na lei do leilão e do desconto, ou seja, se a demanda do mercado for maior que a oferta do mercado, o preço aumentará; e se a oferta do mercado for maior que a demanda do mercado, o preço cairá (TRICON, 2008). Desse ponto de vista, os preços aumentam ou diminuíram conforme a oferta e demanda da mercadoria.

A análise microeconômica demonstra que a decisão de compra dos consumidores, ou seja, a demanda por um bem ou serviço, é influenciada principalmente pelo seu preço. Além disso, outros fatores desempenham um papel importante, como os preços de produtos alternativos, as expectativas em relação a variações futuras de preços, as preferências individuais e o nível de renda dos consumidores. Como a demanda representa a quantidade de um bem que os consumidores estão dispostos a adquirir sob a influência dessas variáveis, a teoria microeconômica formula a chamada “lei da demanda”. De acordo com essa lei, existe uma relação interdependência entre o preço e a demanda: quando o preço de um bem ou serviço sobe, a demanda cai; por outro lado, quando o preço cai, a demanda aumenta (ETULAIN, 2019). Porém, essa relação não ocorre da mesma forma para todos os bens, pois depende da elasticidade-preço da demanda.

Por outro lado, a teoria microeconômica explica que a função de oferta se comporta de maneira diferente da demanda, apresentando uma relação direta entre o preço e a quantidade ofertada. Isso significa que, à medida que o preço de um bem ou serviço

aumenta, os produtores têm maior incentivo para aumentar a oferta, pois isso representa uma oportunidade de maior rentabilidade (ETULAIN, 2019). Se os preços estiverem elevados, mais empresas podem entrar no mercado para produzir e comercializar esse bem, aumentando a quantidade disponível. Além do preço, outro fator essencial para determinar a oferta de um bem é o custo de produção. Segundo a análise de David Ricardo sobre a lei da oferta e da demanda, o preço de uma mercadoria está diretamente relacionado ao custo da mão de obra empregada em sua produção. Esse custo estabelece um parâmetro que influencia o valor da mercadoria no mercado e, conseqüentemente, a sua oferta (GUERRIEN, 2003; ETULAIN, 2019).

Em suma, as considerações teóricas acima nos levam a concluir que há diferentes pontos de vista quando se trata de explicar o que determina a oferta e a demanda num mercado. Entretanto, é possível identificar duas abordagens principais sobre o que influencia a oferta e a demanda de um bem no mercado. Uma abordagem de leilão e desconto, que adota uma abordagem quantitativa (quantidade de oferta e da demanda) a partir de uma análise em escala macro; e uma abordagem de preço, que opta por uma análise em escala micro. Desde a onda de importações de arroz para o mercado haitiano, autores e organizações (CHALMERS, 2014; DIMANCHE, 2018; ÉTIENNE, 2023 e FAOSTAT, 2023) observaram um rápido aumento no consumo e, como resultado, a demanda aumentou.

Nesse trabalho, para entender esse aumento na demanda por arroz no mercado haitiano preferiremos a análise microeconômica da “lei da demanda”, a partir da qual relaciona os efeitos do preço sobre a quantidade demandada pelos consumidores (a abordagem de preços). Em outras palavras, além do aumento da população (sobretudo urbana), o aumento da demanda por arroz no mercado haitiano pode ser explicado pela queda no preço do arroz importado no mercado haitiano após a liberalização do comércio. Em 2019, segundo os dados da USDA (2019), a média dos preços dos tipos de arroz importado presente nos todos três mercados mais populares do país (Croix-des Bouquets, Salomon e Lestere) era de 59,44⁶ gourdes/kg. Enquanto a média dos preços dos tipos de arroz nacional presente nos mesmos mercados era de 104,6 gourdes/kg.

As diferenças de preços entre o arroz importado e o arroz produzido localmente podem ser atribuídas ao diferencial nos custos de produção entre ambos. De acordo com a análise de David Ricardo sobre a lei da oferta e da demanda, o custo de

⁶ Em 2019, US\$ 1 dólar = 88,81 gourdes

uma mercadoria é determinado pelo valor da mão de obra empregada em sua produção, além de outros custos, que estabelecem o preço de mercado do produto.

A abertura comercial resultou em um aumento significativo das importações de arroz, especialmente dos Estados Unidos, que hoje correspondem a cerca de 80% do consumo nacional. O arroz importado apresenta preços mais baixos, em grande parte devido aos subsídios concedidos aos produtores norte-americanos. Por outro lado, a produção haitiana enfrenta custos mais elevados, derivados de uma série de dificuldades, como a falta de infraestrutura adequada, o limitado acesso a crédito agrícola, o uso de técnicas agrícolas obsoletas e problemas com a irrigação. Sem o apoio estatal, os produtores haitianos têm custos de produção significativamente mais altos.

Não obstante, os consumidores nacionais continuam a optar pelo arroz produzido no Haiti, apesar de ser mais caro que o importado. Segundo Arias e Carneus (2011), uma possível explicação para esse comportamento está na diferença de qualidade entre os dois tipos de arroz. Em seu estudo, Gerbier (2016) destaca que o consumo de arroz local é justificado por seus benefícios sanitários. De fato, segundo a população local entrevistada no âmbito de sua pesquisa, o consumo de arroz local não causa doenças nem problemas intestinais ou gástricos, ao contrário do arroz importado. Além disso, a preferência pelo arroz local em relação ao arroz importado também possui uma dimensão cultural. Durante as festividades, a população dá prioridade à preparação de pratos com base em produtos locais. Gerbier (2016) ressalta que, em ocasiões especiais, como os domingos ou durante períodos festivos, as famílias aproveitam a oportunidade para preparar pratos utilizando variedades de arroz local.

A análise microeconômica, que afirma que quanto maior o preço de um bem, maior será a quantidade ofertada, não consegue explicar o caso de aumento do arroz no mercado haitiano, uma vez que a presença do bem substituto de menor custo influencia a dinâmica da oferta e da demanda. Embora o preço do arroz importado seja inferior ao do arroz nacional, isso não impediu o crescimento significativo das importações de arroz entre 1986 e 2021, passando de 17.000 para 436.635 toneladas métricas por ano (FAOSTAT, 2023). Por outro lado, mesmo com o aumento constante do preço do arroz nacional, sua oferta permaneceu praticamente estagnada nesse mesmo período, variando de 135.112 para 155.000 toneladas métricas por ano (FAOSTAT, 2023).

No caso em questão, o aumento da oferta de arroz importado pode ser explicado por outro fator: a redução do custo de produção do arroz importado. Segundo a abordagem de David Ricardo, o custo de produção é um dos principais elementos que

influenciam a oferta de bens no mercado, desempenhando um papel decisivo nesse cenário.

Nos Estados Unidos, de onde provém mais de 90% do arroz importado no mercado haitiano, há a política agrícola (*Farm Bill*)⁷, que reduziu as transferências diretas aos agricultores nos últimos anos, mas que seguem protegidos pelo seguro agrícola, cujo fim é reduzir os elevados riscos e incertezas da atividade agrícola decorrente da instabilidade climática, condições sanitárias e oscilações de mercado (KATO; DELGADO; LEITE, 2017). Por outro lado, os produtores americanos produzem em áreas maiores de terra. Portanto, o preço unitário é menor porque, conforme a teoria do rendimento de escala crescente, quanto mais você produz, mais barato é o preço unitário. Além disso, eles são subsidiados pelo Estado e exportam esse arroz para o Haiti sem nenhuma tarifa aduaneira. A oferta de arroz aumentou significativamente, mas isso não impediu que o número de pessoas que sofrem de desnutrição permaneça preocupante no país.

A incapacidade da produção nacional de atender à demanda de alimentos, a baixa produtividade da agricultura e os riscos climáticos formam a estrutura geral da fragilidade alimentar do Haiti totalmente dependente do mercado exterior e levanta a questão da frágil soberania alimentar do país (COURADE E PELTRE-WURTZ, 1991). Nos últimos anos, tem-se intensificado o debate sobre o impacto do comércio exterior na segurança alimentar, com destaque para os estudos de Thow et al. (2018), Baylis et al. (2018), Zakaria et al. (2016) e Aliyeva et al. (2019). A principal questão gira em torno de saber se o comércio internacional representa uma ameaça ou uma oportunidade para a segurança alimentar. “Dada a relevância do setor agrícola e as suas funções na sociedade, este debate é compreensível, especialmente no Haiti, onde a maioria da demanda por produtos alimentares é composta por importações (FRENAT, 2024, p. 6).”

A implementação dos Programas de Ajuste Estrutural (PAE) na década de 1980 iniciou reformas políticas e econômicas que puseram fim às aspirações de autossuficiência alimentar nacional (HRABANSKI, 2011). Esse desenvolvimento macroeconômico gerou debates nas últimas décadas. A autossuficiência alimentar foi

⁷ *Farm Bill* é uma norma abrangente e plurianual que regulamenta uma série de programas agrícolas e de alimentos. Ela permite que os formuladores de políticas abordem as questões agrícolas e de alimentos de forma abrangente e periódica que o Congresso está envolvido na supervisão de sua implementação. Em geral, a lei agrícola é renovada a cada cinco anos. Desde a década de 1930, o Congresso promulgou 18 leis agrícolas. As leis agrícolas, tradicionalmente, apoiam um grupo de produtos agrícolas básicos: milho, soja, trigo, algodão, arroz, amendoim, laticínios e açúcar (JOHNSON e MONKE, 2013).

gradualmente substituída pelo conceito de segurança alimentar, que, sob a ótica neoliberal, é alcançada quando a oferta de alimentos atende à demanda global. Nessa visão, a segurança alimentar deixa de ser responsabilidade do Estado e passa a depender do mercado, despolitizando a questão (HRABANSKI, 2011). No Haiti, embora as reformas tenham reduzido os preços do arroz ao consumidor, a excessiva entrada de produtos alimentícios no mercado ameaça a soberania alimentar do país, agravando a insegurança alimentar, enfraquecendo a economia agrícola e aumentando a dependência das importações e da ajuda externa.

Os dados precisos e contínuos sobre a insegurança alimentar no Haiti antes da implementação do PAE são limitados. Não obstante, a análise da evolução da insegurança alimentar no Haiti ao longo das últimas quatro décadas revelou várias tendências. Segundo a CNSA (2002), embora o número de pessoas afetadas pela insegurança alimentar tenha aumentado, a proporção da população afetada passou de 60% em 1986 para 48% em 2000. Entre 2000 e 2024 o número de pessoas em insegurança aguda no Haiti aumentou de cerca de 3,8 milhões (48%) para 5,54 milhões (49%) em 2024 (CNSA 2002; CNSA 2025). Considerando a prevalência da insegurança alimentar moderada ou grave no período de 2021-2023, essa taxa ultrapassa 82% (FAOSTAT, 2025), configurando uma das maiores proporções de insegurança alimentar aguda no contexto da atual crise alimentar global (FAO, 2024).

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo apresenta os resultados dos questionários sobre os efeitos das importações de arroz sobre os rizicultores haitianos e as suas estratégias para lidar com esse fenômeno que surge a partir da liberalização comercial no país. Em primeiro lugar, este capítulo apresenta as características e a unidade de produção dos produtores. A seguir, falamos sobre o vínculo nas organizações agrícolas, as políticas públicas e outras atividades dos produtores. Depois, apresentam-se as áreas de produção, as cadeias de comercialização do arroz produzido e os desafios enfrentados. Ao final deste capítulo, apresentamos as estratégias adotadas pelos rizicultores em relação aos desafios enfrentados e suas perspectivas.

6.1. CARACTERÍSTICAS DOS PRODUTORES E DA UNIDADE PRODUTIVA

A maioria dos respondentes desta pesquisa é composta por homens, com idade média de 46 anos (Quadro 2). Quase metade possui nível educacional equivalente ou inferior ao ensino fundamental, enquanto apenas 16,3% têm formação universitária. Além disso, mais da metade, totalizando 58,8% respondentes, relata uma condição de vida regular, enquanto 21,3% dizem ter uma condição de vida boa, 6,3% dizem muito boa, 10% dizem ruim e 3 afirmam viver em condições extremamente precárias. Em média, os produtores de arroz entrevistados vivem com cinco pessoas em suas residências. Em relação ao local de residência, 28,7% residem em cidades próximas às áreas de produção, 37,5% no espaço de produção ou nas seções comunais onde realizam suas atividades agrícolas e 33,7% num outro lugar que eles não definem. Quanto à ocupação da terra, os dois tipos mais comuns são a propriedade própria, que atinge quase a metade dos produtores (48,8%), e a terra arrendada, que responde por 27,5%, além de terras em parceria 20,0% e ocupadas 16,3%.

Quadro 2: Caracterização do entrevistado e da unidade de produção

Sexo	Homem	73	91,3%
	Mulher	07	8,8%
Faixa de idade	Menos de 17 anos	01	1,3%
	De 18 a 40 anos	30	37,5%
	De 41 a 60 anos	31	38,8%
	De 61 a mais	18	22,5%
Nível de estudo	Primeiro grau	16	20,0%
	Ensino fundamental	15	18,8%
	Ensino médio	28	35,0%
	Universidade	13	16,3%
	Nenhuma	08	10,0%
Avaliação de condição de vida	Regular	47	58,8%
	Bom	17	21,3%
	Muito bom	05	6,3%
	Ruim	08	10,0%
	Péssima	03	3,7%
Número de membros na família	De 0 a 2	07	8,8%
	De 3 a 5	43	53,8%
	De 6 a 8	24	30,0%
	De 9 a 10	06	7,5%
Espaço de moradia	Cidade	23	28,8%
	Espaço de produção	30	37,5%
	Outro	27	33,8%
Tipo de ocupação da terra	Própria	39	48,8%
	Arrendada	22	27,5%
	Ocupada	13	16,3%
	Em parceira	16	20,0%
Área de terra cultivada	De 1.500 a 3.200 cx. (0,15 a 0,32 ha)	21	26,3%
	De 3.201 a 9.600 cx. (0,32 a 0,96 ha)	33	41,3%
	De 9.601 a 19.500 cx. (0,97 a 1,95 ha)	19	23,8%
	De 19.500 a 51.600 cx. (1,96 a 5,16 ha)	07	8,8%
Principais atividades na proprietária	Atividade agrícola pecuária	09	11,3%
	Atividade agrícola	71	88,8%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de campo (2024).

Conforme observado no Quadro acima, a maioria dos produtores de arroz no Haiti são homens. Embora as mulheres continuem sendo a base das famílias, esse dado reflete o domínio do patriarcado no acesso à herança e aos meios de produção no país. No contexto da agricultura, as mulheres são frequentemente vistas apenas como auxiliares de seus maridos. O estudo de Paul et al. (2022) destacou o papel restrito das mulheres nas atividades de produção de arroz, apontando que poucas têm poder de decisão sobre os lotes de terra. Além da predominância de homens no setor de cultivo de arroz do país, este Quadro também mostra que a maioria dos produtores tem baixo nível de escolaridade, o que, sem o suporte técnico que descreveremos em mais detalhes abaixo, os expõe aos riscos de baixa competitividade em um mercado globalizado.

Cerca de 48,8% dos respondentes têm nível acadêmico abaixo do ensino médio e somente 16,3% fazem um estudo universitário. Em um contexto em que o aumento da produtividade, a gestão sustentável dos recursos e a adoção de novas tecnologias são questões importantes, o baixo nível acadêmico dos agricultores pode ser um problema real. Os produtores de arroz com baixo nível acadêmico podem ter mais dificuldade para assimilar novas tecnologias, como sementes melhoradas, práticas de cultivo otimizadas ou o uso de ferramentas digitais, que exigem habilidades básicas para serem adotadas com eficácia. Além disso, a falta de habilidades em matemática e no gerenciamento de custos de produção, no cálculo de rendimentos ou no planejamento dos investimentos necessários pode complicar e levar a uma má alocação de recursos ou à incapacidade de avaliar riscos econômicos. Não podemos também ignorar os problemas de acesso à informação, as questões ambientais e a redução da competitividade. Como resultado, o baixo nível acadêmico dos produtores de arroz no Haiti, embora não seja insuperável, pode ser um elemento muito importante para limitar seu potencial de adotar práticas modernas e sustentáveis, afetando assim sua competitividade.

Este Quadro também mostra que a quantidade de terra cultivada pelos produtores de arroz no Haiti é pequena, explicando os baixos rendimentos e, conseqüentemente, a baixa competitividade no mercado. Como afirmou Dimanche (2018), o tamanho das parcelas é um fator influente na competitividade do arroz nacional. Segundo os dados do Quadro, no Haiti, cerca de 67,5% dos agricultores têm uma área inferior ou equivalente com 9.600 cx., equivalente a 0,96 ha. A média de área cultivada entre os produtores de arroz questionados é de 10.184 cx., isto é, 1,01 ha. Esses dados confirmam os dados do MARNDR (2008) que mostram que as terras agrícolas do Haiti são caracterizadas pelo tamanho extremamente pequeno de seus lotes, com cerca de 80% dos agricultores têm entre 1,0 e 1,8 hectare de tamanho. Uma área superior poderia, por exemplo, permitir aos rizicultores obter uma produção com maior escala, que tende a se refletir em um menor custo de produção (Foto 4).

Foto 4: Parcelas de arroz no vale do Artibonite - Haiti



Fonte: Altineus (2015).

Devido às pequenas áreas de produção, os produtores, apesar de quase todos os produtores produzirem para vender, praticam uma agricultura cujo objetivo é a sobrevivência, uma vez que é a partir da venda que eles podem comprar outros produtos alimentares básicos. A produção de arroz não introduz os produtores numa dinâmica de acumulação, de reprodução e de ampliação da base produtiva por meio de investimento e da modernização dos equipamentos que podem permitir aos produtores aumentar as suas áreas de produção. A maioria dos respondentes tem como o principal objetivo vender e consumir. Como afirma Lévy (2001), as áreas de produção de arroz no Haiti referem-se a pequenas explorações familiares nas quais os produtores precisam vender uma pequena proporção de sua produção para poder comprar outros bens básicos de consumo, sejam alimentares ou não. Sendo assim, o sistema produtivo do país é incapaz de gerar um processo de desenvolvimento, em suas estruturas atuais.

Além do arroz, os agricultores cultivam uma grande diversidade de plantas adaptadas às condições climáticas, às características do solo e às demandas do mercado local. A mandioca e a batata-doce, conhecidas por sua resistência a solos pobres, estão entre as culturas mais cultivadas. O milho também, especialmente para os agropecuaristas, desempenha um papel fundamental tanto na alimentação humana quanto como forragem para os animais. Além disso, o cultivo de legumes, como o tomate e a

berinjela, contribui para a diversificação alimentar, ao mesmo tempo, em que oferece aos produtores uma fonte de renda nos mercados locais.

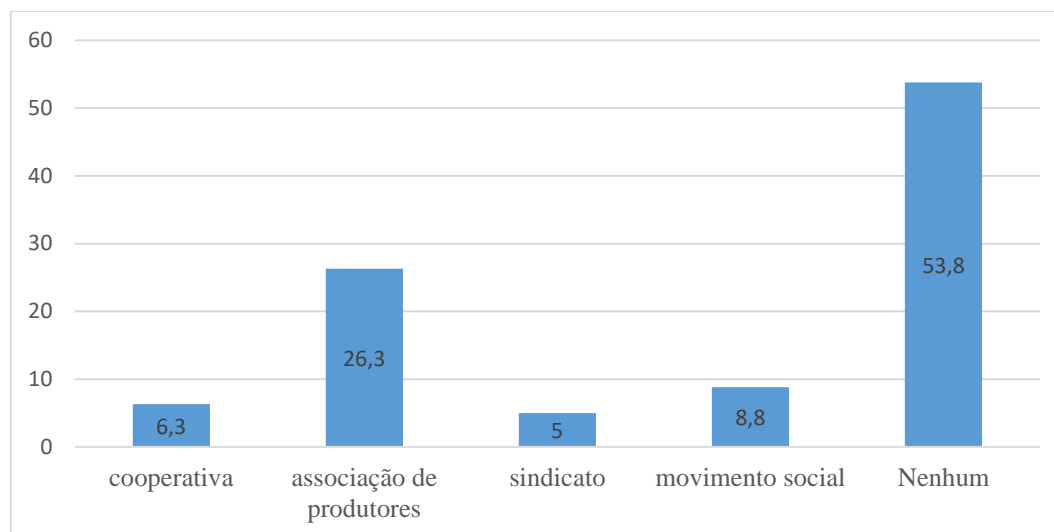
6.2. PRODUTORES: ORGANIZAÇÕES e POLÍTICAS PÚBLICAS

Até a década de 2000, o trabalho na zona rural do Haiti tinha uma natureza coletiva e não remunerada. Como destacou Barthélemy (1990), as atividades agrícolas assumem várias formas coletivas (*combites, escouades, douvanjou*, etc.) e consistem essencialmente em reunir trabalhadores não remunerados da mesma comunidade para trabalhar no mesmo projeto. Mas desde a década de 2000, essa forma do trabalho no espaço rural, que foi uma prática enraizada nos valores de solidariedade, cooperação e reciprocidade entre os membros da comunidade, começou a diminuir até praticamente desaparecer atualmente. Porém, sabemos que, num contexto no qual os produtores não têm meios tecnológicos e grandes recursos, essa forma de trabalhar poderia ser usada para auxiliar os produtores a realizar tarefas agrícolas que demandassem grande quantidade de mão de obra, como plantio, colheita e outros.

Com as mudanças no espaço rural e, ao mesmo tempo, no setor agrícola que ocorreu após a implementação das políticas neoliberais, como sublinham Florida e Redon (2019), que são inseparáveis da liberalização do comércio e de tudo o que ela implica, tiveram consequências negativas para as áreas rurais haitianas, marcadas pelo forte êxodo. Conforme destacou Paul (2010), uma massa de agricultores abandonou a agricultura e os espaços rurais para se estabelecer nas cidades à procura de melhores possibilidades. Como resultado, os agricultores que ainda trabalham com ferramentas tradicionais veem desaparecer a única maneira que lhes permitia concluir tarefas agrícolas que seriam difíceis ou impossíveis de realizar sozinhos.

Esse problema ultrapassa a questão do desaparecimento desse tipo de trabalho coletivo, conforme mencionado por Barthélemy (1990), e abrange também a falta de organização entre os próprios produtores. Entre os respondentes, 53,8% produtores, ou seja, mais da metade, não estão vinculados a cooperativas, movimentos sociais, associações ou sindicatos (Figura 9).

Figura 9: Produtores vinculado a um tipo de associação em %



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de campo (2024).

Como podemos observar nesta Figura, a maioria dos produtores não está vinculada a nenhuma associação ou cooperativa de produtores. Considerando a importância de associações, sindicatos e movimentos sociais na luta por melhores condições de trabalho, distribuição mais equitativa da terra, acesso a mercados, políticas agrícolas efetivas, etc., essa ausência pode representar um obstáculo significativo para as reivindicações dos produtores de arroz no país. No Brasil, por exemplo, Tonneau e Saborin (2009) destacaram o papel essencial da sociedade civil organizada no desenvolvimento de programas e políticas públicas voltadas para o setor agrícola.

As políticas públicas agrícolas desempenham um papel fundamental para entender e responder aos desafios enfrentados pelos agricultores, principalmente em contextos como o do Haiti, em que a agricultura é fundamental para a sobrevivência econômica da maioria da população rural. O país é caracterizado não apenas por sua dependência da agricultura, mas também pelos crescentes desafios associados à insegurança alimentar, à degradação ambiental e às restrições de acesso aos recursos. Em um contexto de concorrência com produtos importados subsidiados, a produção nacional, especialmente o arroz, geralmente fica em desvantagem. As políticas agrícolas poderiam ter um impacto significativo fornecendo subsídios ou crédito aos agricultores, facilitando o acesso a sementes, insumos de qualidade e equipamentos, promovendo técnicas agrícolas adaptadas às condições locais. O acesso a políticas públicas para a agricultura continua sendo um verdadeiro desafio ao setor, em particular ao setor rizícola no país.

Sessenta e cinco dos respondentes (81,3% do total) não têm acesso a nenhuma forma de políticas públicas para a agricultura (Tabela 1).

Tabela 1: Acesso dos produtores entrevistados às políticas públicas para a agricultura

Tipos de políticas públicas	Número de produtores em %
Assistência técnica	2,5
Crédito rural	3,8
Maquinário	7,5
Mercado	5,0
Nenhuma	81,3
Outro	0
Preço	0
Seguro	0
Total	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de campo (2024).

Como podemos observar nesta tabela, quatro produtores afirmam que eles tinham acesso a políticas públicas de mercado. Porém, todos afirmam que isso não acontece há mais de dois anos. E, três têm acesso a uma política pública de crédito rural, dois têm acesso a uma política de assistência técnica e seis têm acesso a uma política de maquinários. Esses dados mostram como o Estado se retira quase totalmente do setor agrícola e particularmente do setor rizícola no país. As políticas neoliberais que promovem a retirada do Estado no setor agrícola fazem com que os agricultores tenham que lutar com seus próprios meios e estratégias, muitas vezes insuficientes, para se manter em um contexto de elevada concorrência com a produção externa. Agricultores que, muitas vezes, têm a agricultura como sua única fonte de renda, como será retomado no item 6.5.

6.3. ARROZ: PRODUÇÃO, ÁREA DE PRODUÇÃO

A agricultura no Haiti tem sido passada de geração em geração. O cultivo de arroz, apesar dos desafios, não se difere neste aspecto, sendo profundamente enraizado na história das famílias e transversal a diferentes gerações. A maioria dos entrevistados (70,0% dos produtores de arroz) declara que a sua família cultiva o arroz desde sempre, enquanto 26,3% diz que é a segunda geração e somente 3,7% declara ser a primeira geração da sua família cultivando o arroz.

Vários tipos de arroz são cultivados no país. Alguns são mais populares, mas os produtores frequentemente valorizam variedades locais e tradicionais que se adaptam melhor ao solo da região, com sabor diferenciado, preferido pelos consumidores locais. Assim, podemos dizer que a demanda no mercado local determina muito o tipo de arroz produzido pelos produtores. Entre os respondentes, encontramos cinco tipos de arroz mais produzidos nas regiões: M8, Shelda, TCS, Shella e Jaragua (Tabela 2).

Tabela 2: Variedades de arroz produzido no Haiti/ números de produtores e regiões

Variedade de arroz produzidos	Número de produtores cultivam as variedades	Região mais produzidos as variedades de arroz
M8	38	Sul
TCS-10	22	Artibonite - Norte – Nordeste
Shella	22	Sul – Artibonite
Shelda	16	Sul – Artibonite
Jaragua	12	Norte – Nordeste

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de campo (2024).

Alguns respondentes produzem dois ou até três tipos. A popularidade de um tipo de arroz depende muito da região. Por exemplo, o arroz M8 é um tipo de arroz produzido principalmente na região Sul do país, no distrito de Cayes. O arroz Jaragua é produzido principalmente na região Norte e Nordeste. Entretanto, o arroz TCS-10 é presente nas três regiões. Conforme as respostas dos entrevistados, nenhuma variedade de arroz é produzida nas quatro regiões do país.

Alguns produtores tinham um rendimento da produção muito baixo na última colheita. A quantidade de arroz que os respondentes colheram na última colheita foi avaliada entre 13,5 kg e 20.033,9 kg. Dois dos respondentes não efetuaram avaliação da última colheita. No total, a última colheita dos respondentes é estimada em 129.934,7 kg, (129,9 ton.) de arroz em casca (Foto 5), uma média de 1.624,1 kg ou 1,6 ton./respondente. A produtividade média das terras cultivadas é estimada em 2.275,5 kg/ha (ou 2,3 toneladas por hectare), um valor ligeiramente inferior à média nacional reportada pela Faostat entre 1980 e 2021, que foi de 2.369 kg/ha.

Entre os produtores entrevistados, aqueles com o maior rendimento estão localizados em Ferrier, com 21.564,8 kg em 3 ha, seguido por um produtor de Saint-Raphaël, que produz 13.536,5 kg em 1 ha. Outros dois produtores da mesma região registram 7.735,2 kg em 0,6 ha cada. Em seguida, há um produtor de Cayes, com 6.075

kg em 1,5 ha, dois produtores de Ferrier, com 5.801,4 kg em 0,6 ha e 3.867,6 kg em 0,3 ha, além de um produtor de Artibonite, que atinge 3.470,5 kg em 0,6 ha. Os maiores rendimentos não estão necessariamente associados às áreas de cultivo mais extensas. Apenas o primeiro produtor de Saint-Raphaël, entre os mais produtivos, possui uma área maior do que outros agricultores de sua região. Por outro lado, o nível de escolaridade parece ser um fator determinante: 50,0% (4) dos produtores mais produtivos possuem diploma universitário, 37,5% (3) concluíram o ensino médio e 12,5% (1) não ultrapassaram esse nível.

Esses dados mostram que o nível acadêmico dos agricultores pode desempenhar um papel crucial na produtividade agrícola, como já destacado anteriormente. Produtores de arroz com menor escolaridade podem enfrentar dificuldades na adoção de novas tecnologias, como sementes melhoradas, técnicas avançadas de cultivo e ferramentas digitais, cuja implementação exige habilidades básicas. A falta de conhecimento em matemática e gestão de custos pode comprometer o cálculo dos rendimentos, o planejamento de investimentos e a alocação eficiente de recursos, aumentando os riscos econômicos. Por outro lado, um nível acadêmico mais elevado, aliado ao conhecimento técnico, favorece a adoção de boas práticas agrícolas, contribuindo para um melhor desempenho produtivo.

Foto 5: Arroz em casca espalhado sobre uma lona de plástico para secar no distrito des Cayes-Haiti



Fonte: Pesquisa de campo (2024).

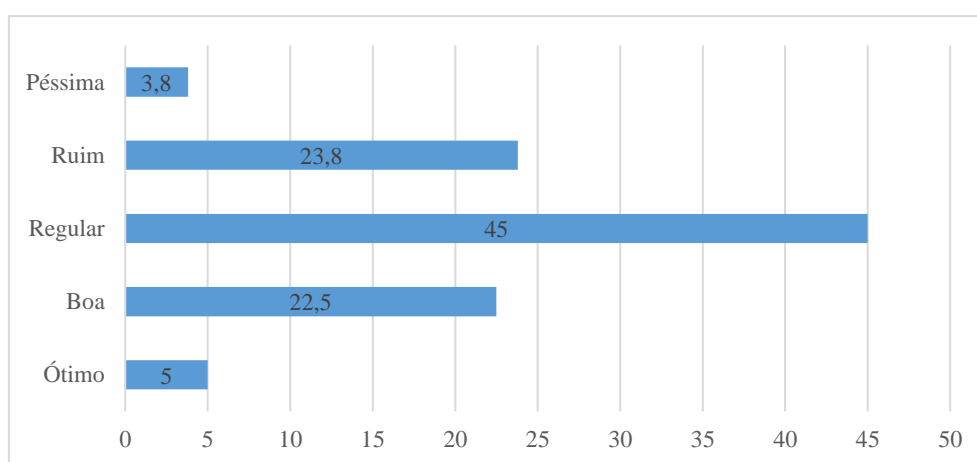
Em relação à avaliação da produção de arroz nas últimas décadas, há grande variedade nas respostas. Entre os produtores questionados, 45,0% dos respondentes estimam que a produção de arroz é regular, 22,5% declaram que a produção é boa, 5,0% declaram que é ótima e 27,5% afirmam que foi ruim ou péssima. Em termos regionais, o ponto de vista é mais positivo nos departamentos do Norte (40,0%) e Nordeste (30,0%) do que no Sul (27,5%) e Artibonite (25,0%). Essas variações mais positivas nos departamentos Norte e Nordeste são devido à regularidade das chuvas nos últimos anos e ao novo canal de irrigação construído na região de Ouanaminthe. Por exemplo, um produtor de Ferrier, no departamento do Nordeste, declara que:

Temos água em quantidade suficiente, e o canal construído contribui para aumentar a disponibilidade hídrica. Muitas terras estão sendo cultivadas e há um crescente interesse na agricultura, especialmente no plantio de arroz. No passado, a seca comprometia as plantações devido à falta de água, mas essa realidade mudou. Por isso, acredito que a produção de arroz no Haiti, particularmente em nossa região, registra um desempenho muito positivo nos últimos anos.⁸

Em Saint Raphaël, no departamento Norte, a maioria dos produtores declara que a produção de arroz é regular, boa e muito boa devido à regularidade das chuvas no departamento. “Há mais água e, com mais água disponível, é mais difícil perder a colheita”, declaram vários produtores. No Artibonite, região que tem menos posicionamentos positivos, os produtores destacam as condições de insegurança que afetam o departamento há vários anos como a principal causa do baixo desempenho da produção de arroz. Alguns produtores no departamento declaram que “Os problemas de instabilidade política e insegurança impedem os produtores de cultivar e também dificultam o acesso à água, pois frequentemente os bandidos bloqueiam os canais de irrigação”. Ao contrário das outras regiões, no distrito de Cayes, os produtores apontam outros problemas, destacando a falta de recursos econômicos, más condições de trabalhar, desinteresse de cultivar, etc. A Figura 10 mostra os pontos de vista dos produtores sobre a produção de arroz nas últimas décadas.

⁸ As traduções dos trechos dos discursos dos produtores entrevistados nesta dissertação foram realizadas diretamente do crioulo para o português, de forma autoral.

Figura- 10: Avaliação dos produtores em % da produção de arroz nas últimas décadas



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de campo (2024).

Os respondentes que declaram que a produção de arroz nas últimas décadas é regular ou boa evocam duas razões para isso. Primeiro, eles estimam que, para irrigar as terras, tem mais água nessas últimas décadas. Segundo, há uma maior facilidade para encontrar os insumos. “Tem mais água”, “tem fertilizantes” declaram a maioria dos produtores. Um aspecto muito relevante das respostas dos respondentes, sobretudo os da planície do Maribaroux, em relação à afirmação de que a produção nas últimas décadas tem sido regular, boa ou ótima, é de que há mais água para irrigar as terras. Nas suas respostas, eles sempre fazem referência aos anos de 2023 e 2024, quando o canal de irrigação foi construído no Rio do Massacre graças a um movimento popular que envolveu a população da cidade de Ouanaminthe, em particular, e toda a população haitiana que vive no país e no exterior, como mencionado anteriormente. As Fotos 6 e 7 apresentam imagens do canal de irrigação construído no Rio do Massacre. A primeira ilustração retrata trabalhadores voluntários haitianos reunidos em um canteiro de obras durante a etapa de construção do canal. Já a segunda imagem destaca o canal em sua fase de conclusão.

Foto 6: Trabalhadores voluntários haitianos reúnem-se no local de construção do canal no Rio do Massacre durante a fase de construção



Fonte: Métropole (2024).

Foto 7: A construção do canal no Rio do Massacre, localizado no departamento do Nordeste do Haiti, em sua fase de conclusão

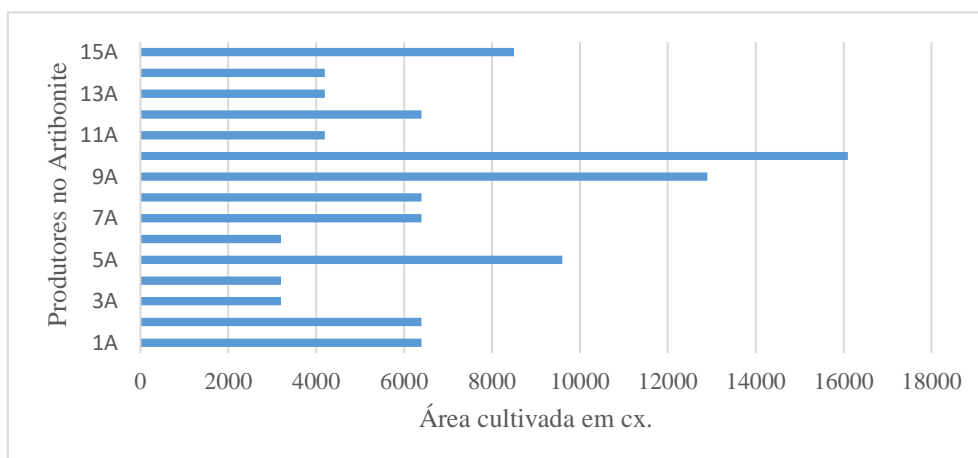


Fonte: Vant Bèf Info (2024).

Segundo os produtores entrevistados no Ferrier, a construção deste canal, que hoje é uma fonte hídrica fundamental para os camponeses, é uma prova da importância da solidariedade e da consciência popular na luta para o Haiti se tornar novamente um país essencialmente agrícola.

Como já enfatizamos, os produtores cultivam o arroz em pequenas explorações familiares. Apesar de já serem superfícies de tamanho limitado, 21,2% dos rizicultores comentaram que as áreas de produção dos produtores diminuíram nos últimos anos (entre 2023 e 2024), ainda que geralmente ficaram iguais 57,5%. São poucos os casos em que aumentaram a superfície cultivada 21,2%. A região de Ferrier apresenta o maior percentual de produtores que aumentaram suas áreas cultivadas, correspondendo a 50% dos entrevistados na região. Esse aumento pode estar relacionado à construção do novo canal de irrigação no Rio Massacre. Em seguida, estão as regiões de Artibonite (20%), Saint-Raphaël (17,5%) e Cayes (13,3%). Na última colheita, a área cultivada com arroz para os respondentes nas quatro regiões está avaliada entre 1.500 cx e 40.000 cx (0,15 a 4 ha). A quantidade total de terra cultivada na última colheita foi estimada em 571.048 cx (57,1 ha), com uma média de 7.138,1 cx (0,7 ha) por produtor. As Figuras 11, 12, 13 e 14 apresentam a variação na área cultivada (em cx) entre os respondentes e as diferentes regiões.

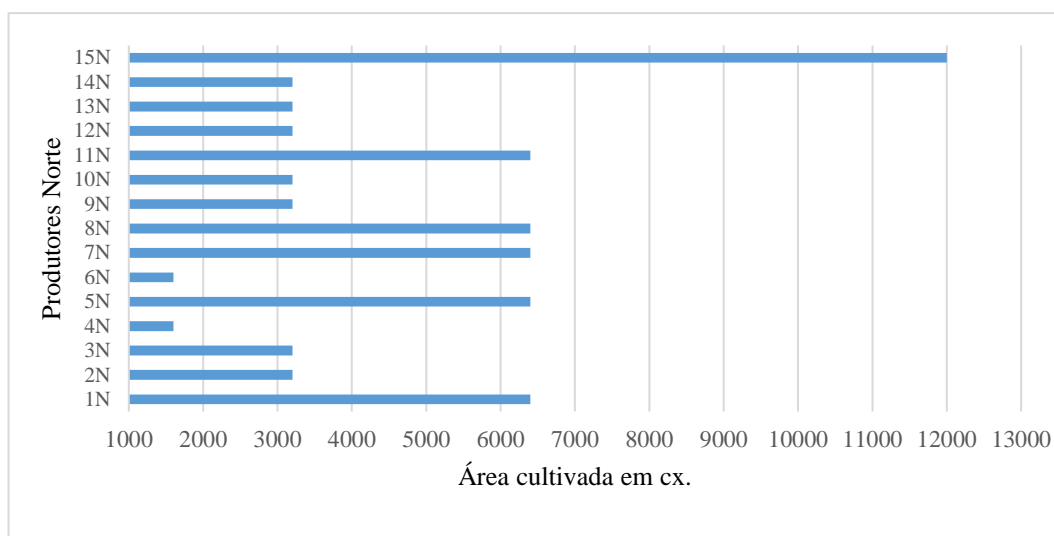
Figura 11: Quantidade de área cultivada com arroz por produtores no departamento do Artibonite (vale do Artibonite) em cx



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de campo (2024).

No departamento do Artibonite, os produtores entrevistados cultivaram, na última colheita, uma área com produção mínima acima de 2.000 cx (0,2 ha.) e máxima de 16.000 cx (1,6 ha.), totalizando 101.300 cx (10,1 ha.) A média de produção por produtor foi de 6.753,3 cx (0,67 ha.).

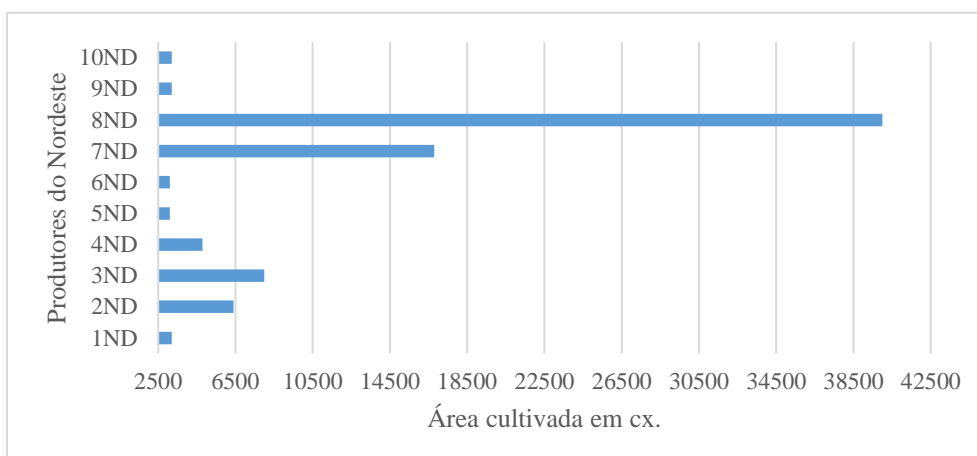
Figura 12: Quantidade de área cultivada com arroz por produtores no departamento do Norte (Saint-Raphaël) em cx



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de campo (2024).

Já no departamento do Norte, no Saint-Raphaël, os produtores entrevistados reportaram uma produção, na última colheita, que variou de menos de 2.000 cx a um máximo de 12.000 cx (1,2 ha), totalizando 69.600 cx (6,9 ha). A média de produção por produtor foi de 4.640 cx (0,46 ha).

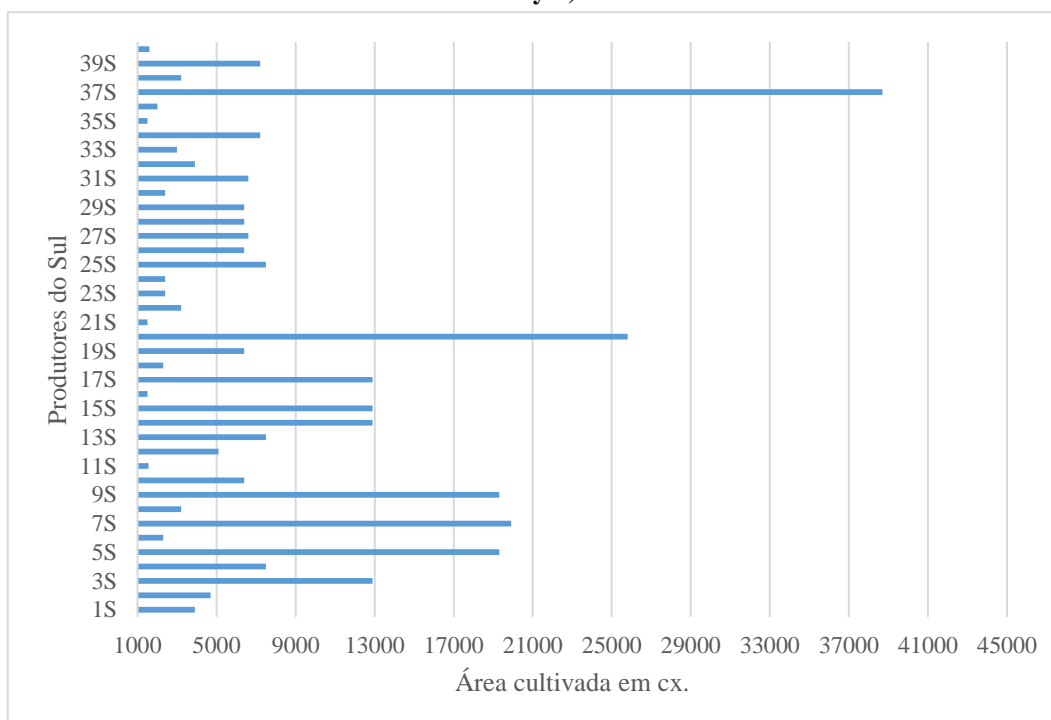
Figura 13: Quantidade de área cultivada com arroz por produtores no departamento do Nordeste (Ferrier) em cx



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de campo (2024).

No município de Ferrier, departamento Nordeste, por sua vez, os produtores entrevistados relataram uma produção na última colheita que variou entre um pouco mais de 3.000 cx e 40.000 cx, (0,3 a 4 ha.) totalizando 91.800 cx (9,2 ha.). A média de produção por produtor foi de 9.180 cx (0,9 ha.).

Figura 14: Quantidade de área cultivada com arroz por produtores no departamento do Sul (De Cayes) em cx



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de campo (2024).

Já no distrito de Cayes, no departamento do Sul, os produtores entrevistados relataram uma produção, na última colheita, que variou de menos de 2.000 cx a um máximo de 40.000 cx (0,2 a 4 ha), totalizando 308.348 cx (30,8 ha). A média de produção por produtor foi de 7.708,7 cx (0,77 ha).

Embora o vale do Artibonite seja a região mais importante na produção de arroz no país (MCGUIGAN, 2006; ALTINEUS, 2015; ÉTIENNE, 2023), os respondentes dessa região, em média, ocupam o segundo lugar em termos de menor área cultivada na última colheita (6.753,3 cx) (0,7 ha), ficando frente apenas dos produtores de Saint-Raphaël (4.640 cx) (0,5 ha).

Os dados das Figuras 11, 12, 13 e 14 também evidenciam uma forte desigualdade no tamanho das áreas cultivadas com arroz. No Vale do Artibonite, os quatro entrevistados com as maiores áreas cultivadas (A5, A9, A10 e A15) representam 46,5% do total. Situação semelhante é observada em Ferrier, onde apenas dois produtores (ND8 e ND7) correspondem a 61,9% do total. Já na região de Cayes, cinco respondentes (S5, S7, S9, S20 e S37) concentram 39,9% do total da área cultivada. Assim, somente 13,8% dos respondentes representam 39,8% das áreas cultivadas nas últimas colheitas nos quartos regiões de estudo. Esses dados mostram a concentração desigual da terra entre os produtores nas diferentes regiões e sugerem diferenças no acesso à terra e desigualdades regionais na estrutura fundiária.

Embora a porcentagem dos produtores que, no período 2023-2024, sofreu uma redução nas áreas cultivadas seja bem menor do que ficou igual e aumentou, quando se faz uma comparação entre a soma de terra adquirida pelos produtores (789.843 cx ou 79 ha) e a soma cultivada na última colheita (571.048 cx ou 57,1 ha), observamos uma diminuição de 27,7%. Uma redução explicada pela própria situação de instabilidade do país, por falta de recursos financeiros e material agrícola, segundo a maioria dos produtores. Mas é importante salientar que cada região apresenta suas próprias particularidades.

Nas regiões Norte, Nordeste e Sul, a principal razão dessa redução é a falta de recursos financeiros e material agrícola. Um produtor do distrito des Cayes declarou: “é uma atividade cara, cujos baixos benefícios não permitem aumentar a área cultivada, especialmente com as condições climáticas desfavoráveis.” Outro produtor diz: “Dado que o setor agrícola não é mecanizado, isso afeta nossa saúde. Quanto mais cultivamos,

mais esses efeitos se refletem em nossa saúde”. Outro produtor no Ferrier comenta que “a área de terra que cultivei permaneceu a mesma por falta de meios econômicos para aumentar a produção, já que não consegui alugar outras terras”.

Já na região do Artibonite, além do problema de recursos financeiros, a situação atual do país é o obstáculo principal. Um produtor declara: “[...] devido à insegurança, é difícil para mim obter fertilizantes, sem mencionar outras dificuldades econômicas. Isso me impede de expandir a área cultivada.” Além disso, seis dos quinze outros produtores também disseram que a falta de dinheiro impossibilita aumentar suas plantações.

Em termos de sistema de irrigação, apesar de que os respondentes declaram que os sistemas de irrigação devem ser melhorados e construídos novos canais, todos os respondentes declaram que suas áreas de produção estão irrigadas.

6.4. MERCADOS E DESAFIOS

Como podemos observar no início do capítulo, os principais objetivos da produção dos rizicultores incluem tanto a venda como o consumo do cereal. De todos os respondentes, somente um (1,3%) declara que ele não vende da sua produção, enquanto 11,3% declara que vende entre 1,0% a 45,0% da sua produção. Além disso, 30,0% dos respondentes declaram que vendem entre 50,0% a 70,0% da sua produção e a maioria (57,5%) declara que vende entre 75,0% a 100,0% da sua produção.

Em termos dos locais de comércio, 42,5% afirmaram vender sua produção no espaço da própria produção (compradores vão até o local), enquanto 51,3% declaram que eles vendem nos mercados públicos locais. Os outros 6,3% são aqueles que vendem, seja com uma companhia, em casa ou que não vendem. Os percentuais de comercialização variam entre as diferentes regiões. No Artibonite, 86,6% dos produtores vendem seus produtos nos mercados públicos, seguido por Ferrier com 80,0%, Saint Raphaël com 46,6% e no distrito de Cayes com 32,5%. Por outro lado, 57,5% dos produtores de Cayes comercializam suas colheitas diretamente nas unidades de produção, seguido por Saint Raphaël com 53,3%, Ferrier com 10,0% e Artibonite com 6,6%. Entre aqueles que vendem no mercado público, uma boa parte dos respondentes declara que eles comercializam sua produção com “*Revandè local*”, outros com o consumidor final, e outros com “*Madan Sara*”. Nos mercados públicos, não há uma preferência, podendo o

vendedor comercializar com qualquer um dos grupos citados (ou inclusive com todos eles).

A venda de sua produção diretamente no local da colheita é geralmente para intermediários, como as *Madan Sara*, que frequentemente compram em grandes quantidades. É uma opção vista como vantajosa para os produtores, pois permite que escoem rapidamente suas colheitas e economiza tempo, sobretudo quando não dispõem de transporte próprio. No entanto, esses intermediários geralmente oferecem preços mais baixos do que os praticados nos mercados públicos, reduzindo a rentabilidade dos produtores. Ao optar por vender diretamente aos consumidores finais, como estratégia econômica, os agricultores podem obter preços de varejo mais altos, aumentando seus lucros. Ao depender das *Madan Sara* para a comercialização, os agricultores ficam subordinados ao controle de preço exercido por essas intermediárias. Assim, a venda direta nos mercados públicos surge como uma alternativa para evitar os preços reduzidos impostos pelas *Madan Sara* e recuperar maior autonomia financeira.

Em termos do preço entre o arroz produzido localmente e o arroz importado nos mercados que frequentam os respondentes, há variações por período, por região e por mercado (mesmo entre mercados que estão na mesma região). Por exemplo, no período da colheita, o preço do arroz nacional pode ser vendido no mesmo preço do arroz importado ou um pouquinho mais alto. No período das entrevistas, o preço do arroz nacional nos mercados das diferentes regiões está variado entre 500 e 1080 gourde haitiano⁹ e o arroz importado entre 500 e 980 gourdes (tabela 3).

⁹ No período da aplicação dos questionários, \$1USD vale 130,2 gourdes (Banque de la République d’Haïti, (BRH, 2024).

Tabela 3: Preço mínimo e máximo atual de 2,722 kg de arroz nacional e importado nos mercados de das diferentes regiões

	Regiões	Ferrier	Saint-Raphael	Artibonite	De Cayes
Nacional	Min.	530	600	500	750
	Max.	700	750	1050	1000
Importado	Min.	530	600	400	500
	Max.	700	600	700	980

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de campo (2024).

Como podemos observar nesta Tabela, o preço do arroz, seja o nacional ou o importado, varia conforme a região. Um elemento que pode influenciar muito o preço do arroz importado entre as regiões é a distância dela até a capital do país. Na região mais distante da capital, o preço pode se aumentar devido ao preço do transporte. Além disso, a dificuldade de acesso a uma região devido à própria situação de instabilidade e insegurança é outro elemento muito relevante que influencia o preço do arroz importado no mercado nacional. Este segundo elemento não influencia somente o preço do arroz importado, mas também o arroz produzido localmente. Na certa região do país, os preços do arroz nacional e importado estão equivalentes ou quase equivalentes. Segundo os respondentes, o principal elemento que pode explicar isso é o período. No período da colheita do arroz nacional, o seu preço pode ser equivalente ao arroz importado.

Por outro lado, apesar de os respondentes avaliarem a produção de arroz nas últimas décadas relativamente positiva, concordam que a produção não aumentou muito. Para eles, vários elementos são responsáveis pela estagnação da produção nacional de arroz no Haiti. Apontam que os problemas como ausência de financiamento e assistência técnica, problemas ligados aos canais de irrigação, liberalização do mercado e aumento da importação, problemas climáticos e falta de tecnologia e insumos modernos. Portanto, os produtores acreditam que nenhum destes elementos pode explicar de maneira isolada as dificuldades que estão sendo enfrentadas pelo setor, mas uma combinação desses problemas (Tabela 4).

Tabela 4: Principais responsáveis da estagnação da produção nacional de arroz no Haiti segundo os respondentes em %

Principais responsáveis da estagnação da produção nacional de arroz	Números de produtores
Ausência de financiamento e assistência técnica	73,8
Problemas ligados aos canais de irrigação	33,8
Liberalização do mercado e aumento da importação	37,5
Problemas climáticos	11,3
Falta de tecnologia e de insumos	72,5
Outras razões	2,5

Fonte: Elaboração própria a partir de dos de campo (2024).

Podemos observar nesta Tabela que a estagnação da produção nacional de arroz no Haiti é explicada pelos produtores por uma combinação de fatores, interna, externa e naturais. Nenhum dos produtores acredita que tenha um único fator que explique a estagnação da produção de arroz nacional nos últimos anos. Todos os produtores escolhem, pelo menos, dois elementos ou mais para explicar a estagnação. No Censo Agropecuário realizado pela MARNDR entre 2008 e 2009, os principais problemas enfrentados pelos agricultores foram a falta de recursos financeiros, de apoio do Estado, de irrigação e de acesso ao crédito, o acesso limitado a insumos, além de desastres naturais. Esses problemas, ainda hoje, permanecem como os principais obstáculos ao desenvolvimento do setor agrícola no país, particularmente na rizicultura.

Questionados se, entre os principais responsáveis pela estagnação da produção nacional de arroz no Haiti, a importação massiva desempenha um papel mais importante do que os outros fatores da Tabela 4, 66,3% dos produtores declaram sim. Os respondentes acreditam que o arroz importado diminuiu o valor do arroz produzido localmente. Um produtor no Saint-Raphaël comenta que “o arroz importado faz cair o preço da produção nacional, pois somos obrigados a vendê-lo a um preço competitivo para conseguir escoá-lo”. Outro produtor na mesma região afirma: “Isso dificulta a venda do nosso arroz.”

Para eles, o preço do arroz importado, em comparação com o preço nacional, não é competitivo. Assim, um produtor no vale do Artibonite comenta: “o preço do arroz importado no mercado é mais baixo”. “O arroz estrangeiro faz cair o preço do nosso arroz. Os comerciantes não nos pagam rapidamente quando compram de nós”, diz um produtor no Ferrier. “Isso faz com que o nosso preço diminua”, completa. “Compramos caro [os insumos] e vendemos a preço baixo [o arroz]” afirma um produtor do Ferrier. Dessa forma, dois terços dos entrevistados apontam esse fenômeno como um fator crucial para

alguns produtores produzirem menos, para assim evitar perdas econômicas. Eles consideram este assunto como um ponto essencial entre os problemas que impedem o crescimento da produção nacional.

Para alguns produtores, além de não ser saudável e causar problemas de saúde, o arroz importado é um indicador para determinar o preço do arroz produzido localmente. Um produtor no Ferrier comenta:

Este é um ponto crucial. O arroz importado causa diabete, é um veneno. Se houvesse um Estado, ele não teria permitido sua entrada no país. Não teríamos doenças que nos afetam dessa maneira. Comeríamos arroz local de boa qualidade. Apesar da baixa qualidade, somos obrigados a vender a preços próximos aos do arroz importado.

O comentário desse produtor confirma o que foi explicado por Baptiste (2007) e McGuigan (2006), que argumentam que o aumento das importações de produtos alimentares, especialmente arroz, para o Haiti aumentou a oferta de cereais, resultando em uma queda relativa do preço no mercado nacional, com o preço do arroz local sendo determinado pelo preço do arroz importado. O comentário desse produtor corrobora também com os resultados de um estudo realizado por um grupo de pesquisadores da Universidade de Michigan em 2024. De acordo com esse estudo, que comparou os níveis de cádmio e arsênico em amostras de arroz local e importado, constatou-se que a concentração desses elementos químicos no arroz importado é duas vezes maior do que no arroz produzido localmente. Além disso, os níveis encontrados no arroz importado excedem os limites internacionais recomendados para a proteção da saúde humana (KOSKI-KARELL et al., 2024).

Conforme a *International Agency for Research on Cancer* (IARC, 2012), a exposição prolongada a esses produtos químicos está associada ao desenvolvimento de câncer de pulmão, bexiga e pele, além de aumentar o risco de cânceres de rim, fígado e próstata. A IARC também classifica os compostos orgânicos de arsênio, como o ácido dimetilarsínico e o ácido monometilarsínico, como possivelmente cancerígenos para humanos (IARC, 2012).

Não obstante, a entrada massiva do arroz importado no país não constitui um problema à comercialização do arroz produzido localmente para alguns produtores. Eles afirmam que, apesar da alta importação de arroz importado, o arroz produzido será comercializado. Dois produtores no Ferrier comentam: “o nosso arroz continua a ser vendido sem dificuldades. Não há problema com isso. Algumas empresas compram

diretamente de nós”. Eles acreditam que as pessoas que querem comer o arroz que eles produzem o comerão de qualquer maneira. “Uma vez que o arroz que produzimos é sempre vendido. Há sempre pessoas que vêm comprar nosso arroz”, dizem eles. Como já enfatizamos, esse fator, para os produtores, não é suficiente para explicar por si só a falta de crescimento da produção de arroz no país.

Dessa forma, 73,8% dos produtores concordam que, além da entrada massiva de arroz importado, a falta de financiamento e assistência técnica é um fator crucial que impede um crescimento real da produção nacional. Embora todos os produtores disserem que suas áreas de produção estão sendo irrigadas, 33,7% dos produtores afirmaram que os problemas relacionados aos canais de irrigação e à infraestrutura rodoviária são outros problemas que não se pode deixar de lado, uma vez que os sistemas de irrigação são insuficientes e precisam ser aperfeiçoados.

Tal como ficou demonstrado na Tabela 5, que tem a ver com problemas de falta de tecnologia e insumos modernos, 72,5% acreditam que este elemento é outro problema crucial. O problema climático, na visão dos entrevistados, não se considera como um elemento essencial na estagnação da produção de arroz no país para os produtores. Somente 11,3% dos produtores acreditam que os problemas climáticos são responsáveis pela estagnação da produção do arroz. Além disso, 2,5% dos produtores acreditam que a péssima gestão do setor de arroz pelo Estado é um dos elementos responsáveis também pela estagnação da produção nacional de arroz no país.

Além desses desafios que enfrentam os produtores, o fenômeno da insegurança e a instabilidade política no país são outras barreiras que desestimulam a produção. Todos os respondentes declararam que essas situações representam um verdadeiro problema não somente para o setor de arroz, mas para todos os setores econômicos no país. Um produtor no vale do Artibonite comenta: “Gostaríamos de sempre ter comida no país, mas a situação do país torna as coisas difíceis. Há lugares onde não podemos passar no país. Não recebemos apoio do Estado. As coisas estão ficando cada vez mais complicadas para nós”. “Muitas dificuldades, alguns comerciantes que vinham comprar no Artibonite não podem mais vir. Costumávamos receber um pouco fertilizantes de Porto Príncipe, mas eles também não podem mais vir”, seguiu outro produtor no vale do Artibonite.

Os testemunhos desses produtores corroboram as conclusões do relatório da Fews Net (2023) sobre as perspectivas de oferta e mercado de cereais no Haiti. Este documento destaca o impacto persistente da insegurança na capacidade dos agricultores de explorar suas terras de maneira ideal. O relatório ressalta que a presença de gangues armadas na região do Artibonite agravou a fragilidade financeira dos produtores, reduziu sua mobilidade e limitou o acesso a insumos agrícolas provenientes de outras áreas, bem como a terras cultiváveis.

Esse fenômeno de insegurança e instabilidade evidencia claramente a ausência do Estado e a falta de empenho em restabelecer a ordem e a segurança no país. Essa realidade resulta no desinteresse dos produtores, que não recebem o apoio necessário diante da insegurança. Diversos produtores no distrito des Cayes afirmam que estão cultivando menos, pois “a situação atual do país nos desmotiva.” Conforme a um produtor entrevistado na mesma região, “os produtores estão sendo deixados à própria sorte.” Apesar de, segundo alguns produtores, algumas zonas do país não estão diretamente afetadas com o problema da insegurança, mas essa situação é um obstáculo em vários níveis.

O primeiro obstáculo que representa essas situações é a dificuldade de acesso a insumos aos produtores. Nesses últimos anos, os problemas de insegurança e instabilidade política que enfrentam o país, impactam diretamente no setor de transporte, limitando a mobilidade, a circulação dos produtos, aumentando os custos e prejudicando o comércio e a economia em geral. Isso limita significativamente o acesso a insumos e sementes de qualidade aos produtores.

O segundo obstáculo tem mais a ver com a comercialização do arroz produzido. Os fenômenos da insegurança e da instabilidade impediram os comerciantes, como *Madan Sara*, de viajar para longas distâncias, seja para ir comprar ou vender, como se acostumaram antes. As *madan sara*, como já falemos, são mulheres que atuam como intermediárias itinerantes, que levam o arroz, além de outros produtos alimentares, até os grandes centros urbanos e lá vendem para intermediários locais (*revandez* ou *detayan*), mercearias e supermercados (OSTHE e WESZ Jr., 2024). A própria situação atual do país se reflete na diminuição das atividades dos *Madan Sara*, que não podem mais ter acesso aos grandes mercados de arroz, como o mercado L’Estere, Salomon, e Croix-des-Bouquets, o que gera um impacto negativo na economia destas intermediárias.

Além disso, a limitação de viagens delas tem afetado gravemente as populações urbanas, que ficam dependentes somente do arroz importado. Isso tem efeitos sobre os preços, causando a inflação e aumentando a insegurança alimentar nas cidades. Uma vez que, como apontam Osthe e West Jr. (2024), as *madan sara*, por serem responsáveis até 90,0% do comércio no país, são essenciais para pensar o tema da segurança alimentar no Haiti. Segundo os produtores no Ferrier e no Saint-Raphaël, o fenômeno da insegurança e da instabilidade política “impedem que os comerciantes de outros departamentos, como Artibonite, que normalmente vêm comprar de nós, o façam”. Outro rizicultor reforça este argumento: “o fenômeno da insegurança nos impede de encontrar comerciantes de outras regiões para comprar de nós, uma prática que antes era comum.”

Analisando esses desafios, que são praticamente os mesmos apresentados entre 2008-2009 pelo MARNDR, e a situação alimentar da população, fica evidente a fragilidade do plano de Políticas de Desenvolvimento Agrícola 2010-2025. Neste documento, o Estado pretendia contribuir de forma sustentável para atender às necessidades alimentares da população haitiana e para o desenvolvimento social e econômico do país. Especificamente, seu objetivo foi, em primeiro lugar, aumentar a taxa de cobertura do consumo nacional pela produção nacional de 45,0% para 70,0%. Em segundo lugar, aumentar o número de fazendas para cerca de 500.000, proporcionando aos agricultores uma renda decente. Também aparecia o aumento da cobertura das importações pelas exportações agrícolas de 5,0% (valor de 2009) para 50,0% até 2025. Entretanto, iniciamos 2025 e nenhum desses objetivos foi alcançado. A insegurança alimentar persiste e o país está cada vez mais dependente de produtos importados. Além de tudo isso, conforme os dados do OEC (2024), os produtos de base agrícola praticamente desapareceram das exportações.

6.5. ESTRATEGIAS E PERSPECTIVAS DOS RIZICULTORES

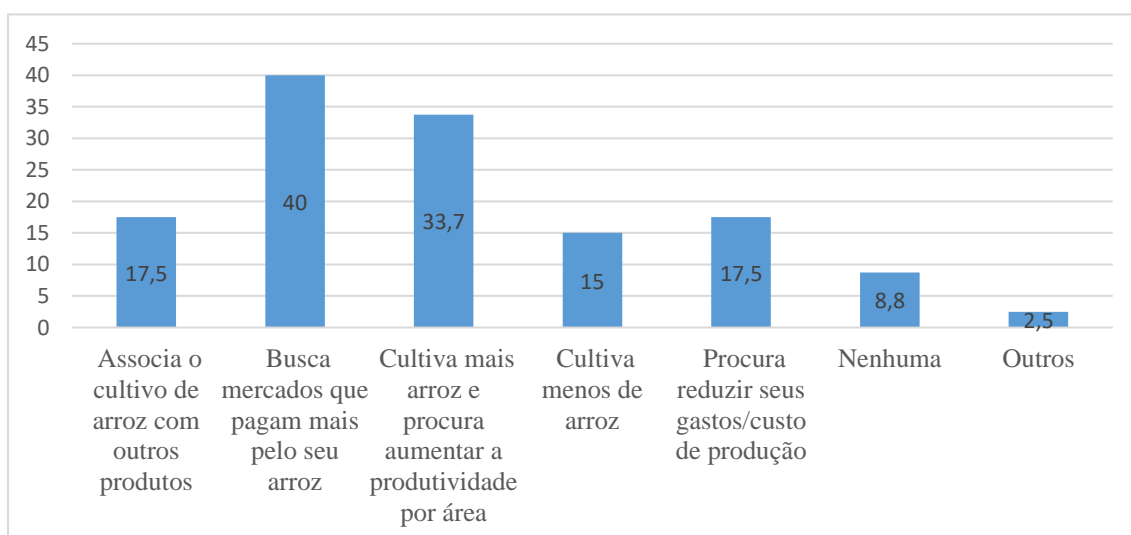
Apesar dos desafios destacados no item anterior, 82,5% dos entrevistados afirmaram que produzir arroz é economicamente mais vantajoso do que cultivar outros produtos. Segundo eles, o cultivo de arroz exige menos investimentos e é o alimento mais consumido pelas famílias haitianas. Para oito produtores, especialmente na região de Saint-Raphaël, “a produção de arroz demanda menos gastos.” Além disso, a

comercialização do arroz é mais fácil e rápida, mesmo sendo um produto caro para muitos consumidores.

Conforme a um produtor no distrito de Cayes, “o arroz é caro, mas todos gostam dele. Por isso, sempre haverá compradores.” Outro fator apontado pelos produtores é a capacidade de conservação do arroz, que pode ser armazenado por mais tempo do que outros alimentos, como os legumes, que são mais perecíveis. Apesar dessas vantagens, os entrevistados reconhecem a importância do cultivo de outros produtos agrícolas para a diversificação da produção.

Diante da forte concorrência com o arroz importado, os produtores haitianos adotam diferentes estratégias para se manter no mercado. Essas estratégias variam conforme o produtor: enquanto alguns recorrem a pelo menos duas práticas para enfrentar os desafios, outros continuam produzindo sem adotar nenhuma medida específica, acreditando que cabe ao Estado adotar políticas e estratégias para proteger os agricultores. A Figura 15 apresenta, em porcentagem, o número de produtores entrevistados que adotam estratégias para enfrentar a forte concorrência com o arroz importado.

Figura 15: Número dos produtores, em %, entrevistados que adotam estratégias para enfrentar à forte concorrência com o arroz importado



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de campo (2024).

Conforme ilustrado na Figura 15, 17,5% dos entrevistados associam o cultivo de arroz a outras culturas, como legumes, milho, feijão e tomate, entre outros. Essa prática, entretanto, varia conforme o produtor e a região. Em termos percentuais, Saint-

Raphaël apresenta a maior proporção de produtores que adotam essa estratégia, com 33,3%, seguido por Ferrier, com 30,0%, distrito de Cayes, com 12,5%, e, por fim, o vale do Artibonite, com apenas 0,7%.

Uma pesquisa conduzida por Levard (2024) sobre conceitos e métodos de apoio ao desenvolvimento agrícola em países em desenvolvimento também identificou o uso dessa estratégia na comuna de Saint-Raphaël. Segundo o autor, as explorações agrícolas camponesas enfrentam uma variedade de riscos, como mudanças climáticas, desastres sociais e sísmicos, que levam os agricultores a implementar diversas estratégias, incluindo a diversificação de culturas com ciclos diferentes. Os resultados do presente estudo corroboram a ampla adoção dessa prática em Saint-Raphaël.

Por outro lado, o vale do Artibonite é a região onde a associação de culturas é menos utilizada proporcionalmente. Isso se deve ao predomínio do cultivo de arroz como monocultura, o que torna os agricultores locais mais vulneráveis às oscilações do mercado e às condições climáticas adversas. Um estudo realizado por Paul et al. (2022) aponta que a associação de culturas é mais utilizada em áreas onde prevalece o arroz de sequeiro. O resultado desta pesquisa confirma o estudo de Paul et al. (2022), uma vez que no vale do Artibonite, onde o cultivo de arroz irrigado predomina, uma parcela menor de agricultores adota a combinação de cultivos.

Com a associação do cultivo de arroz com outras culturas, como tomate, feijão e milho, os produtores buscam otimizar o uso das terras e diversificar as fontes de renda. Essa prática surge como uma resposta à crescente dependência do país das importações de arroz. A presença de arroz importado no mercado, oferecido a preços mais baixos, reduziu significativamente a competitividade do arroz local, provocando um declínio na produção nacional e impactando os sistemas agrícolas tradicionais, predominantemente baseados na monocultura.

Outra estratégia adotada pelos produtores entrevistados é a redução da área destinada ao cultivo de arroz. Entre os participantes da pesquisa, 15,0% optaram por diminuir a produção como resposta ao impacto negativo ao contexto setorial de arroz no país. Essa estratégia, no entanto, é a menos utilizada pelos produtores e está concentrada, principalmente, na região de Cayes. Dos 15,0% que adotaram essa medida, 66,7% estão localizados nessa região. A importação em grande escala de arroz, aliada à conjuntura nacional, tem gerado um desinteresse crescente entre os agricultores desta região, situada

no Sul do país. Um produtor relata: “[...] os rizicultores não estão mais motivados a cultivar, pois percebem que investem mais e obtêm retornos insuficientes.” Outro rizicultor reforça que “os compradores não conseguem mais se deslocar para adquirir o arroz devido à situação nacional, e os agricultores estão começando a perder a motivação.”

Além disso, outros produtores confirmam essa tendência ao declarar: “os agricultores já não têm a mesma determinação de antes.” Um deles acrescenta: “eles não acreditam mais na rentabilidade de sua produção.” Segundo um agricultor da região sul, “a conjuntura atual desanima profundamente os produtores”, levando a uma redução progressiva da produção de arroz. A esse assunto, um produtor afirma: “os produtores estão diminuindo gradualmente seu envolvimento no cultivo de arroz.” Essa estratégia, entretanto, pode ter consequências negativas sobre os preços, a segurança alimentar e a renda dos agricultores. Conforme o Few's Net (2023), o declínio da produção agrícola nacional no Haiti tem provocado repercussões significativas, com os preços dos produtos locais registrando um aumento expressivo, permanecendo acima da média desde 2022 no país.

Entre os produtores entrevistados, 33,8% cultivam mais arroz e procuram aumentar a produtividade por área. Em um mercado saturado pela presença massiva de arroz importado, essa estratégia pode revelar-se arriscada para os produtores em termos de competitividade. Este excedente de oferta tende a provocar uma queda adicional nos preços, já reduzidos durante o período de colheita. Como mencionado anteriormente, a abundância de arroz no mercado durante as colheitas exerce uma pressão descendente sobre os preços do arroz local.

Por exemplo, em pesquisas de campo, constatou-se que os preços do arroz local e importado eram quase equivalentes nas regiões Norte e Nordeste, coincidindo com o período de colheita dessas regiões. O custo de produção do arroz nacional, sem o apoio do Estado, é significativamente mais elevado do que o do arroz americano, que se beneficia de um forte subsídio estatal por meio de políticas agrícolas como o *Farm Bill* (KATO, DELGADO, LEITE, 2017). Nesse contexto, uma nova redução nos preços do arroz local, devido a um excedente durante as colheitas, poderia ser desastrosa para os produtores, já enfraquecidos por um mercado altamente competitivo e pela ausência de suporte institucional adequado.

Outra estratégia adotada por 17,5% dos produtores entrevistados é a redução dos seus gastos/custo de produção, sendo que 85,7% dos produtores que adotam essa estratégia são produtores da região de Cayes. Os custos de produção dos produtores de arroz no Haiti são frequentemente altos e não competitivos em comparação com as importações. Assim, essa estratégia adotada pelos produtores pode trazer benefícios consideráveis, como o aumento das margens de benefícios. Em suas análises, Velasquez, Borges e Mainardi (2010) vêem essa estratégia como um meio para os produtores melhorar suas competitividades. Segundo os autores, a redução de gastos/custos é vital para a sobrevivência dos pequenos produtores. Ela oferece condições para que eles mantenham suas atividades, mesmo diante das incertezas do mercado. Como apontam Finger e Waquil (2013), a redução de custos de produção pode ser uma alternativa para mitigação de riscos de mercado para os produtores. Em um contexto onde os produtores haitianos enfrentam desafios sem o suporte do governo, a redução de despesas pelos produtores pode ser vantajosa.

De modo geral, os produtores de arroz no Haiti vendem sua produção no espaço de produção com as *madan sara*, mulheres que atuam como intermediárias. No entanto, as *madan sara*, frequentemente, oferecem preços mais baixos do que nos mercados públicos. Diante disso, alguns produtores adotam a estratégia de vender diretamente aos consumidores finais, buscando melhores retornos econômicos. Entre os produtores entrevistados, 40,0% afirmaram procurar mercados que ofereçam preços mais altos por seu arroz. Essa estratégia, que foi a mais popular entre os entrevistados, pode ser interessante ao aumentar o preço de venda, mas também apresenta desvantagens para os produtores, considerando os custos elevados de transporte e riscos das estradas, principalmente no Artibonite, onde estão presentes os grupos armados. Os produtores que optam por vender seus produtos nos mercados públicos, mas em outras cidades, também enfrentam os riscos inerentes às atividades das *madan sara*, agravados pela atual situação de insegurança no país e pelas precárias condições de viagem dessas mulheres.

De acordo com um relatório do Banco da República do Haiti (BRH, 2024), a situação de insegurança teve repercussões negativas nas atividades comerciais das *madan sara*. O documento destaca que elas foram vítimas de roubos de mercadorias e dinheiro, extorsão e agressões perpetradas por bandidos. Além disso, a ausência de infraestruturas rodoviárias adequadas e as condições precárias de viagem enfrentadas pelas *madan sara*

nos transportes públicos são outros fatos marcantes. A Foto 8 ilustra as condições de viagens precárias das *madan sara* no Haiti.

Foto 8: Madan sara transportando mercadorias de uma região para outra



Fonte: Xaragua Magazine (2021).

Entre os produtores entrevistados, 8,8% não adotam nenhuma estratégia para enfrentar os desafios do setor, pois consideram que cabe ao Estado e às organizações implementar políticas de proteção aos agricultores. Sobre o tema, um entrevistado afirmou que “é responsabilidade do Estado assumir suas funções”, enquanto outro produtor acrescentou que “as autoridades deveriam ser responsáveis por implementar estratégias.” De maneira semelhante, outro participante comentou: “não podemos fazer nada para mudar a situação. Cabe ao Estado criar bancos agrícolas para nós. Durante o governo de René Préval, houve alguns esforços nesse sentido, mas agora não há mais nada. Com acesso a fertilizantes, poderíamos produzir uma quantidade significativa de arroz.”

Vale destacar que foi durante o mandato do presidente René Préval, em 2011, que o Plano de Política de Desenvolvimento Agrícola 2010–2025 foi elaborado e publicado. Os produtores também expressaram confiança no apoio das organizações que atuam no setor agrícola no Haiti. Sobre esse ponto, dois entrevistados mencionaram que as ONGs devem fornecer os recursos necessários, assim como o suporte técnico aos

produtores. Por fim, 2,5% dos entrevistados mencionam adotar outras estratégias, sem as especificar durante as entrevistas.

Conforme afirma Ellis (2000), embora a agricultura continue sendo um pilar essencial, em muitos contextos ela já não é suficiente para garantir meios de subsistência adequados nas zonas rurais. Diante dessa realidade, os agricultores não se restringem apenas às atividades agrícolas. Eles diversificam suas fontes de renda e desenvolvem redes de apoio social para assegurar sua sobrevivência e melhorar suas condições de vida (ELLIS, 2000). A diversificação das fontes de renda é então um fator essencial para a estabilidade econômica das famílias rurais. Entre os respondentes, dezessete (21,2%) declaram que não têm outra fonte de renda além da agricultura e sessenta e três (78,7%) declaram ter outras fontes de renda. Conforme Bebbington (1999), a escolha dos meios de subsistência depende das famílias. Os recursos essenciais que os indivíduos utilizam para desenvolver seus meios de subsistência variam conforme o espaço, assim como entre diferentes grupos sociais, de gênero e étnicos (Ibid.). Esses meios de subsistência, que podem ser diversos e incluir cada vez mais componentes não agrícolas de grande importância, ou até predominantes, estão ligados à percepção da pobreza e às capacidades das famílias (Ibid.).

Não obstante, para se envolver em determinados meios de subsistência, as famílias devem possuir as competências necessárias. É o que Bebbington (1999) e Ellis (2000) chamam de capital humano das famílias. Entre os respondentes desta pesquisa, alguns são professores, comerciantes, pecuaristas, pedreiro, motorista, artesãos, etc. Como destaca Bebbington (1999), isso pode levar a uma diferenciação social. Mas, como argumentam Osthe, Nestor e West Jr. (2024), muitas dessas estratégias econômicas adotadas acabam se convertendo em fontes de renda para as famílias rurais, sendo vital para a sua reprodução social.

De acordo com a Few's Net, Oxfam e a CNSA (2015), a diversificação das fontes de renda constitui uma característica fundamental da economia das famílias pobres e muito pobres. Esses familiares dependem principalmente de atividades como o trabalho informal e o autoemprego, especialmente no pequeno comércio. Trinta e oito produtores entrevistados que possuem outra fonte de renda acham que a sua família seria incapaz de se sustentar somente com as atividades agrícolas. Os outros quarenta e dois entrevistados, que têm ou não outra fonte de renda, declaram que a família seria capaz de se sustentar com a renda da propriedade rural. A dependência de fontes de renda não agrícolas varia

significativamente entre as famílias sem terras e aqueles que possuem acesso a explorações agrícolas (Ellis, 2000). No Haiti, a maioria dos agricultores possui pequenas parcelas, enquanto outros precisam arrendar terras ou explorá-las por meio do sistema de “*dimwatye*¹⁰” devido à falta de acesso à propriedade fundiária. Consequentemente, sua dependência de fontes de renda não agrícolas revela-se particularmente elevada, tornando-se um elemento central de sua estratégia de subsistência.

As regiões onde uma parcela significativa das famílias não consegue suprir suas necessidades apenas com a atividade agrícola incluem, em especial, Artibonite, onde 75,0% das famílias afirmam depender de fontes de renda externas à unidade de produção. Entre essas famílias, 66,7% praticam o arrendamento de terras ou exploram áreas por meio do sistema de aluguel. Em seguida, destaca-se Saint-Raphaël, no Norte, onde 66,6% das famílias enfrentam a mesma dificuldade, sendo que 60,0% recorrem ao arrendamento de terras ou ao sistema de “*dimwatye*”. Já em Cayes, 45,0% das famílias não conseguem sustentar-se exclusivamente com a atividade agrícola, e um percentual equivalente (45,0%) adota práticas de arrendamento e/ou ocupação de terras. Esses dados corroboram a pesquisa de Ellis (2000), que demonstra a relação entre o nível de dependência a fontes de renda não agrícola e as dificuldades no acesso à terra. Diante desse cenário, a busca por outras fontes de renda torna-se uma estratégia essencial para essas famílias, especialmente para aquelas que não possuem propriedade própria, considerando as dificuldades enfrentadas na produção de arroz.

As respostas dos agricultores evidenciam um papel muito relevante do Estado e das organizações que atuam no setor na resolução dos problemas que afligem. Isso inclui não apenas o aumento das tarifas sobre o arroz importado, para tornar a produção local mais competitiva, mas também investimentos em infraestrutura de irrigação, oferta de crédito agrícola e assistência técnica. Conforme aos dados coletados, 37,5% dos entrevistados acreditam que a elevação das tarifas sobre as importações de arroz seria uma medida fundamental; 48,8% defendem a construção de infraestrutura de irrigação; 85% apontam a necessidade de o Estado oferecer crédito agrícola; e 65,0% consideram essencial a assistência técnica para os produtores. A elevação das tarifas de importação é

¹⁰ No Haiti, o *dimwatye* é uma forma tradicional de parceria agrícola, particularmente comum na produção de arroz e em outras culturas alimentares. Esse sistema baseia-se em um acordo entre um proprietário de terras e um agricultor parceiro (meeiro), no qual a colheita é geralmente dividida em partes iguais, ou seja, 50% para o proprietário e 50% para o agricultor. O termo *dimwatye* vem do crioulo haitiano e significa “metade-metade”.

vista como a medida menos prioritária pelos produtores. Eles acreditam que, se tivessem melhores condições para produção e comercialização, seriam capazes de competir com o arroz importado.

A produção de arroz desempenha um papel central na vida dos rizicultores haitianos. Conforme destacado por Altineus (2015), além de ser um símbolo de sucesso econômico e prestígio social, a atividade continua a sustentar milhares de produtores e suas famílias, tanto do ponto de vista alimentar (produção para o autoconsumo) quanto para a sua manutenção econômica (produção para venda). Em resposta à pergunta sobre o motivo de persistirem no cultivo do arroz, um produtor de Ferrier afirmou: “continuarei porque vivo da produção de arroz. Dependo totalmente dessa atividade.” Outro produtor acrescentou: “o arroz me ajuda muito. Com o arroz, obtenho uma renda, o que me permite enviar meus filhos para a escola.”

Como mencionado anteriormente, entre 2023 e 2024, os produtores de Ferrier, na região Nordeste, intensificaram seus esforços na produção de arroz e planejam dar continuidade à atividade. Um dos principais fatores que impulsionam essa decisão é a construção do canal de irrigação no rio Massacre, que tem facilitado significativamente o cultivo na região. A esse respeito, um deles afirma:

continuo porque é o que gosto, cultivar arroz. Se não fizer isso por conta própria, isso me causa preocupação. É o que sei fazer. Eu preferiria cultivá-lo e arriscar de perdê-lo, do que não o cultivar de jeito nenhum. Especialmente agora, com a construção do canal, o arroz não pode ser perdido. Só precisamos de dinheiro para produzir arroz.

Um produtor entrevistado na região de Cayes declara: “é uma das minhas principais fontes de renda, e ela gera ganhos”. Outro produtor acrescentou: “isso me traz um apoio vital, pois desde a minha infância, foi a agricultura que me permitiu subsistir”. Alguns produtores de arroz esperam alcançar uma certa estabilidade econômica por meio dessa cultura, que é, aliás, seu principal objetivo. Um deles afirmou: “foi graças à cultura do arroz que minha família começou a sair da pobreza, e contamos com essa atividade para manter essa estabilidade”. Segundo outro produtor, “continuarei a cultivar arroz para atender às nossas necessidades e facilitar o acesso à comida para minha família”.

Quando perguntamos aos produtores entrevistados se eles vão continuar cultivando o arroz, quase todos, 98,7%, declaram que eles vão continuar cultivando o arroz nos próximos anos. As principais razões para eles são porque a produção de arroz

lhes auxilia na alimentação das suas famílias, assim como lhes ajuda economicamente a resolver suas necessidades cotidianas. Um produtor entrevistado no Saint-Raphaël declara: “continuarei a cultivar arroz porque sei que, além de ajudar a minha família, isso também beneficia o país.” Outro produtor na mesma região acrescentou: “haverá mais alimentos no país se eu continuar a cultivá-lo. Quero que o país tenha comida suficiente. É por essa razão que prosseguirei com essa atividade.”

Na mesma linha, um produtor no Ferrier declara: “se não cultivarmos, haverá menos arroz, e o seu preço aumentará. Quero continuar a cultivá-lo. Embora, por vezes, eu sofra perdas, persistirei para ajudar tanto a minha família quanto o país a ter mais alimentos.” Para tanto, a maioria dos respondentes declara que gostaria que o Estado e as organizações investissem mais no setor agrícola e, principalmente, na produção de arroz, através do crédito agrícola, assistência técnica e políticas de mercado para auxiliar os produtores.

Em suma, os resultados apontam que a entrada massiva do arroz importado é considerada pelos entrevistados como um dos principais fatores responsáveis pela estagnação da produção nacional, embora nem sempre seja apontado como o principal. Segundo os produtores, com apoio adequado à produção, garantia de escoamento e melhores condições de comercialização, seria possível enfrentar a entrada do arroz importado, até porque, mesmo com um custo mais elevado, o arroz nacional continua sendo demandado no mercado pelos consumidores. Além disso, diante do contexto atual do setor agrícola, especialmente no cultivo do arroz, os produtores adotam diversas estratégias visando, conforme argumentado por Ellis (2000), garantir sua subsistência e melhorar suas condições de vida. Essas estratégias, nem sempre ligadas às atividades agrícolas, constituem fontes de renda fundamental para a sobrevivência das famílias rurais. A diversificação das fontes de renda, impulsionada por fatores como a instabilidade dos mercados agrícolas, as limitações estruturais, econômicas e as vulnerabilidades climáticas, torna-se, portanto, uma necessidade para os produtores, permitindo-lhes reduzir riscos e aumentar sua resiliência econômica.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação de políticas neoliberais durante os anos 1980, que resultou na retirada do Estado do setor agrícola, teve um impacto expressivo sobre a produção de arroz no país. Apesar dos esforços dos produtores, a produção de arroz permanece relativamente estagnada. A ausência de medidas governamentais para mitigar os efeitos dessas políticas no setor agrícola, ao longo dos anos, evidencia a falta de um comprometimento real do Estado em melhorar essa situação.

Os dados desta pesquisa revelam um aumento acentuado no consumo per capita de arroz a partir de 1986 e uma relação inversa entre a produção nacional e as importações do cereal. À medida que as importações crescem, a produção nacional permanece estagnada, enquanto o consumo de arroz aumenta, muitas vezes em detrimento de outros produtos agrícolas locais. Assim, a importação massiva de arroz afeta não apenas a produção de arroz, mas também o setor agrícola na totalidade e os padrões de consumo da população, especialmente nas áreas urbanas. Nesse sentido, mesmo que os consumidores estejam pagando menos e, de certa forma, tem freado o aumento da fome (que segue sendo alta), essa dinâmica foi oposta ao fortalecimento da soberania alimentar, pois acentua a dependência externa e enfraquece a produção agrícola nacional.

As estratégias adotadas pelos rizicultores, como a diversificação de culturas, a busca por mercados mais lucrativos, a redução da área cultivada e o corte de custos de produção, têm se mostrado insuficientes para reverter a crise que afeta o setor. Embora sejam tentativas de adaptação às dificuldades econômicas e estruturais, essas medidas não conseguem conter os impactos da concorrência com o arroz importado nem garantir a sustentabilidade da produção nacional. Além disso, algumas dessas estratégias podem gerar efeitos negativos indesejados sobre os preços, a insegurança alimentar e a redução da renda dos agricultores. Como consequência, tanto os produtores, que enfrentam margens de lucro cada vez menores, quanto os consumidores, que lidam com a volatilidade dos preços, a possível escassez do arroz local e a falta de diversidade alimentar, acabam sendo prejudicados. A crescente dependência de um arroz desconhecido, muitas vezes de qualidade incerta, também levanta preocupações sobre seus impactos na saúde dos consumidores.

Os resultados indicam que, com a redução das tarifas de importação, os desafios enfrentados pelos produtores de arroz aumentaram significativamente. Sem

apoio estatal, os rizicultores enfrentam uma concorrência desleal do arroz americano, que se beneficia de subsídios significativos por meio de políticas agrícolas como a Farm Bill. Conectado a isso está a ausência de apoio estatal ao setor agrícola, que agrava as dificuldades, dada a falta de financiamento, assistência técnica, tecnologia, insumos modernos e de infraestrutura de irrigação. Esses fatores estão diretamente ligados às políticas neoliberais adotadas no país, uma vez que o desinteresse do Estado com o setor deve-se às exigências dos acordos internacionais assinados com o FMI e o Banco Mundial em detrimento do fortalecimento da agricultura nacional.

Devemos admitir também que, caso o governo decidisse investir na produção de arroz, haveria outra dificuldade relacionada ao parcelamento de terras. Uma vez que, além da falta de financiamento e assistência técnica, da falta de tecnologia e de insumos modernos, dos problemas climáticos e de irrigação, a disposição de áreas extremamente pequenas é um grande obstáculo para o setor de arroz no país.

No contexto atual de crise estatal, onde o país está praticamente sob o controle de grupos armados nas regiões de maior potencial agrícola, como o vale do Artibonite, e com bloqueios nas principais rodovias impedindo o acesso dos produtores a insumos de qualidade e dificultando a comercialização da produção, a implementação de políticas agrícolas torna-se extremamente complexa. Contudo, antes de tudo, isso exige a vontade política das autoridades governamentais. Ao restabelecer a segurança pública, o Estado deve agir conforme as realidades nacionais para permitir que os produtores de arroz aproveitem ao máximo sua produção por meio de uma política agrícola e da garantia da soberania alimentar, completamente comprometida após a liberalização do mercado no Haiti. Essas políticas devem incluir programas de crédito agrícola, assistência técnica, melhorias na infraestrutura de irrigação e transporte, capacitação dos produtores e facilitação do acesso a tecnologias e insumos modernos.

O Estado deve desenvolver estratégias para mobilizar seus próprios fundos econômicos e recursos humanos qualificados e evitar depender de ajuda financeira e recursos humanos de organizações internacionais para implementar seus programas agrícolas. O Estado também deve atuar como um pivô na orientação dos programas agrícolas, evitando assim o estrangulamento das organizações internacionais no desenvolvimento de projetos agrícolas.

Esta pesquisa identificou dois fatores inter-relacionados que representam um grande obstáculo ao desenvolvimento da produção nacional de arroz: a aplicação de políticas neoliberais e o desinteresse do Estado no apoio ao setor rizícola. O primeiro

implica diretamente no segundo. Não podemos discutir a retirada do Estado do setor de arroz no Haiti sem falar sobre a liberalização do mercado agrícola. Em seu documento de política de desenvolvimento agrícola 2010–2025, o MARNDR reconheceu que as políticas neoliberais tiveram vários efeitos adversos no setor agrícola do Haiti.

Diferentemente de outros estudos (ÉTIENNE, 2023; ALTINEUS, 2015; DIMANCHE, 2018; RICHARDSON et al., 2022; OXFAM, 2012; MARNDR, 2016, entre outros), que analisam os impactos da liberalização do mercado sobre a produção nacional, esta pesquisa concentra-se diretamente nos rizicultores haitianos. Este estudo examina, além dos impactos da liberalização do mercado sobre a produção nacional, os efeitos dessa dinâmica sobre os produtores e investiga as estratégias adotadas por eles para enfrentar os desafios resultantes da abertura comercial no país.

Os resultados mostram que, em termos macroeconômicos, a liberalização do mercado contribuiu para o declínio na produção agrícola, queda nas exportações, explosão nas importações de alimentos e redução no apoio à produção de alimentos. Em termos microeconômicos, foi associado a um declínio no investimento público no setor e na assistência técnica, resultando em menor produtividade, produção nacional e renda agrícola. Como resultado, os agricultores ficaram mais pobres e ficou mais difícil para eles viverem de seu trabalho e atenderem às necessidades de suas famílias. Além disso, os resultados indicam que as estratégias adotadas pelos rizicultores têm sido insuficientes para reverter a crise que impacta o setor.

Esta pesquisa nos permitiu perceber, portanto, a importância de uma política agrícola adaptada à realidade nacional, não no sentido de um benefício social para os produtores, mas sim como um investimento social e lucrativo como parte de uma estratégia geral para reavivar a economia nacional, como aponta Altineus (2015).

Esta pesquisa, embora tenha sido realizada em quatro regiões do país, não pretende ser generalizada, dada a amostra limitada utilizada de oitenta (80) produtores, escolhida de forma não probabilística, estratificada e não proporcional. Essa amostragem não é representativa, correspondendo a apenas 0,06% dos 130.000 rizicultores estimados no Haiti em 2019. Além disso, apesar de nossos esforços para entrevistar algumas personalidades e funcionários do Ministério da Agricultura do país sobre esse assunto, não tivemos a oportunidade de fazê-lo. Isso pode nos impedir de identificar certos aspectos da realidade. Essas são as principais limitações desta pesquisa, a qual foi conduzida em um momento em que o país está mergulhado em grande instabilidade e múltiplas crises, dificultando atividades de investigação em campo.

De todo modo, esta pesquisa conseguiu perceber como a importação de arroz afeta os rizicultores e entender as estratégias que eles adotam frente a esse fenômeno derivado da liberalização comercial no país a partir da década de 1980. Seria relevante pesquisas futuras que aprofundassem investigações qualitativas que explorem fatores culturais e tradicionais que influenciem a escolha dos consumidores para o arroz nacional, mesmo quando ele é mais caro. Estudos futuros também poderiam explorar o papel do Estado, da sociedade civil e das organizações nacionais e internacionais na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a agricultura no Haiti.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. Rio de Janeiro, 2000.

ALIYEVA, Leyla et al. Food security and optimal government intervention level in agriculture (comparative analysis). **Bulgarian Journal of Agricultural Science**, v. 25, 2019.

Alter Presse. **Haïti-Rivière Massacre : Les travaux de construction du canal à Ouanaminthe avancement à grands pas, rassure le comité de gestion**. Novembro 2023. Disponível em: <https://www.alterpresse.org/spip.php?article29816>. Acesso em: 19 maio 2024.

ALTINEUS, Franky. **Espaces agraires en Haïti : structure foncière et production du riz dans le département Artibonite**. 2015. 142f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Unicamp, Campinas, 2015.

ANADÓN, Marta. Les méthodes mixtes : implications pour la recherche « dite qualitative. **Recherches qualitatives**, v. 38, n. 1, 2019.

ANDERSON, Perry. **Balço do neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, Daniel Pereira. Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. **Novos estudos CEBRAP**, v. 38, n.1, 2019.

ARIAS, Diego ; CARNEUS, Maxime. Latin America and the Caribbean Region: LCSSD Occasional Paper Series on Food Prices. **Banque Mondial**. 2011. Disponível em : <https://documents1.worldbank.org/curated/en/742461468015023342/pdf/756480WP0P11760C00riceSubsidy0lores.pdf>. Acesso em: 15 janeiro 2025.

BADIO, Levenson. Effect of trade liberalization on food basket supply in Haiti. **Research in agricultural and applied economics**, Dissertation in Food security and Agricultural Development, 2017.

BANCO MUNDIAL. **Financement agricole en Haïti : Diagnostic et recommandations**. 2019. Disponível em: World Bank Document. Acesso em: 22 maio 2024.

BANCO MUNDIAL. **Haïti**. 2024b. disponível em : <https://donnees.banquemondiale.org/indicateur/AG.PRD.CREL.MT?locations=HT>. Acesso em: 29 maio 2024.

BANCO MUNDIAL. **Indicators**. 2023. Disponível: <https://data.worldbank.org/indicator>. Acesso em: 02 jan. 2024.

BANCO MUNDIAL. Le redressement de l'économie haïtienne. Résultats, problèmes et perspectives. **Rapport économique de la banque mondiale**. Washington, DC, p.135, 1990.

BANCO MUNDIAL. **Population active, total – Haïti**. 2024a. disponível em: <https://donnees.banquemondiale.org/indicateur/SL.TLF.TOTL.IN?locations=HT>. Acesso em: 30 maio 2024.

BANCO MUNDIAL. **Taxa de câmbio oficial (valor de moeda local por \$ US, meio para o período) Haiti**. 2024c. Disponível em: <https://donnees.banquemondiale.org/indicateur/PA.NUS.FCRF?locations=HT>. Acesso em: 29 maio 2024.

BAPTISTE, Bonny Jean. Liberalización comercial y producción de arroz en Haïtí. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. 87, 2007.

BARTHÉLEMY, Gérard. **L'univers rural haïtien** : Le pays en dehors. Paris : L'Harmattan, 1990 93 p.

BAYLIS, Kathy et al. Agricultural market liberalization and household food security in rural China. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 101, n. 1, 2019.

BEAUCEJOUR, Pierre Jameson. L'agriculture en Haïti. **Les classiques des sciences sociales**. Port-au-Prince, Haïti, 2016.

BEBBINGTON, Anthony. Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. **World Development**, 27 (12), 2021-2044, 1999.

BECUWE, Stéphane e BLANCHETON, Bertrand. Les grandes phases de l'histoire du commerce international. **Regards croisés sur l'économie**, v. 2, n. 21, 2017.

BELLEGARDE, Dantès. **La nation haïtienne**. J. de Gigord, 1938. 361 p.

BERICAT, Eduardo. **La integración de los métodos cuantitativo y cualitativo en la investigación social: Significado y medida**. Ariel, 1998.

BITTENCOURT, Mauricio Vaz Lobo; LARSON, Donald W. et al. **A Liberalização comercial e os impactos regionais sobre a pobreza e a distribuição de renda no Brasil**. 2008.

BOURGUINAT, Henri. Le libre-échange : un paradigme en situation d'inconfort ? **Revue d'économie politique**, v. 115, n. 5, 2005.

BOUSSARD, Jean-Marc, GERARD, Françoise et al. **Libéraliser l'agriculture mondiale ? théories, modèles et réalités**, 2005.

BRH. Impact de l'insécurité sur le secteur réel : Les Madan Sara du département de l'Ouest. **Info à la Loupe**. 2024. Disponível em : <https://www.brh.ht/wp-content/uploads/Impact-de-l-insecurite-sur-le-secteur-reel-les-Madan-Sara-du-departement-de-l-Ouest.pdf>. Acesso em: 17 janeiro 2025.

BRH. Taux du jour : 15 décembre 2024. Disponível em: <https://www.brh.ht/taux-du-jour/>. Acesso em: 15 décembre 2024.

BUREAU, Jean-Christophe ; GOZLAN, Estelle e JEAN Sébastien. La libéralisation des marchés agricoles, une chance pour les pays en développement ? **Revue française d'économie**, v. 1, n. 20, 2005.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Revista Aurora**, v. 2, n. 1, 2008.

CATIN, Maurice e VAN HUFFEL Christophe. L'impact de l'ouverture économique sur la concentration spatiale dans les pays en développement. **Région et Développement**, v. 20, 2004.

CÉLIUS, Carlo Avierl. Le contrat social haïtien. **Revue du CRPLC**, n. 10, 1998.

CELLA, Daltro; QUEDA, Oriowaldo; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. A definição do espaço rural como local para o desenvolvimento territorial. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 1, 2019.

CEPAL. **Analyse des indicateurs macroéconomiques de 1980-2005**. Chili, 2005.

CEPAL. **Perspectivas del comercio internacional de América Latina y el Caribe**, 2024. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/fc9b9a3c-4b91-46c9-8ce7-60c2bf66251b/content>. Acesso em: 29 janeiro 2025.

CHALMERS, Camille. **Alerte à la déstructuration du marché du riz dans l'Artibonite**. 2014.

CHANG, Ha-Joon. **Bad Samaritans: The guilty secrets of rich nations and the threat to global prosperity**. Random House, 2008.

CHANG, Ha-Joon; GRABEL, Ilene. Reclaiming development from the Washington consensus. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 27, n. 2, 2004.

CNSA. **Analyse IPC de l'insécurité alimentaire aiguë de Mars- Juin 2025**. Março 2024. Disponível em: <https://www.cnsahaiti.org/analyse-ipc-de-linsecurite-alimentaire-aigue-mars-juin-2024/>. Acesso em: 25 março 2024.

CNSA. Haïti : Insécurité alimentaire 2001-2002. 2002. Disponível em : <https://www.cnsahaiti.org/Web/Bilan/Bilan%20Alimentaire%202001-2002.pdf>. Acesso em: 29 janeiro 2025.

COURADE, Georges et PELTRE-WURTZ, Jacqueline. La sécurité alimentaire à l'heure du néo-libéralisme. **Cahiers des sciences humaines**, vol. 27, n.1-2, 1991.

DALY, Herman E. The perils of free trade. **Scientific American**, v. 269, n. 5, 1993.

DIMANCHE, Jude. **Diagnostic de la filière rizicole haïtienne**. 2018. 152f. Monografia (Agronomia) - Université Laval, Laval, Canada, 2018.

DORVILIER, Friz. **Gouvernance associative et développement local en Haïti**. ed. UEH, 2011, 255 p.

DUPUY, Alex. **Haiti in the world economy** : Class, race, and underdevelopment since 1700. Routledge, 2019.

DUPUY, Alex. **The prophet and power**: Jean-Bertrand Aristide, the international community, and Haiti. Rowman and Littlefield Publishers, 2006.

ELLIS, Frank. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford university press, 2000.

ELSHEIKH, Omer Elgaili; ELBUSHRA, Azharia Abdelbagi e SALIH, Ali A.A. Economic impacts of changes in wheat's import tariff on the Sudanese economy. **Journal of the Saudi Society of Agricultural Sciences**, n. 14, 2013.

ÉTIENNE, Bélyon. **La crise de la production de riz en Haïti, comment pallier à cet effet : cas de la vallée de l'Artibonite**. 2023. 66f. Dissertação (Mestrado em Gestão) - Université De Liège, Liège, Belgica, 2023.

ÉTIENNE, Sauveur Pierre. **La crise de 1991-1994 ou l'effondrement de l'État Haïtien. L'énigme haïtienne** : Échec de l'État moderne en Haïti, Montréal, 2007. p. 269-318.

ETULAIN, Carlos R. Oferta e demanda. **Apostila Microeconomia-Universidade Estadual de Campinas**. Limeira, 2019.

EXIME, Ethol; PALLÚ, Nelza Mara; PLEIN, Clério. Ação coletiva e o desenvolvimento da agricultura familiar no Haiti: Um incentivo para impulsionar a retomada da soberania alimentar. **Humanidades & Inovação**, v. 9, n. 1, 2022.

FAO et UE. **Profil des systèmes alimentaires-Haïti. Activer la transformation durable et inclusive de nos systèmes alimentaires**. Rome, Montpellier, 2022.

FAO. **En Haïti, la faim vient d'atteindre un nouveau sommet historique : près d'un haïtien sur deux est en situation d'insécurité alimentaire aiguë**. 2024. Disponível em: <https://www.fao.org/haiti/actualites/detail-events/en/c/1711433/>. Acesso em: 29 janeiro 2025.

FAO. **Évaluation de l'insécurité alimentaire en Haïti** : en situation d'urgence. 2016. Disponível em : <wfp283549.pdf>. Acesso em : 18 setembro 2024.

FAO. **Haiti suspende impostos sobre arroz importado**. 2019. Disponível em: <https://www.fao.org/giews/food-prices/food-policies/detail/es/c/1181866/>. Acesso em: 04 jan. 2024.

FAO. **Panorama regional de la seguridad alimentaria y nutricional 2021**. 2022. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/items/f0249a6f-f13c-46b2-ac9e-6517134c82ae>. Acesso em: 23 maio 2023.

FAOSTAT. **Data**. 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat/en/#data>. Acesso em: 08 nov. 2023.

FAOSTAT. **Data**. 2025. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat/en/#data/FS>. Acesso em: 31 janeiro 2025.

FEWS NET, OXFAM e CNSA. **Haïti profils des moyens d'existence em milieu rural**, 2015.

FEWS NET. **Haïti Perspectives de l'offre et du marché de céréales**, 2021. Disponível em: <https://fews.net/sites/default/files/documents/reports/HT-SMO-202112.pdf>. Acesso em: 22 junho 2024.

FEWS NET. **Haïti Perspectives de l'offre et du marché de céréales**, 2025. Disponível em: https://fscluster.org/sites/default/files/documents/perspectives_de_loffre_et_du_marche_de_cereales_enhaiti-jul2023_juin2024_0.pdf. Acesso em: 13 janeiro 2025.

FINGER, Maria Isabel Fernandes; WAQUIL, Paulo Dabdab. Percepção e medidas de gestão de riscos por produtores de arroz irrigado na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. **Ciência Rural**, v. 43, n. 5, 2013.

FLORIDA, Dieupuisant ; REDON, Marie. L'espace rural haïtien en mutation : du déclin de la caféiculture au développement de l'économie informelle dans la Chaîne des Cahos. **Les Cahiers d'Outre-Mer**, v. 279, 2019.

FRANÇOIS, Jeannot. L'application de la politique d'ajustement structurel en Haïti. **Le Nouvelliste**, 2009. Disponível em: https://lenouvelliste.com/article/76043/lapplication-de-lapolitique-dajustement-structurel-en-haiti#google_vignette Acesso em: 16 maio 2023.

FRÉGUIN, Sandrine; DEVIENNE, Sophie. Libéralisation économique et marginalisation de la paysannerie en Haïti : le cas de l'Arcahaie. **Revue tiers monde**, n. 3, 2006.

FRENAT, Faniel. SEGURANÇA ALIMENTAR E POLÍTICAS PÚBLICAS NO HAITI. In: Anais do Seminário de Políticas Públicas na América Latina. Anais... Foz do Iguaçu (PR) Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), 2024.

FRENAT, Faniel; WESZ Jr., Valdemar João. Liberalização do mercado no Haiti e seus efeitos sobre a produção de arroz. **Revista NERA**, v. 27, n. 3, e10409, 2024.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Editora Intrinseca, 2023.

GASPARD, Fritzner. **Haïti** : le programme d'ajustement structurel et problèmes politiques. Ed. L'Harmattan, Paris, 2008. 153 p.

GAUTHIER, Bernard. **Recherche sociale, de la problématique à la collecte des données**. Québec, Presses université du Québec, 2009, 780 p.

GERBIER, Bertrand. **Significations et logiques de consommations domestiques de produits locaux, régionaux et importés**. 2016. Dissertação (mestrado em Histoire, Mémoire et Patrimoine) - Université d'État d'Haïti, Institut d'Études et de Recherches Africaines d'Haïti (IERAH/ISERSS), Haïti. 2016.

Global Press Journal. **Haïti**: avec un coup de pouce du gouvernement, les agriculteurs de riz nourrissent l'espoir de nourrir leur nation. 2018. Disponível em : <https://globalpressjournal.com/americas/haiti/haitis-rice-farmers-government-plans-help-hope-can-feed-nation/fr/>. Acesso em: 13 janeiro 2025.

GONÇALVES, Reinaldo et al. A nova economia internacional: Uma perspectiva Brasileira. Ed. Campus Ltda. Rio de Janeiro, 1998. 412p.

GUERRIEN, Bernard. Marchandisation et théorie économique. **Actuel Marx**, v. 2, n. 34, 2003.

GUILLAUME, Ambroise. **Analyse sociohistorique du Processus de démocratisation en Haïti amorcé en 1986 : Enjeu culturel et économique**. 2020. 130f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Université du Québec à Montréal, Montréal, Canada, 2020.

Haïti. [Constituição (1987)]. **Constituição de 1987 da Republica do Haiti**. Porto Príncipe. 55p. Disponível em: <http://omrh.gouv.ht/Media/Publications/1-Constitution/Constitution1987.pdf>. Acesso em: 16 de março 2024.

Haïti. [Décret de loi du 1^{er} février (2006)]. **Décret de loi du 1^{er} février sur l'organisation et le fonctionnement de la commune**. Porto Príncipe. Disponível em: L'AVANT PROJET DE LOI (mict.gouv.ht). Acesso em: 16 de março 2024.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. 1944. 6. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HRABANSKI, Marie. Souveraineté alimentaire. **Revue Tiers Monde**, n. 3, v. 207, 2011.

Human Rights. **Haïti: Événements de 2023**. Março 2023. Disponível: <https://www.hrw.org/fr/world-report/2024/country-chapters/haiti>. Acesso em: 15 maio 2024.

HURBON, Laënnec. **Comprendre Haïti. Essai sur l'État, la nation, la culture**. Paris, Ed. Karthala, 1987. 167 p.

HURBON, Laënnec. Démocratisation, identité culturelle et identité nationale en Haïti. **Revue du CRPLC**, n. 10, 1998.

IARC. **Arsenic, Metals, Fibres, and Dusts. (IARC Monographs on the Evaluation of Carcinogenic Risks to Humans**, v. 100 C. Disponível em: IARC Publications Website - Arsenic, Metals, Fibres, and Dusts. Acesso em: 26 janeiro 2025.

IFC/Société des Institutions Financières/Banco Mundial. **En Haïti, les liens avec le secteur privé stimulent les revenus des agriculteurs**, 2024. Disponível em: <https://www.ifc.org/fr/stories/2024/haiti-private-sector-boosting-farmer-incomes>. Acesso em: 19 maio 2024.

IHSI. **Estimation de la population**. 2021. Disponível em: ihsi.gouv.ht/indicator-population. Acesso em: 05 agosto. 2023.

IHSI. **Population totale, population de 18 ans et plus ménages et densités estimées en 2015**, 2015. Disponível em: <https://docslib.org/doc/4192126/population-totale-population-de-18-ans-et-plus-m%C3%A9nages-et-densit%C3%A9s-estim%C3%A9s-en-2015>. Acesso em: 23 junho 2023.

IHSI. **Subdivisions de la République d'Haïti**. 2015. Disponível em: <https://ihsi.gouv.ht/>. Acesso em: 16 agosto. 2024.

IICA. Haïti : **Etude de la filière riz**. Rapport de consultation. 2012. Disponível em: https://www.agriculture.gouv.ht/view/01/IMG/pdf/rapport_final_etude_de_la_filiere_riz_iica.pdf. Acesso em: 23 agosto 2023.

JOHNSON, Renée; MONKE, James. **What is the “Farm Bill”**. Congressional Research Service, 2013.

JOSLING, Tim; CHAPERON, Wesny; LE TURIONER, Joel. **Trois interventions sur le marché du riz en Haïti**, 2017.

KAGEYAMA, Angela A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. UFRGS, 2008.

KATO, Karina; DELGADO, Nelson e LEITE, Sergio Pereira. **O seguro agrícola na Farm Bill de 2014: notas de conjuntura**. UFRRJ - CPDA - OPPA, Rio de Janeiro, 2017.

KOSKI-KARELL, Victoria et al. Exposure to the global rice trade: A comparative study of arsenic and cadmium in rice consumed in Haiti. **Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development**, 2024.

KRUGMAN, Paul R. e OBSTFELD Maurice **International economics: Theory and policy**. New York: Prentice Hall, 2006. 720 p.

LAFLEUR, Guy-Antoine; GUIHEDE, Ange G. Dépendance et diversification commerciale: Le cas de la Côte d'Ivoire, 1965-1980 (Note). **Études internationales**, v. 14, n. 4, 1983.

LAGUÉRODIE, Stéphanie. Chapitre 2. Le courant néoclassique. **Les théories économiques et leurs applications**. Sous la direction de Laguériodie Stéphanie. Dunod, pp. 35-62, 2022.

LANEAU, Pierre Max Gabriel. **Analyse stratégique sur l'internationalisation du riz de la Vallée de l'Artibonite à l'Artibonite à travers la Fédération RACPABA**, 2016.

LE MONDE. **L'ONU admet sa responsabilité dans l'épidémie de choléra en Haïti**. 2016. Disponível em: https://www.lemonde.fr/planete/article/2016/08/19/l-onu-admet-sa-responsabilite-dans-l-epidemie-de-cholera-en-haiti_4985249_3244.html. Acesso em: 25 janeiro 2025.

Le National. **Haïti : Avec un coup de pouce du gouvernement, les agriculteurs de riz nourrissent l'espoir de nourrir leur nation**. Disponível em: https://www.lenational.org/post_article.php?eco=215. Acesso em: 13 outubro 2024.

Le National. **Haïti : Construction du canal, un geste de souveraineté et de dignité.** Outubro 2023. Disponível em: https://www.lenational.org/post_article.php?tri=1392. Acesso em : 19 maio 2023.

LEE, SABINE e SUSAN, BARTELS. **They put a few coins in your hand to drop a baby in you:** A study of peacekeeper – fathered children in Haiti. *International Peacekeeping*. v. 27, n. 2. 2020.

LEVARD, Laurent. **Économie de l'exploitation agricole** : concepts et méthodes pour l'appui au développement agricole dans les pays du Sud. France : éd. du Gret/éd Quæ, 2024, 264p.

LÉVY, Michael. Conflits terriens et réforme agraire dans la plaine de l'Artibonite (Haïti). **Cahiers des Amériques Latines**, n. 36, 2001.

MAGONE, Claire. **L'origine du choléra en Haïti : on a trouvé l'irresponsable !** 2012, Disponível em: <https://msf-crash.org/fr/blog/medecine-et-sante-publique/lorigine-du-cholera-en-haiti-trouve-lirresponsable>. Acesso em: 25 janeiro 2025

MANIGAT, Lesly. F. **Eventail d'Histoire Vivante d'Haïti** : Des Preludes a la Revolution de Saint Domingue Jusqu'à nos Jours (1789-2007). Coll. Chudac. v. 3, 2001.

MARNDR. **Développement rural en Haïti : Diagnostic et axes d'intervention.** 2005. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/944501468033666771/pdf/367850FRENCH0H150Synthesis01PUBLIC1.pdf>. Acesso em: 2 agosto 2023.

MARNDR. **Enquête communautaire 2008.** 2008. Disponível em: https://agriculture.gouv.ht/statistiques_agricoles/EnqueteCommunautaire/documents/DEP07.html. Acesso em: 07 dezembro 2024.

MARNDR. **Politique de Développement agricole 2010-2025,** 2011. Disponível em: https://agriculture.gouv.ht/view/01/IMG/pdf/Politique_de_developpement_agricole-Version_finale_mars_2011.pdf. Acesso em: 19 junho 2023.

MARNDR. **Production et développement des filières composante renforcement de l'accès aux intrants et services agricoles,** 2010. Disponível em: https://www.agriculture.gouv.ht/view/01/IMG/pdf/annexe_5.pdf. Acesso em: 3 maio 2023.

MARNDR. Résultats des enquêtes nationales de production agricole (WNPA). **USAI,** 2019. Disponível em: <https://www.agriculture.gouv.ht/view/01/?Resultats-des-Enquetes-Nationales-de-Production-Agricole-2018>. Acesso em: 2 agosto 2023.

MARNDR. Situation de l'offre de riz en Haïti. **USAI,** 2016. Disponível em: https://agriculture.gouv.ht/statistiques_agricoles/?p=10068. Acesso em: 2 agosto 2023.

MARNDR. Synthèse nationale des résultats du recensement général de l'agriculture (RGA) 2008/2009. **Unité d'étude et de programmation / composante de statistiques agricoles,** 2012. Disponível em:

https://agriculture.gouv.ht/view/01/IMG/pdf/Resultats_RGA_National_05-11-12.pdf. Acesso em: 5 fevereiro 2023

MARTINELLI, Suellen Secchi; CAVALLI, Suzi Barletto. Alimentação saudável e sustentável: uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, 2019.

MCGUIGAN, Claire. Agricultural Liberalisation in Haiti. **London: Christian Aid**, 2006.

MENDES, Lucas. Neoliberalismo agravou desigualdade econômica e política das democracias. **CNN** [online] Brasília, 16 novembro 2024. Político. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/neoliberalismo-agravou-desigualdade-economica-e-politica-das-democracias-diz-lula/?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTEAAR1lmmCbf1V9uHgqPHtSuBYxM_sOXXZx0ltgpNXb6yfR83DEo3w0rm4D6vE_aem_b5hE-WZILCv0yhhXju7i6Q&sfnsn=wiwspwa. Acesso em: 16 novembro 2024.

Métropole. **Poursuite des travaux de construction du canal**. 2024. Disponível em : <https://metropole.ht/poursuite-des-travaux-de-construction-du-canal/>. Acesso em: 12 janeiro 2025.

MORGAN, David L. Practical strategies for combining qualitative and quantitative methods: Applications to health research. **Qualitative health research**, v. 8, n. 3, 1998.

N'DA, Paul. La recherche et méthodologie en sciences sociales et humaines. Paris, **L'Harmattan**, 2015. 284 p.

OCHA. **Déclaration de Catherine Russell, directrice générale de l'Unicef sur la situation en Haiti**. 2024. Disponível em : <https://reliefweb.int/report/haiti/declaration-de-catherine-russell-directrice-generale-de-lunicef-sur-la-situation-en-haiti-06-mars-2024>. Acesso em: 14 maio 2024.

OECD. **Haiti**. 2023. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/hti> Acesso em: 05 ago. 2023.

OECD. **Haiti**. 2024. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/hti?yearSelector1=2022>.

OMC. **Examen des politiques commerciales**. 2023. Disponível em: https://onlinebookshop.wto.org/shop/article_details.asp?Id_Article=938. Acesso em: 17 maio 2023.

ONU. **Nourrir Haïti en temps de crise, cinq choses à savoir**. 2024. Disponível em: [Nourrir Haïti en temps de crise, cinq choses à savoir | ONU Info \(un.org\)](https://www.un.org/pt-br/news/story/2024/01/1060032). Acesso em: 08 de maio de 2024.

ONU. **Un tiers des Haïtiens en insécurité alimentaire grave, selon le PAM**. 2020. Disponível em : <https://news.un.org/fr/story/2020/01/1060032>. Acesso em : 10 de Maio de 2024.

OSTHE, Jhon; NESTOR Frazier; WESZ JUNIOR, Valdemar João. Estratégias econômicas das famílias rurais haitianas: uma análise das fontes de renda em saint-raaphael. **PAMPA**, n. 30, e0084, 2024.

OSTHE, John; WESZ Jr., Valdemar. Abastecimento alimentar em contextos de crise: uma análise sobre o Haiti. **Confins**, n. 63, 2024.

OXFAM. **Haiti Rice Value Chain Assessment: Rapid diagnosis and implications for program design**, 2012. Disponível em: <http://www.oxfamamerica.org/publications/haitirice-value-chain-research>. Acesso em: 19 maio de 2023.

OXFAM-AMERICA. **Planter maintenant: Défis et occasions pour l'agriculture dans le cadre de la reconstruction d'Haïti**, 2010. Disponível em <https://reliefweb.int/report/haiti/planter-maintenant-d%C3%A9fis-et-occasions-pour-l%E2%80%99agriculture-dans-le-cadre-de-la>. Acesso em: 26 julho 2023.

PAPDA. **Alerte à la déstructuration du marché du riz dans l'Artibonite**. Disponível em : <https://www.papda.org/2014/03/10/alerte-a-la-destructuration-du-marche-du-riz-dans-lartibonite/>. Acesso em: 13 janeiro 2025.

PAUL, Bénédicte et al. **Diagnostic agro socio-économique des exploitations agricoles productrices de riz dans le haut Artibonite et le Sud d'Haïti**. 2022.

PAUL, Bénédicte et al. Le processus de tertiarisation de l'économie haïtienne. **Études carabéennes**, n. 16, 2010.

PAULANI, Leda Maria. Neoliberalismo e individualismo. **Economia e sociedade**, v. 8, n. 2, 1999.

PAULIN, Elisa. La Libéralisation commerciale en concurrence imparfaite. **Vie et sciences de l'entreprise**. v. 3, n. 172, 2006.

PECOS, Pascal Lundy. Quelle politique de sécurité agro-alimentaire pour Haïti ? **AlterPresse**, 2006.

PEIXOTO, Antonio Carlos. La théorie de la dépendance : bilan critique. **Revue française de science politique**, 1977.

PERCHELLET, Sophie. **Haïti : Des siècles de colonisation et de domination**, 2010.

PIERRE-CHARLES, Gérard. **L'économie haïtienne et sa voie de développement**. pp. 272, 1993.

PIKETTY, Thomas. **Le Capital au XXIe siècle**. Seuil, Paris. p.963, 2013.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. **CEPAL**, v.7, n.1, 1949.

REDON, Marie ; PETIT-BEL, Raoul. Réduire l'insécurité mais augmenter la vulnérabilité ? Assistance alimentaire et riziculture en Haïti. **Les Cahiers d'Outre-Mer**, v. 275, 2019.

RICARDO, David. (1817 [1996]). **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

RICHARDSON, Matthew et al. A broken market: can increased access to broken rice decrease food insecurity in Haiti? **Food Security**, v. 14, n. 6, 2022.

SAAD FILHO, Alfredo. **Crise no neoliberalismo ou crise do neoliberalismo?** Crítica e Sociedade, v.1, n. 3, 2011.

SANTOS, Theotonio. La crise de la théorie du développement et les relations de dépendance en Amérique latine. **L'homme et la société**, n.12, 1969.

SAPIR, Jacques. Libre-échange ou juste échange. **Cités**. Paris, PUF, v. 1, n. 41, 2010.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, 2010.

SCHWARTZ, Timothy T. **Travesty in Haiti: A true account of Christian missions, orphanages, fraud, food aid, and drug trafficking**, 2008.

SILVA, CRL; CARVALHO, M.; SILVA, V. Liberalização comercial e competitividade da agricultura brasileira. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 7, n. 2, 2003.

SMITH, Adam (1776 [1996]). **A Riqueza das Nações**. São Paulo. Editora Nova Cultura, 1996.

SMUCKER, Glenn R.; WHITE, Thomas A.; BANNISTER, Michael. **Land tenure and the adoption of agricultural technology in Haiti**. 2000.

THOW, Anne Marie et al. Improving policy coherence for food security and nutrition in South Africa: a qualitative policy analysis. **Food Security**, v. 10, 2018.

TONNEAU, Jean-Philippe; SABOURIN, Éric. Agriculture familiale et politiques publiques de développement territorial: le cas du Brésil de Lula. **Confins**, n. 5, 2009.

TRADE MAP. 2024. Disponível em: https://www.trademap.org/Product_SelCountry_TS.aspx?nvpm=2%7c332%7c%7c%7c%7cTOTAL%7c%7c%7c2%7c1%7c1%7c2%7c2%7c1%7c1%7c1%7c1. Acesso em: 30 janeiro 2025.

TRICON, Fabrice. La loi de l'offre et de la demande, une enquête sur le libéralisme économique. **Presses Univ. Septentrion**. France, p.188, 2008.

USDA. **Haiti : Grain and feed annual**, 2010. Disponível em: <https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/report/downloadreportbyfilename?filename=R>

ice%20Production%20and%20Trade%20Update_Santo%20Domingo_Haiti_11-9-2010.pdf. Acesso em: 16 junho 2024.

USDA. **Haiti : Grain and feed annual**, 2019. Disponível em: https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/report/downloadreportbyfilename?filename=Grain%20and%20Feed%20Annual_Port-au-Prince_Haiti_4-12-2019.pdf. Acesso em: 16 junho 2024.

Vant Bèf Info. **Fin des travaux de construction du canal sur la rivière massacre, symbole du « Konbit » haïtien**. 2024. Disponível em : <https://vantbefinfo.com/fin-des-travaux-de-construction-du-canal-sur-la-riviere-massacre-symbole-du-konbit-haitien/>. Acesso em: 12 janeiro 2025.

VELASQUEZ, M. Dolores Pohlmann; BORGES, A. Paula Meneghetti e MAINARDI, Aline. Custos na produção do arroz nas pequenas propriedades rurais: um estudo de caso. **XXX encontro nacional de engenharia de produção**. 2010.

VIVAS, Esther. **Le marché haïtien du riz : un cas emblématique de la dérégulation capitaliste**, 2010.

WINTERS, L. Alan. Trade liberalization and poverty: what are the links? **The World Economy**, v. 25, n. 9, 2002.

Xaragua Magazine. **MADAN SARA, une force économique méprisée en Haïti !** Disponível em: <https://www.xaraguamagazine.com/article/madan-sara-une-force-economique-meprisee-en-haiti>. Acesso em: 17 janeiro 2025.

YVES CRIBB, André. **Politique des prix agricoles et sécurité alimentaire en Haïti (1971-1986)**, Port-au-Prince, ed. AREYTOS, 1997. 164 p.

ZAKARIA, Muhammad et al. Trade openness, malnourishment and income inequality in South Asia. **African and Asian Studies**, v. 15, n. 4, 2016.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA (UNILA) PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (PPGE)

Questionário para os produtores de arroz no Haiti

N. _____

Data ___/___/___

1. Nome: _____ Sobrenome: _____
2. Sexo: () Homem () Mulher
3. Qual é sua idade? _____ anos
4. Escolaridade: () primário () fundamental () secundário () universidade () nenhuma
5. Local de residência: () unidade de produção () área urbana () outro
6. Quantas pessoas vivem com você, na sua casa: _____
7. O (a) Sr.(a) considera que as condições de vida da família são:
() ótima () boa () regular () ruim () péssima
8. Qual é o tamanho da sua área de produção? _____ cx
9. A terra é: () própria () ocupada () arrendada () em parceria () outra
10. Qual é o principal objetivo da produção agrícola: () venda () consumo () outro
11. O produtor está vinculado a:
() cooperativa () associação de produtores () sindicato () movimento social
12. Você tem acesso a políticas públicas para a agricultura: () sim () não
13. Se sim, por quem: () crédito rural () assistência técnica () mercado () preço () seguro () maquinário () outro
14. Quais são as principais atividades realizadas na propriedade rural _____

15. Quais são suas outras fontes de renda externa à propriedade rural? _____

16. A família seria capaz de se sustentar apenas com a renda da propriedade rural:
() sim () não

17. Há quantas gerações a família vem cultivando arroz
() desde sempre () 2^ª geração () 1^ª geração
18. Qual a variedade de arroz cultivada na última colheita:
a. _____
b. _____
c. _____
19. Qual foi a área cultivada com arroz na última colheita: _____ cx
20. Cultiva arroz irrigado: () sim () não
21. Qual foi a quantidade de arroz que você colheu na última colheita: _____

22. Dessa produção, qual o % que foi vendido _____%
23. Onde vendeu e para quem: _____
24. A área de arroz, no últimos anos: () aumentou () ficou igual () diminuiu
Porque ocorreu isso: _____
25. Como você avalia a sua produção de arroz no Haiti ao longo das últimas décadas?
() ótima () boa () regular () ruim () péssima
Porque _____

De acordo com a sua opinião, quais são os elementos principais responsáveis da estagnação da produção nacional de arroz no Haiti?

- () Ausência de financiamento e assistência técnica
() Problemas ligados aos canais de irrigação
() Liberalização do mercado e aumento da importação
() Problemas climáticos
() Falta de tecnologia e insumos modernos
() Outras razões: _____
26. Em sua opinião, a importação de arroz é a principal razão da falta de crescimento da produção de arroz no Haiti?
() Sim () Não Porque _____
27. Você acha que a importação massiva de arroz, principalmente o americano, é prejudicial aos produtores nacionais?
() Sim () Não Porque _____
28. No seu caso, o que você faz frente a forte concorrência com o arroz importado?
() Associa o cultivo de arroz com outros produtos
() Cultiva menos de arroz
() Cultiva mais arroz e procura aumentar a produtividade por área
() Procura reduzir seus gastos/custo de produção
() Busca mercados que pagam mais pelo seu arroz
() Outros _____
29. Na sua opinião, o que o Estado poderia fazer para mudar a situação da produção de arroz no Haiti?
() Aumenta as tarifas das importações () Oferecer crédito agrícolas
() Construí infraestruturas de irrigações () Oferecer assistência técnica
() Outras iniciativas _____
30. No tema da importação, você acha que o arroz sofre maiores desvantagens do que outros produtos agrícolas: () Sim () Não Porque _____

-
31. Você acha é economicamente melhor produzir arroz ou outros produtos?

- Sim Não Porque _____
-
32. Qual é atualmente o preço de uma grande mamite 6 livros (2,934) kg de arroz nacional e importado no mercado que você frequenta?
Arroz nacional _____ Arroz importado _____
33. A situação que o país enfrenta atualmente tem prejudicado o setor do arroz:
 Sim Não Porque _____
-
34. Porque segue cultivando arroz: _____
-
- Pretende seguir cultivando arroz nos próximos anos: Sim Não Não sabe
Porque _____
-
35. Tem algo mais que gostaria de compartilhar conosco sobre esse assunto que não abordamos neste questionário? _____
-